



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



DÉBORA LOPES DOS SANTOS

MULHER NEGRA E O PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO EM *AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE*, DE BUCHI EMECHETA

Teresina – PI

2024

DÉBORA LOPES DOS SANTOS

**MULHER NEGRA E O PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO, EM AS ALEGRIAS DA
MATERNIDADE, DE BUCHI EMECHETA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Letras – PPGL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dra. Algemira de Macêdo Mendes

Área de concentração: Literatura e Cultura

Linha de Pesquisa: Literatura, Historiografia e Memória Cultural

Teresina – PI

2024

S237m Santos, Débora Lopes dos.

Mulher negra e o pertencimento identitário em *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta / Débora Lopes dos Santos. - 2024.
103 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI,
Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL, Mestrado Acadêmico em
Letras, *Campus* Poeta Torquato Neto, Teresina - PI, 2024.

“Área de Concentração: Literatura e Cultura.”

“Linha de Pesquisa: Literatura, Historiografia e Memória Cultural.”

“Orientadora: Profa. Dra. Algemira de Macêdo Mendes.”

1. Mulher negra. 2. Identidade. 3. Maternidade. 4. Buchi Emecheta.
I. Título.

CDD: 469.02



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



TERMO DE APROVAÇÃO

DÉBORA LOPES DOS SANTOS

Esta dissertação foi defendida às 09:00h, do dia 26 de Março de 2024, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Piauí. A candidata apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho Aprovado.

Profª Dra. Algemira de Macêdo Mendes – Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Orientadora

Profª Dra. Áurea Regina do Nascimento Santos – Instituto Federal do Piauí (IFPI)
Examinadora Externa

Profª Dra. Silvana Maria Pantoja dos Santos - Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Examinadora Interna

Profª Dra. Maria Suely de Oliveira Lopes – Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Suplente

Visto da Coordenação:

Dr. Franklin Oliveira Silva (Matrícula: 286.154-2)
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UESPI

Dedico a todas as mães da minha família, em especial minha mãe e avós que exerceram / exercem a função do materno com maestria, amor, força e constância.

AGRADECIMENTOS

Ufa!! Cheguei à conclusão de mais um sonho, uma meta, uma realização profissional e o que me define nesse momento é felicidade. Não foi fácil e pensei em desistir por diversas vezes, mas fui perseverante e alcancei. E, hoje, tenho muito a quem agradecer.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me sustentado nesse percurso, me capacitando e me proporcionado saúde, energia, força, coragem e perseverança para manter o foco nos estudos.

Agradeço aos meus pais, Marlyne e Roberto, pelo incentivo, amor, apoio, conselhos, cuidado, por sempre me ouvir, pelas bênçãos e orações, sempre acreditando em mim. Saibam que são muito importantes e especiais para mim. Amo vocês!

Às minhas irmãs, Roberta e Paola, pelo amor, cuidado, incentivo, risos e momentos alegres. Amo vocês!

Agradeço à Ludmilla Lopes, minha prima-irmã e amiga. Você faz parte desse sonho por ter sido minha mentora e conselheira nesse processo de preparação para a seleção do mestrado e continua sendo em outros projetos futuros. Eu amo-a e desejo tudo de bom em sua vida e carreira profissional.

Agradeço a toda a minha família, desde avós, primos(as) e tios(os), em especial à minha avó Laura, que, no auge dos seus 98 anos, é um pilar de sabedoria, amor, carinho, cuidado. Ela quem ajudou a me criar e, por um bom tempo, custeou meus estudos, e eu só tenho a agradecer e pedir que Deus a conserve com saúde. À minha tia Márcia pelo carinho, cuidado e conselhos, além de ter cedido seu quarto para ser meu espaço de estudos e, sem dúvida, foi essencial para o avanço das minhas pesquisas. Gratidão!

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Algemira de Macêdo Mendes, por ter aceitado e confiado na minha pesquisa, por seus ensinamentos, pelo respeito, pela orientação e compreensão, pela indicação de material teórico. O percurso não foi fácil, tive dúvidas, medos e insegurança, mas venci. Muito do que agora sei, certamente, aprendi nesse tempo em que passei estudando com ela. Muito obrigada!

Agradeço à professora Mestra Solange da Luz Rodrigues pela sua disponibilidade sempre que a procurei para conversar, tirar dúvidas, desabafar minhas angústias, lendo meu trabalho e indicando textos, além dos sábios e pertinentes

conselhos dados. Muito obrigada!

Agradeço à minha turma XII do mestrado, em especial à Maria de Fátima S. Oliveira e Maria do Socorro de A. Abreu, pessoas que tive o prazer de conhecer e conviver a partir dos estudos, artigos que elaboramos juntas, pelas conversas, que eram ótimas, risos, apoio, dúvidas e incertezas que esse percurso nos trouxe. Vocês são muito especiais e incríveis, espero que a nossa amizade só cresça.

Muito obrigada aos membros do Programa de Pós-graduação em Letras pelo suporte, em especial aos professores do programa. Seus ensinamentos foram muitos e, sem dúvida, contribuíram para a minha formação.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí – (FAPEPI) pelo apoio financeiro durante todo o meu mestrado.

Agradeço aos membros da banca examinadora pela disponibilidade e interesse.

“Posso todas as coisas em Cristo que me fortalece”

(Filipenses 4:13)

*Pela estrada desce a noite
Mãe-Negra, desce com ela...
Nem buganvílias vermelhas,
nem vestidinhos de folhos,
nem brincadeiras de guizos,
nas suas mãos apertadas.
Só duas lágrimas grossas,
em duas faces cansadas.
Mãe-Negra tem voz de vento,
voz de silêncio batendo
nas folhas do cajueiro...
Tem voz de noite, descendo,
de mansinho, pela estrada...
Que é feito desses meninos
que gostava de embalar?...
Que é feito desses meninos
que ela ajudou a criar?...
Quem ouve agora as histórias
que costumava contar?...
Mãe-Negra não sabe nada...
Mas aí de quem sabe tudo,
como eu sei tudo
Mãe-Negra!...
É que os meninos cresceram,
e esqueceram
as histórias
que costumavas contar...
Muitos partiram pra longe,
quem sabe se
voltar!...
Só tu ficaste esperando,
mãos cruzadas no regaço,
bem quieta bem calada.
É a tua a voz deste vento,
desta saudade descendo,
de mansinho pela estrada...*

(Prelúdio – Alda Lara)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar a representação identitária da mulher negra no romance nigeriano *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta e como objetivos específicos, pretende-se verificar o papel imposto à mulher na sociedade patriarcal e colonial nigeriana; discutir aspectos da ancestralidade / religiosidade na vida da mulher nigeriana; entender a construção social da maternidade na obra em estudo. *As alegrias da maternidade* é um romance contemporâneo que busca discutir a representação da submissão feminina na sociedade nigeriana, aspectos do patriarcalismo, do colonialismo, da dominação masculina, e a presença dos ancestrais e rituais religiosos que marcam a cultura do povo nigeriano, além do tópico acerca da maternidade. A narrativa é ambientada na Nigéria colonial, especificamente em dois espaços: Ibuza (rural) e Lagos (urbano), mostrando assim a relação da cultura tradicional versus a modernidade imposta pela colonização. É um romance de formação, no qual pode-se acompanhar toda trajetória da personagem principal Nnu Ego antes do seu nascimento até a sua morte. Assim, para construção deste estudo tem-se por base as seguintes questões problema: como a identidade da mulher nigeriana é construída na obra *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta? Quais as consequências da opressão do sistema patriarcal e colonial para a mulher nigeriana no romance? Como a questão da maternidade é construída na narrativa? Como a presença da ancestralidade está relacionada à mulher nigeriana na obra? Para dar conta dos contextos e espaços construídos no romance, buscou-se a seguinte referência teórica: Agnol e Ceccagno (2021); Alves e Pitanguy (2017); Badinter (2011); Bourdieu (2012); Bonnici (1998); Carbonieri (2013); Collins (2019); Cortês e Andrade (2020); Emecheta (2017, 2018, 2019 e 2020); hooks (2018); Hrbek (2010); Kilomba (2019); Ki-Zerbo (2010); Lugones (2019); Opoku (2010); Oyewùmí (2021); Perrot (2007); Resende (2013); Saffioti (2004); Serpa (2022); Vansina (2010); Vergès (2020). Logo, estudar a literatura de autoria feminina negra nigeriana é tentar entender a diversidade cultural e humana desse povo.

Palavras-chave: Mulher negra. Identidade. Maternidade. Buchi Emecheta

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo general analizar la representación de identidad de la mujer negra en la novela nigeriana *As alegrías da maternidade*, de Buchi Emecheta y como objetivos específicos se pretende verificar el papel impuesto a la mujer en la sociedad patriarcal y colonial nigeriana; discutir aspectos de la ascendencia / religiosidad en la vida de la mujer nigeriana; entender la construcción social de la maternidad en la obra en estudio. *As alegrías da maternidade* es una novela contemporánea que busca discutir la representación de la sumisión femenina en la sociedad nigeriana, aspectos del patriarcalismo, del colonialismo, de la dominación masculina, y la presencia de los ancestrales y rituales religiosos que marcan la cultura del pueblo nigeriano, además del tópico a cerca de la maternidad. La narrativa es ambientada en la Nigeria colonial, específicamente en dos espacios: Ibuza (rural) y Lagos (urbano), mostrando así la relación de la cultura tradicional versus la modernidad impuesta por la colonización. Es una novela de formación, en la cual se puede acompañar toda trayectoria del personaje principal Nnu Ego antes de su nacimiento hasta su muerte. Así, para construcción de este estudio se tiene por base las siguientes cuestiones problema: como la identidad de la mujer nigeriana es construida en la obra *As alegrías da maternidade*, de Buchi Emecheta? ¿Cuáles las consecuencias de la opresión del sistema patriarcal y colonial para la mujer nigeriana en la novela? ¿Cómo la cuestión de la maternidad es construida en la narrativa? ¿Cómo la presencia de la descendencia está relacionada a la mujer nigeriana en la obra? Para dar cuenta de los contextos y espacios construidos en la novela, se buscó la siguiente referenciación teórica: Agnol y Ceccagno (2021); Alves y Pitanguy (2017); Badinter (2011); Bourdieu (2012); Bonnici (1998); Carbonieri (2013); Collins (2019); Cortês y Andrade (2020); Emecheta (2017, 2018, 2019 e 2020); hooks (2018); Hrbek (2010); Kilomba (2019); Ki-Zerbo (2010); Lugones (2019); Opoku (2010); Oyewùmí (2021); Perrot (2007); Resende (2013); Saffioti (2004); Serpa (2022); Vansina (2010); Vergès (2020). De esta forma, estudiar la literatura de autoría femenina negra nigeriana es intentar entender la diversidad cultural y humana de ese pueblo.

Palavras-clave: Mujer negra. Identidad. Maternidad. Buchi Emecheta

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2	ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA INGLESA	15
2.1	Dá Oralitura aos Primeiros Registros Escritos na Literatura Nigeriana	15
2.2	Vozes Femininas na Literatura Nigeriana Pós-Colonial	22
2.3	Marcas do Feminismo Negro e Decolonialidade	36
3	O LUGAR DE BUCHI EMECHETA NA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NIGERIANA	47
3.1	Recepção Crítica da Obra <i>As Alegrias da Maternidade</i>	47
3.2	Discursos de Resistência na Narrativa de Emecheta	53
4	CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER EM, <i>AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE</i> DE BUCHI EMECHETA	62
4.1	A Mulher e o Sistema Opressivo na Sociedade Patriarcal Colonial Nigeriana	62
4.2	Ancestralidade e Religiosidade em, <i>As Alegrias da Maternidade</i>	74
4.3	Os Dilemas Vividos por Nnu Ego como Mãe em, <i>As Alegrias da Maternidade</i>	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	101

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A literatura, ao longo dos tempos, acompanha todo o processo de transformação da sociedade que está em constante mudança. Essa união da literatura com a história é essencial para compreender uma época, os personagens, as imagens, as cores, o espaço, isto é, observar a realidade. É a partir dessa interpretação que surge a noção de *representação*.

Na criação artística, os escritores, ao construírem uma obra literária, buscam sempre inserir as características que definem e marcam suas obras e estórias. Isso é crucial, pois buscam representar a fala de vários outros, de um povo, de uma cultura, até mesmo os silenciamentos de grupos sociais.

Este estudo, por ser um trabalho de cunho acadêmico e científico, que faz parte dos Estudos Culturais e tem uma representação do social na obra literária, apresenta relevância tanto para o âmbito social como para o espaço acadêmico.

Assim, a escolha do tema desta pesquisa aconteceu em decorrência de leituras de obras de escritoras e protagonistas negras desde a graduação. Algumas dessas obras denotavam um protagonismo feminino percebido a partir das marcas linguísticas e textuais das autoras, tanto que o Trabalho de Conclusão de Curso teve como obra analisada o romance nigeriano “*Hibisco Roxo*”, da escritora Chimamanda Ngozi Adichie.

Justifica-se, assim, a preferência por seguir na linha de romances nigerianos com a obra *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta, por apresentar uma estrutura diversificada de temas polêmicos e intrigantes. Nesse sentido, descreve-se mais alguns pontos que justificam a escolha pelo tema *mulher negra na literatura nigeriana*, tais como: existe ainda pouca visibilidade na produção da literatura de autoria feminina negra, isto é, essa produção é tímida por receber pouca atenção da crítica, assim, atribuir um olhar para a literatura africana, em especial nigeriana, se faz necessário.

Além disso, nos últimos anos, a literatura de autoria feminina africana, em especial a nigeriana, vem crescendo, sobretudo com a dimensão internacional de algumas escritoras e feministas, mas ainda com pouco espaço e visibilidade. Dentre as literatas africanas de renome, destacam-se, de modo geral: Chimamanda Ngozi Adichie, Paulina Chiziane, Noémia de Sousa, Ayòbámi Adébàyò, Fatma Mernissi, Scholastique Mukasonga, Djaimilia Pereira, Yaa Gyasi, Marguerite Abouet e outras.

Esta abertura de espaço na atualidade é significativa, visto terem sido silenciadas durante anos aquelas que as precederam. Cabe, ainda, esclarecer que estas poucas escritoras que vêm ganhando visibilidade e fama tiveram que passar pelo processo da diáspora, indo completar seus estudos em países da Europa e dos Estados Unidos.

As contribuições da mulher negra na literatura vêm através de textos com histórias sobre: liberdade, consciência nacional, cultura e transformação social, quer dizer, a representação da identidade daquela população. É uma escrita que representa o universo feminino e seus dilemas na sociedade, por isso se faz tão importante analisá-las, uma vez que ainda vinculam a literatura africana a termos pejorativos e estereotipados acerca da cultura e das relações étnico-raciais que precisam ser desconstruídas.

Convém ressaltar, que a divulgação de obras da literatura de língua inglesa (nigeriana) no Brasil não tem tanto espaço, visto que o romance *corpus* desta dissertação foi escrito em 1979, mas, só em 2017, foi traduzido e publicado no Brasil pela Editora Dublinense em parceria com a Tag Livros, abrindo, assim, espaço para que se tivesse conhecimento das obras dessa escritora. O que denota mais um ponto que justifica esta pesquisa.

Outro impulsionador desta pesquisa é entender o papel das mulheres na narrativa ficcional com temas que parecem comuns, mas que persistem e se arrastam há décadas e se mantêm na contemporaneidade, como patriarcalismo, colonialismo e a submissão feminina, por exemplo. A partir disso, surgem os efeitos que proporcionam cobranças para a mulher de hoje, quais sejam: cumprir com o papel social a elas imposto, como o sonho do casamento, a maternidade, casar virgem, abdicar da infância em detrimento do casamento, dentre outros.

As mulheres precisavam manter um comportamento recatado, respeitoso, silenciado, invisibilizado, isto é, elas viviam uma vida submissa. Desse modo, o casamento, para a mulher, acontecia cedo. O enlace matrimonial ainda é algo desejado pelas mulheres que vivem em países de contorno patriarcal, mesmo que seja um casamento poligâmico, ainda assim, elas querem o status social de esposa.

A mulher precisava exercer a função procriadora e de filhos homens para continuar o nome e a linhagem do marido, conduzindo o lar e, principalmente, transmitir aos filhos boa educação e comportamento irrepreensível. Desta forma, a mulher, ao sair do poder do pai, passa ao poder do marido, portanto, sem autonomia

para ser dona de si mesma.

Esta obra também representa o período do colonialismo britânico, uma vez que apresenta uma Nigéria do final da década de 1920 e o início da década de 1930, além de ressaltar as tradições culturais e religiosas. Não resta dúvida que a colonização foi opressiva, considerando que o colonizador tinha, por interesse, manter sua soberania e, para isso, usava da força e violência, gerando, assim, um processo de desumanização do colonizado.

Assim, será abordada a questão da ancestralidade e religiosidade como fatores que marcam a cultura nigeriana, especificamente igbo e que tem grande representação na obra. Também serão elencadas temáticas da literatura africana, da literatura de autoria feminina negra, da representação da mulher negra, do colonialismo na Nigéria, além da construção social da ideia de maternidade, como aspectos relevantes e que marcam a literatura negra de língua inglesa ainda com pouco espaço no Brasil.

Nesse viés, outros pontos essenciais para fundamentação deste estudo são: a decolonialidade e o feminismo negro, além do feminismo construído em solo nigeriano, que traz uma discussão diferente, visto que a realidade da mulher africana apresenta questões que não são contempladas por nenhum outro feminismo.

A escritora nigeriana Buchi Emecheta nasceu em 1944, na cidade de Lagos, mas passou boa parte da infância em Ibadan, onde aprendeu o dom da oralidade através da contação de histórias. Aos dezesseis anos de idade, Emecheta casou com Sylvester Onwordi e teve cinco filhos, embora fosse um casamento abusivo e violento. Aos vinte e dois anos, eles se divorciaram, momento em que viviam em Londres, e Sylvester renega, então, a paternidade, deixando Buchi sozinha com toda a responsabilidade de sustentar uma família e, ainda, em um país estranho.

Buchi precisou trabalhar em diversos lugares para manter os filhos e sempre se dedicou aos estudos e, em 1974, graduou-se em Sociologia. Logo depois, em 1976, conclui o mestrado e, em 1991, o doutorado em Educação. Nesse meio tempo, também dedicava-se a escrita. Como consequência, a escritora publicou mais de vinte obras e recebeu diversos prêmios, seu repertório literário aborda as representações da mulher africana, em especial a nigeriana, e a propaga para o mundo, despontando assim em diversos países. Em janeiro de 2017, aos setenta e dois anos, ela falece.

O romance objeto deste estudo é contemporâneo, narrado em terceira pessoa e está dividido em dezoito capítulos. A narrativa tem como espaço a Nigéria no período

colonial, mais especificamente as cidades de Ibadan e Lagos, e gira em torno de Nnu Ego, uma jovem igbo, filha de um grande líder de Ibadan, que tem como meta de felicidade ser mãe. O romance tem início com um evento traumático vivido por Nnu Ego e volta no tempo para antes do nascimento dela, possibilitando ao leitor entender e acompanhar todo o percurso e fases da vida da protagonista.

Nnu Ego tem a vida marcada pela má sorte devido a uma maldição lançada antes do seu nascimento e a dita maldição é o fio condutor de todo o percurso narrativo. Assim, o romance acompanha todo o trajeto e transição de Nnu Ego desde antes do seu nascimento, passando pela infância, juventude até a fase adulta, sendo visto como um romance de formação.

As alegrias da maternidade é um romance que apresenta temáticas pertinentes, mostrando a mulher na sociedade igbo, as tradições e sabedorias ancestrais, a poligamia, o controle do corpo feminino, a presença do colonialismo, a constante luta para realização da maternidade, como também as frustrações e decepções. Em suma, esta é uma pesquisa-ferramenta útil para reforçar o conhecimento e despertar o interesse pela temática em questão.

Ler obras escritas por mulheres negras traz uma reflexão acerca das suas experiências humanas, de seus conflitos, emoções e saberes. Dessa forma, a consolidação dessa literatura de autoria feminina negra nigeriana é um avanço para a mulher no espaço intelectual atual, pois a apresenta como protagonista e narradora de suas próprias histórias, fortalecendo, assim, sua representatividade e demonstrando que a literatura de autoria feminina não é algo externo à literatura nigeriana.

Assim, serão utilizados(as) como aportes teóricos, Agnol e Ceccagno (2021); Alves e Pitanguy (2017); Banditer (2011); Bourdieu (2012); Bonnici (1998); Carbonieri (2013); Collins (2019); Cortês e Andrade (2020); Emecheta (2017, 2018, 2019 e 2020); hooks (2018); Hrbek (2010); Kilomba (2019); Ki-Zerbo (2010); Lugones (2019); Opoku (2010); Oyewùmí (2021); Perrot (2007); Resende (2013); Saffioti (2004); Serpa (2022); Vansina (2010); Vergès (2020).

A dissertação que ora se apresenta, cujo título é *Mulher negra e o pertencimento identitário, em As Alegrias da Maternidade, de Buchi Emecheta*, está dividida em três capítulos: o primeiro capítulo é intitulado de *Aspectos conceituais e históricos da literatura africana de língua inglesa* e é dividido em três subtópicos, a saber: *Dá oralitura aos primeiros registros escritos na literatura nigeriana; Vozes*

femininas na literatura nigeriana pós-colonial; e Marcas do feminismo negro e decolonialidade.

O segundo capítulo é *O lugar de Buchi Emecheta na literatura de autoria feminina nigeriana*, dividido em dois subtópicos: *Recepção crítica da obra As alegrias da maternidade; e Discursos de resistência na narrativa de Emecheta.*

E, por último, *Construção identitária da mulher em As alegrias da maternidade de Buchi Emecheta*, que é composto de três subtópicos: *A mulher e o sistema opressivo na sociedade patriarcal colonial nigeriana; A ancestralidade e religiosidade em As Alegrias da maternidade de Buchi Emecheta; e Os dilemas vividos por Nnu Ego como mãe em, As Alegrias da maternidade.*

2 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA INGLESA

Escolher escrever é rejeitar o silêncio.
(Chimamanda Ngozi Adichie)

Este capítulo, faz um apanhado histórico sobre o país Nigéria, o processo da colonização e a relação com a oralidade, que marcam a comunicação e a literatura, além de ser uma tradição cultural do continente africano, contribuindo para que se entenda os primeiros registros escritos na literatura nigeriana. Abordar-se-á também o percurso da literatura pós-colonial e as vozes femininas nigerianas que compõem essa literatura até chegar aos movimentos sociais como o feminismo negro, aspectos do feminismo construído em solo nigeriano e a decolonialidade. Para sustentar teóricamente este capítulo, serão utilizados os pensamentos discursivos dos seguintes teóricos: Alves e Pitanguy (2017); Bonnici (1998); Carbonieri (2013); Collins (2019); hooks (2018); Hrbek (2010); Kilomba (2019); Ki-Zerbo (2010); Lugones (2019); Opoku (2010); Perrot (2007); Resende (2013); Vansina (2010); Vèrges (2020).

2.1 **Dá oralitura aos primeiros registros escritos na literatura nigeriana**

O continente africano é composto por cinquenta e quatro países que se dividem em cinco regiões: África do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Meridional. Para este estudo, será abordado, especificamente, o país Nigéria, que fica na região da África Ocidental, visto que a obra é de uma escritora nigeriana.

A Nigéria é um país que apresenta grande contingente populacional. Estima-se que sejam mais de 206 milhões de habitantes, além de ser composta por diversos grupos étnicos, cerca de 250, sendo os mais representativos os Hauças, que habitam predominantemente a região norte; os lorubás, a região sudoeste do país; e os Igbos, a região sudeste.

Essas três etnias aparecem no decorrer da narrativa, pois a escritora Buchi Emecheta é natural de Lagos, que é de maioria lorubá. Mas, com mais ênfase,

aparecem os Igbos e seus costumes e tradições, quiçá por ser esta a etnia dos ancestrais da escritora e nela prevalecesse as raízes Igbos. Essa possibilidade justifica no romance a personagem principal pertencer a etnia Igbo.

A Nigéria tem como capital a cidade planejada Abuja e sua língua oficial é o inglês devido ao processo do domínio colonial britânico, seu clima, dependendo da região, é seco com influência do Harmatão (vento que sopra do Saara) e, em outras, é chuvoso com temperaturas baixas. O país é banhado pelo oceano Atlântico e por rios, sendo os mais importantes Níger e Benue. Sobre esse país, Roberta Mara Resende (2013, p. 44) postula:

A República Federal da Nigéria é o país mais populoso da África e o oitavo país mais populoso do mundo. Seu nome foi escolhido por Flora Shaw, esposa do Barão Lugar, administrador da colônia britânica no fim do século XIX. Nigéria seria a união de duas palavras: Niger (rio que corta a região) e área (lugar).

No século XV, países da Europa iniciaram um processo de colonização em diversos países do continente africano, dando início ao regime de escravização do africano em diáspora, precedido de sequestros e guerras sangrentas e fratricidas na África, que foram instigadas e arregimentadas pela Europa. Especificamente na Nigéria, a colonização europeia teve início no século XIX e o primeiro país europeu a chegar na Nigéria foi Portugal, seguidos dos ingleses, que dominaram e controlaram a maior parte do país africano, criando uma única colônia. Esse processo de colonização realizado pelos britânicos não tinha como foco habitar o país africano, mas explorar e saquear as riquezas naturais e minerais que encontrassem, além de dar continuidade ao violento mercado do tráfico de escravos.

Em meio a todo esse processo, a Nigéria e o continente africano como um todo têm a tradição da história oral, que marca a sua comunicação e literatura antes da chegada dos europeus. As narrativas orais fazem parte da tradição do país em que são elencados os valores, crenças, identidade, ou seja, o legado cultural, histórico e memorialístico dos povos africanos. A oralidade é uma prática complexa que dificulta trazer uma definição / conceito preciso que abranja todos os aspectos dessa tradição. Nessa discussão, Jan Vansina (2010, p. 140) elenca que,

uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da

sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral.

Assim, o ritual de contar histórias exige toda uma irreverência, o dom da palavra, os gestos, a emoção, o uso de instrumentos, a interação com o público que ouve, o que permite criar um vínculo de cumplicidade e harmonia para reconstruir memórias, fantasias, o elo com o sagrado, com as danças e a natureza. Narrar histórias é uma condição do ser humano que está vinculado com o resgate da memória e do testemunho, exaltando a sabedoria milenar que perpassa o passado glorioso de gerações dos povos africanos, isto é, são histórias que os mais velhos contam, são saberes que representam a nação africana e legitima o conhecimento ancestral. Conforme Vansina (2010, p. 140), “A tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra”.

Com a colonização, a tradição oral foi desvalorizada e passou-se a enaltecer a cultura da letra, mas a oralidade continuou existindo e sendo realizada por alguns povos africanos que passaram a ser vistos como tradicionais por resistirem à imposição do que era trazido pelo colonizador. A exigência da cultura letrada aproximava o colonizado do colonizador e ainda permitia a valorização dos costumes e da língua do opressor. Conforme explana Grada Kilomba (2019, p. 17), “a palavra passou a ser usada nas relações de poder entre a Europa e a África para definir o lugar de subordinação e inferioridade”, quer dizer, uma tentativa de apagamento da tradição oral e imposição da escrita que possibilitou ao colonizador qualificar os povos africanos como sem escrita e, portanto, sem história e sem cultura.

Todavia, é pertinente ressaltar que em alguns países da África já existia um modelo de escrita antes da colonização. Sendo, então, um equívoco forjado pelos ocidentais para potencializar e ressaltar uma superioridade branca em detrimento da inferioridade negra. Portanto, para Vansina (2010, p. 140), “um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar, etc”.

Para completar esse pensamento, Joseph Ki-Zerbo (2010, p. 30) afirma que,

o texto literário oral retirado de seu contexto é como peixe fora da água: morre e se decompõe. Isolada, a tradição assemelha-se a essas máscaras africanas arrebatadas da comunhão dos fiéis para serem expostas à curiosidade dos não iniciados. Perde sua carga de sentido

e de vida.

Assim, entende-se que o processo de colonização, opressivo e de práticas seculares, aos poucos foram sendo banidas e perdendo valor, resultando em ações e tentativas de apagamento da cultura e da tradição dos povos africanos, pois interessava ao colonizador manter sua soberania. Para isso, usou a palavra do colonizado como instrumento para observar e colher informações acerca da identidade e da dinâmica social do colonizado e, assim, impor o seu domínio e combater a tradição da oralidade, pois, desde o início, o colonizador estava decidido a destruir todas as práticas tradicionais africanas. Conforme Ivan Hrbek (2010, p. 123),

no século XIX, a maior parte da literatura narrativa provém dos exploradores, que, de acordo com a tendência da época, tinham sua atenção voltada principalmente para a solução de grandes problemas geográficos e econômicos. O que os europeus mais bem registraram foram suas observações dos aspectos exteriores das sociedades africanas, dos chamados “usos e costumes”; os documentos fornecem descrições ricas, precisas e requintadas de várias cerimônias, vestimentas, comportamentos, estratégias e táticas de guerra, técnicas de produção, etc., não obstante, às vezes, a descrição ser acompanhada por epítetos como “bárbaro”, “primitivo”, “absurdo”, “ridículo” e outros termos pejorativos, o que, por si só, não significa muito; trata-se somente de um julgamento em função dos hábitos culturais do observador.

Percebe-se aí um processo de desumanização do ser, em que o europeu tinha a intenção somente de apagar memórias, saberes e práticas dos colonizados, além de usar da arrogância, da incomunicabilidade e de mascarar atos violentos contra os corpos dos africanos. Quer dizer, o colonizador sedutoramente visava subjugar, desvalorizar e controlar os colonizados inferiorizando-os e tornando-os menos que seres humanos, com pouco espaço para preservar sentidos de si e de identidade na comunidade e no mundo, além de caricaturar, degradar e disseminar pelo mundo a visão do negro como símbolo de negatividade e barbaridade, desencadeando medo na mente das pessoas.

Nesse sentido, o colonizador pregava um discurso de inferioridade e diferença para justificar as atrocidades cometidas contra os povos colonizados, induzindo que a presença do homem europeu servia de “ajuda” para resgatar aqueles povos do atraso, impondo a eles um modo de viver europeu que seria um espelho a ser seguido para a evolução.

Conforme traz Kilomba (2019, p. 34), “enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intruso, o branco torna-se vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano”. Isto é, houve um silenciamento sistêmico e um processo de interdição do povo negro, o que não quer dizer que ele foi passivo à escravidão, pois ou o negro se submetia ao regime colonialista ou era exterminado. Então, era uma questão de sobrevivência.

Nessa perspectiva, conjectura-se que, para conter a população com o objetivo de manter a ordem social, um instrumento usado pelo europeu foi a religião. Assim, a presença da Igreja Católica nas colônias impôs a conversão dos africanos ao cristianismo, impedindo-os de que eles se mantivessem como foram encontrados. Desse modo, a religião era o instrumento usado pelo colonizador para conquistar os corpos, as mentes e as almas dos colonizados. Eram as missões cristãs que se estabeleciam nas colônias e abriam escolas com a intenção de impedir que aqueles povos despertassem para entender a situação de colonizado e explorado. Como consequência, foi imposta uma nova língua, religião, valores, alfabetização, cultura e costumes europeus. Nessa discussão, Kofi Asare Opoku (2010, p. 597) elenca que

os missionários foram os porta-vozes da cultura ocidental, e sempre foram claros relativamente à religião africana: queriam converter os africanos não somente ao cristianismo, mas também à cultura ocidental, que julgavam impregnada de cristianismo e profundamente marcada por ele.

As missões enxergavam os povos africanos como inferiores e que não tinham nada a oferecer ao europeu. Além disso, para eles, a língua falada pelos povos africanos e a arte da oralidade eram vistos como dialetos e balbúcia que não poderia ser classificada como língua, quer dizer, os missionários desvalorizavam a cultura africana desde o início e tinham o objetivo de exterminá-la. Com isso, usavam do poder que possuíam para disseminar a ideia de converter as almas para Deus, sendo, na verdade, para o reino branco, que necessitava de braços preparados para atender aos desejos dos colonizadores em gerar riquezas. Isto é, eram reduzidos à mão de obra, prontos para servir, conforme explana Opoku (2010, p. 603): “A presença europeia significava, portanto, uma dupla pressão: sobre a terra e sobre as tradições”.

Convém ressaltar que na África existe uma diversidade de sistemas religiosos locais, como da etnia igbo (que é elencada no romance em estudo), com seus deuses e deusas, e que tem a figura de *Chukwu* como deus supremo, criador de tudo, e do

Chi, que é o guia espiritual de cada indivíduo, que os colonizadores condenavam e chamavam de religiões pagãs.

Nesse processo hostil de tentativa de apagamento do entendimento das pessoas sobre si mesmas estava também o constante controle para impedir que o colonizado despertasse o gosto pela literatura, pois ela amplia a curiosidade, o entendimento da realidade, possibilita conhecimento e ideia de mundo, além de proporcionar reflexão que oportuniza a transformação social. Como explana Kilomba (2019), o homem branco tem medo de perder o controle sobre o colonizado, quer dizer, o homem branco busca sempre calar, anular e invisibilizar o homem negro, mas o despertar e o interesse pela literatura foi inevitável, possibilitando a transformação do país e a criação de uma sociedade mais culta e intelectual.

No entanto, o processo foi lento e permeado de impasses, pois a produção literária local necessitava importar as produções europeias que precisavam ser traduzidas. Frisando intertextualmente, Chimamanda Ngozi Adichie, na obra *O perigo de uma história única* (2009), expõe que seus primeiros escritos tinham personagens que viviam uma realidade distante da nigeriana. Eles brincavam na neve, comiam maçã, adoravam quando o sol aparecia e bebiam cerveja de gengibre. Ou seja, a literatura disponível não tinha qualquer identificação com a autora e a realidade em que viviam, mas eram livros que convenciam e impressionavam com suas histórias, pois os livros africanos, e, de modo especial, os nigerianos, eram raros. Assim, com o tempo, as obras foram sendo adaptadas, imitadas até, finalmente, criarem obras que envolvessem as identidades de suas raças e etnias.

Um outro obstáculo era que essas obras precisavam da aceitação do cânone, que determinou um padrão branco e masculino para a publicação de obras literárias, forçando diversos escritores a realizarem o processo da diáspora indo completar e complementar seus estudos em países como o Reino Unido ou Estados Unidos, conforme explana Resende (2013, p. 11): “o desenvolvimento da literatura local insere os países de origem no contexto mundial, não mais como uma parte da literatura do país que o dominou, mas como instrumento autossuficiente de fala, o que contribui para a afirmação desses locais como nações”, refletindo um processo de resgate da cultura de cada região, constituindo uma literatura marcada pela diversidade dos países desiguais onde são produzidas.

Tudo isso foi possível devido à tradição oral, pois a fala tem poder e força, desenvolve a memória e possibilita a ligação entre o homem e a palavra, como elenca

Opoku (2010, p. 611): “o registro dos falares africanos levou ao surgimento da literatura escrita em diversas línguas do continente”. Isto é, a oralidade resgata costumes e fatos históricos da vida do povo africano com diversas histórias sobre religião, arte, ciência, natureza, família, recreação. São as tradições locais usadas como ponte entre a oralidade e a literatura escrita.

Com isso, a produção literária nigeriana e africana, como um todo, é marcada pelo processo de colonização e seus escritos estão imersos entre literatura e história, uma volta pelo passado redescobrimo a nação.

Destarte, combate-se a ideia de um lugar pobre e cheio de animais ferozes, que tem, na oralidade, o caminho para desconstruir a imagem criada pelo europeu em relação ao continente africano quando evidencia as características locais e as referências nacionais que foram inferiorizadas pelo colonizador. Assim, com o tempo, o continente africano foi caminhando para o processo de descolonização na busca pela independência e, na Nigéria, não foi diferente, visto que o impulso veio com a Segunda Guerra Mundial e fez brotar nos nigerianos um sentimento nacionalista.

Inicia-se, com isso, um longo processo de lutas e conquistas para forçar o governo britânico a entregar as colônias. Em outubro de 1960, o país alcança a independência, mas só três anos depois é que é proclamada a República Federal da Nigéria. No entanto, o país ainda sofre com relação a ter ou não uma democracia vigente, pois as marcas da colonização ainda se fazem presentes.

Na busca pela descolonização, surgiram vários movimentos para enfrentar a transição conturbada e, no âmbito da literatura, não foi diferente. Com uma trajetória de conflitos que os escritores tiveram que confrontar para ganhar espaço, visibilidade, divulgação e reconhecimento, tendo em vista que nessas produções, segundo Resende (2013, p. 18), “a margem ou minoria, até então silenciada, começa a ter lugar de fala, tornando-se, desse modo, sujeito de seu próprio destino”.

Nesse processo, essa literatura e seus escritores estão divididos entre África anglófona, em que a língua oficial é o inglês; África francófona, que falam francês como língua oficial; e África lusófona, que são aqueles de língua portuguesa. Com isso, este estudo, ressalta a produção literária africana de língua inglesa, mais especificamente Nigeriana e, no próximo tópico, abordar-se-á as vozes femininas que compõem a literatura nigeriana e a produção literária pós-colonial.

2.2 Vozes femininas na literatura nigeriana pós-colonial

A produção literária africana escrita é reflexo da oralidade, da história e da vida social do seu povo e tem como papel contribuir para construção de uma identidade cultural sem esquecer que durante anos os colonizadores se preocuparam em mostrar para o restante do mundo uma África assustadora e seus habitantes como desajustados.

Assim, observa-se que a literatura africana, em especial a nigeriana, tem uma forte ligação com o passado, e nela tem destaque histórias sobre tradições, saberes, cultura, ancestralidade, liberdade, nacionalismo e transformação social, quer dizer, a representação da identidade daquela população. Entretanto, para alcançar notoriedade, os africanos que almejavam ser escritores encontraram muitos desafios e, de início, como mostra Thomas Bonnici (1998, p. 08), “o desenvolvimento de literaturas dos povos colonizados deu-se como uma imitação servil a padrões europeus, atrelada a uma teoria literária unívoca, essencialista e universalista”.

Nesse sentido, o processo de colonização era representado, na maioria dos escritos, mostrando a questão da dominação do território, da cultura e da economia, retratando assim a superioridade do colonizador. Porém, esses escritos, por não se enquadrarem nos padrões europeus, eram negados e considerados sem valor diante do padrão literário determinado pela cultura ocidental. No entanto, é pertinente ressaltar a existência de uma estética própria, livre de degradações e manipulações coloniais.

Deste seguimento, surgiram os estudos pós-coloniais como uma possibilidade de combater a dominação ideológica do processo colonial. É um movimento de valorização dos povos africanos, momento em que eles questionam o discurso ocidental e passam a produzir textos que descrevem as influências sofridas por essas culturas. Acerca dessa discussão sobre pós-colonialismo, Bonnici (1998, p. 9) traz que

autores tradicionais, definindo pós-colonialismo, usam o termo “colonial” para descrever o período pré-independência e os termos “moderno” ou “recente” para assinalar o período após a emancipação. Outro conceito a ser considerado é o de literatura pós-colonial, que pode ser entendida como toda a produção literária dos povos colonizados pelas potências européias entre o século XV e XX.

O pós-colonialismo tem se apresentado como uma importante mudança no

campo dos estudos literários, pois o colonizador impôs silêncio aos subjugados como uma forma de civilidade àquela cultura vista como inferior e primitiva. Com isso, o discurso eurocêntrico, que menosprezava e desqualificava os povos africanos, a partir dos estudos pós-coloniais, tem ganhado interesse. Pode-se dizer que, a resistência daqueles que foram privados de direitos e sequestrados da sua cultura, e que passam a estudar e entender todo processo de desumanização do ser, se organizam em movimentos de emancipação, isto é, movimentos que visavam trazer novas vozes e lugares de fala. Sobre isso, Bonnici (1998, p. 9) explana que:

a crítica pós-colonialista é enfocada, no contexto atual, como uma abordagem alternativa para compreender o imperialismo e suas influências, como um fenômeno mundial e, em menor grau, como um fenômeno localizado. Esta abordagem envolve: um constante questionamento sobre as relações entre a cultura e o imperialismo para a compreensão da política e da cultura na era da descolonização.

Desse modo, se faz necessário que estes estudos girem em torno da criação de uma conjuntura propícia àqueles que foram oprimidos para que exista um reavivamento da história e das vozes silenciadas. Ou melhor, que sejam estratégias interpretativas que busquem entender as práticas culturais e as sociedades colonizadas desde o processo da colonização até a modernidade. Acerca dessa crítica, Bonnici (1998, p. 10) explica:

desde a sua sistematização nos anos 70, a crítica pós-colonial se preocupou com a preservação e documentação da literatura produzida pelos povos degradados como “selvagens”, “primitivos” e “incultos” pelo imperialismo; a recuperação das fontes alternativas da força cultural de povos colonizados; o reconhecimento das distorções produzidas pelo imperialismo e ainda mantidas pelo sistema capitalista atual.

Segundo Bonnici (1998, p. 11), a literatura pós-colonial se divide em três etapas:

a primeira etapa envolve textos literários que foram produzidos por representantes do poder colonizador (viajantes, administradores, soldados e esposas de administradores coloniais). A segunda etapa envolve textos literários escritos sob supervisão imperial por nativos que receberam sua educação na metrópole e que se sentiam gratificados em poder escrever na língua do europeu. A terceira etapa envolve uma gama de textos, a partir de certo grau de diferenciação até uma total ruptura com os padrões emanados pela metrópole.

Nessa perspectiva, conforme alude o dito acima, na primeira etapa, os textos eram escritos pelos colonizadores e eram textos mais descritivos, os quais, praticamente, desenhavam o local, o espaço, o ambiente, a flora, a fauna e a população de modo pejorativo, usando de termos como: selvagens, bestiais, inocentes e outros. Na segunda etapa, os nativos elaboravam seus textos, que passavam pelo crivo e controle dos colonizadores, além da censura do cânone. E a terceira etapa eram textos marcados por questionamentos e reflexões sobre o colonialismo na visão do colonizado.

Assim, a produção literária africana cresce em meio à resistência, à ação dos invasores europeus que tentaram, por séculos, silenciar os nativos. É uma literatura que resgata as tradições locais, que privilegia a oralidade ao mesmo tempo em que busca criar suas bases a partir de uma cultura própria. O continente africano vivenciou diversos fatos decorrentes da colonização e da descolonização que marcaram profundamente a produção e difusão literária. Mas, especificamente, acerca da literatura africana de língua inglesa, Bonnici (1998, p. 8) traz que:

talvez pelo fato de ter sido o mais extenso e o mais estruturado de todos, o império britânico proporcionou ao crítico uma singular ocasião para ele poder analisar a literatura escrita em inglês por povos tão diversos em circunstâncias geográficas e históricas tão diferentes.

Desse modo, a produção literária nigeriana apresenta sua própria trajetória, que é dividida por fases pela crítica literária, como expõe Resende (2013, p. 42):

a negritude, movimento que reivindicava identidade cultural e literária próprias da África se firma sobre três pilares: a consciência nacionalista africana, a união entre literatura e oralitura e a recuperação ou reivindicação da imagem tradicional africana. Francofonia, conceito ideológico/político que visava preservar a unidade linguística das antigas colônias francesas e a metrópole. O pan-africanismo, por sua vez, foi um movimento de nacionalismo cultural que buscava recuperar a dignidade e consciência histórica dos africanos. Descolonização cultural movimento que fez surgir novos nomes, autores que geralmente completam sua formação intelectual fora da Nigéria.

Essas fases da produção literária nigeriana reafirmam o valor e o orgulho de ser africano na busca pela identidade através de pressupostos entre os do realismo confrontado com o passado e de obras publicadas que representam fatos ocorridos

antes da independência, outras sobre o pós-independência em meio às crises políticas e, por último, uma escrita mais contemporânea, que traz fortes sentimentos de pertencimento, ou seja, são escritos marcados pela diversidade.

No que tange ao romance nigeriano, visto que a obra analisada é um romance, Divanize Carbonieri *et al.* (2013, p. 02) afirma que

o romance africano nasce como uma herança da colonização europeia, mas também como um grito de revolta, um ato de resistência cultural, abrindo aos povos colonizados a possibilidade de afirmar sua identidade e narrar sua própria história.

São escritos que, em sua maioria, traziam em seu contexto a violência do período colonial como um resgate de suas vidas e histórias, fundamental para a construção da identidade daqueles povos, mas que também eram escritos que evidenciavam a riqueza e a diversidade da civilização africana. O romance nigeriano surge como um espaço de negação, protesto e reivindicação que visava desconstruir o discurso colonial e ressaltar a africanidade. Ainda nessa discussão, Carbonieri *et al.* (2013, p. 02) cita que:

na atualidade, o romance africano ensaia novos caminhos, examinando as realidades das culturas africanas após o término da ocupação física por outras sociedades, num momento em que elas ainda são perpassadas pela luta contra a opressão de diversos tipos.

Assim, a literatura nigeriana e o romance, em si, buscam representar, a partir das suas narrativas, a luta para se destacar, para se expandir, para ganhar relevância e independência, quer dizer, se desvencilhar da periferia e das classificações de uma subliteratura ou literatura menor que reduz os escritos de autores africanos no espaço intelectual que ainda tem a literatura ocidental como referência.

Desse modo, as produções literárias africanas e nigerianas intencionalmente reescrevem a história na tentativa de edificá-la na busca de uma expressão da identidade nacional ao resgatar os traços culturais através de um engajamento social que busca representar a realidade, e não apenas reproduzi-la, além de representar a luta dos escritores em se distanciar do colonialismo e fundar uma literatura que fosse eminentemente identificada como africana. E, nesse sentido, o romance nigeriano vem ganhando espaço e cada vez mais interesse. Sobre isso, Carbonieri *et al.* (2013, p. 17) explica:

o romance produzido por essas sociedades carrega em si suas especificidades. A nosso ver, esse caráter complexo do romance africano, com sua ancestralidade dupla, sua multiplicidade de estilos, línguas e estratégias literárias, torna-o um objeto de estudo dos mais importantes na contemporaneidade.

Convém ressaltar que o gênero romance, de acordo com Carbonieri (2013), passou por fases. Em seu artigo *Rumos do romance africano de língua inglesa na contemporaneidade*, ela elenca que Ian Watt estabeleceu seis aspectos do gênero romance. Para ele, o método narrativo do romance se relaciona com o realismo formal. Já Bakhtin traça o romance em três etapas: tridimensionalidade estilística; transformação radical e contato com o presente. Para ele, este gênero sempre está em desenvolvimento. Agora, com relação especificamente ao romance nigeriano, Robert Fraser estabelece um esquema de seis fases narrativas: pré-coloniais, coloniais, resistência, construção da nação, dissidência interna e transculturais. Para ele, o romance nigeriano surge imbricado na necessidade de escrever histórias da nação que estava emergindo com a descolonização.

Nessa seara, convém ressaltar que o primeiro romance pós-colonial de língua inglesa de cunho de resistência é *Things Fall Apart* (1958), que foi escrito por Chinua Achebe, um escritor nigeriano considerado o precursor do romance africano e o pai da literatura nigeriana moderna.

De acordo com Carbonieri *et al.* (2013), o romance nigeriano surge no seio da colonização como um grito de resistência, proporcionando aos colonizados afirmar sua identidade ao narrar sua própria história. Ou seja, são escritos com temas diversificados e personagens mais ligados à realidade da sociedade nigeriana, em que os escritores buscam representar histórias de seus povos a partir de seu próprio ponto de vista.

Nessa discussão, Resende (2013, p. 45) postula que “a Nigéria possui longa tradição poética produzida desde o século XVI. A característica mais marcante das manifestações literárias em todo o país reside em seu caráter oral. A produção escrita apresenta ecos dessa tradição oral”.

Em suma, a produção literária nigeriana, mais especificamente o gênero romance, incorporou elementos desde a oralidade, a escritos que ressaltam um passado glorioso, que denunciam, que têm compromisso político, que utilizam de expressões culturais nativas, que ultrapassam a fronteira do espaço geográfico. Além disso, essa produção literária se expandiu, ganhando projeção internacional a partir

da valorização da história que uniu todos os povos do continente em um objetivo comum: a liberdade.

Seguindo nessa discussão, surge a literatura de autoria feminina com uma escrita de lutas e conquistas, pois a mulher, por tempos, esteve em segundo plano, sendo vista como: frágil, emotiva, submissa, amante da paz, passiva e desprovida da capacidade intelectual, quer dizer, aquela que precisava de um homem para guiá-la e controlá-la. Nesse sentido, a mulher, por vezes, foi silenciada e privada de participar de vários espaços da sociedade, tendo o espaço do privado na visão masculina, seu *lócus* ideal, conforme esclarece Michelle Perrot (2007, p. 18):

as mulheres se dedicam a materia mais humilde: à roupa e aos objetos, bungigangas, presentes recebidos por ocasião de um aniversário ou de uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou excursão, “mil nadas”, povoam as cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina.

Nota-se que a mulher, além de ser impedida de estudar, pois quando muito ficava nas primeiras letras, também não votava, não tinha poder de decisão e nem voz, ficava disponível, de modo integral, ao homem que a detinha e à mercê de suas vontades e decisões. Sendo assim as mulheres eram totalmente excluídas dos espaços públicos. Na verdade, elas eram invisíveis, como afirma Perrot (2007, p. 17): “Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas”. Isto é, seus sonhos, desejos, sentimentos, em nenhum momento, eram ouvidos ou levados em consideração.

Desse modo, a mulher enfrentou diversas limitações acerca da sua representação na composição histórica e social, pois elas foram mais educadas para o cuidado e a manutenção do lar do que instruídas academicamente. Quer dizer, a mulher vivia vigiada pela família, mantendo um comportamento recatado, pois existia uma aura de resignação e castidade sobre elas. Eram, ainda, obrigadas a seguir os preceitos da Igreja Católica, que ditava regras e mantinha sob controle a vida de toda a sociedade, sendo preparadas para cumprir aquilo que estava mapeado no seu destino: o matrimônio.

Desta forma, a vida da mulher era guiada pelos interesses masculinos, deviam obedecer às ordens e não tinham abertura no espaço público, que era destinado predominantemente aos homens, como enaltece Perrot (2007, p. 17): “os homens são indivíduos, pessoas, trazem sobrenomes que são transmitidos”. Logo, a mulher vivia

submissa e presa às normas e ao domínio patriarcal.

Com o passar dos tempos, as mulheres se revoltaram contra a condição que lhes eram impostas e se movimentaram pela conquista da sua liberdade, espaço e participação ativa em todos os âmbitos da sociedade. Assim, a partir de diversos movimentos sociais que defendiam os direitos da mulher, o processo de inserção delas com a escrita foi se desencadeando e possibilitando um diálogo com o mundo.

A princípio, para fazer parte da cena histórica, a mulher usou de estratégias de sobrevivência dentro do lar, uma produção literária silenciosa, tendo em vista que o saber e a escrita eram recursos utilizados predominantemente pelo gênero masculino e romper esse paradigma afetava a ordem social.

O meio mais utilizado pela mulher era o diário e lá elas registravam suas vidas, sonhos, interesses, planos, atividades e transmitiam as histórias de família. Entretanto, aos poucos, a escrita da mulher vai saindo do âmbito do privado e do silêncio, em que elas contavam o cotidiano familiar, para o caminho da vida produtiva e ativa da sociedade, o que vai desagradar aos homens, tendo em vista que os mesmos temiam perder o controle sobre o que as mulheres escreviam, como esclarece Perrot (2007, p. 93): “Uma mulher culta não é uma mulher”.

Desse modo, a literatura de autoria feminina cresce e ganha espaço e visibilidade. A mulher amplia suas realizações, desconstruindo a representação caricaturada pelo patriarcado de imagens e clichês distorcidos para uma mulher que, hoje, impõe sua voz e constrói sua história. Assim, a literatura de autoria feminina é uma escrita de afetos, alegrias, perdas, amores, melancolias à história de tantas outras mulheres, marcando a experiência de ser mulher em sociedade.

Veja-se que ser mulher é desafiador devido a todos os limites impostos que controlavam e controlam o pleno desenvolvimento delas. E ser mulher negra gera um desafio ainda maior perante uma sociedade racista que exclui, marginaliza e molda a vida em sociedade de acordo com os padrões hegemônicos que forçaram a mulher negra e a população negra, como um todo, a adotar os padrões normativos brancos como corretos, mascarando assim sua identidade.

Nesse percurso, é pertinente frisar que a mulher negra nigeriana também vivia sob os padrões opressivos do patriarcalismo. Elas tinham importância na geração de riquezas, eram elas que plantavam, colhiam, negociavam, mantinham a casa e o marido, e a organização dessa sociedade era também esforço delas, mas viviam em um sistema completamente heterossexual em que predominava o poder do homem,

conforme consta no seguinte trecho em que Resende (2013, p. 25) elenca:

durante o período colonial, a mulher controlava a economia de subsistência, já que era responsável pelo cultivo dos alimentos, especialmente o inhame, que constituía a base alimentar. Apesar disso, não lhe era permitida a posse da terra, privilégio apenas dos homens.

Nesse percurso, percebe-se que, mesmo exercendo um papel importante, a mulher continuava sendo minoritária, pois se privilegiava o poder do homem na tomada de decisões, isto é, a mulher não se desvencilhava da opressão, sendo obrigada a aceitar a poligamia, o pai escolher o esposo, manter a virgindade, e o homem nunca era visto como um mau marido, nunca estava errado, nunca era culpado, enquanto a mulher era a todo momento cobrada, julgada e estereotipada. Nisso, a mulher, mesmo sendo ativa socialmente, era submissa ao poder dominador do patriarcalismo.

No processo de diáspora forçada, a mulher negra era minoritária na classe dos escravos. Nessa situação, ela era subordinada ao homem negro, à mulher branca e ao homem branco na figura de senhor, vivia trabalhando na lavoura ou cuidando da casa grande, não estudava, era ama de leite, exercia jornada excessiva de trabalho, era acompanhante, sofria castigos constantes e era impedida de exercer a maternidade e a religiosidade originária. Ou seja, não tinham direito algum, além de viverem uma vida de privação, baixa expectativa de vida, separação da família, acusação e perseguição quando sumia um objeto ou alimento e quando a sinhá sentia ciúmes, além de serem sexualizadas e erotizadas.

María Lugones (2019, p. 373) afirma que “fêmeas colonizadas eram relacionadas ao diabo”. Isto é, existia um forte acesso brutal aos corpos dessas pessoas, num processo de objetificação em que a mulher negra era tomada como coisa tanto na exploração como escrava, como também pelo seu corpo, sendo usado para satisfação e luxúria sexual dos homens brancos.

Sobre isso, bell hooks (2018, p. 46) elenca que “o mito perpetuado pelos brancos de que as mulheres negras possuíam uma sexualidade aguçada, encorajou os violadores brancos e os exploradores sexuais”. Com isso, a imagem da mulher negra perante a sociedade é de sedução, como se elas fossem apenas peito e bunda, nisso ficou também relegado à mulher negra seguir certos padrões para se adequar à vida em sociedade de acordo com os preceitos determinados pelo europeu. Para

hooks (2018, p. 44), “a sistemática desvalorização da natureza feminina negra não foi simplesmente uma consequência direta do ódio pela raça; foi um método calculado de controle social”.

Nesse sentido, a imagem construída da mulher negra não é de valorização social, visto terem-lhe negado qualquer possibilidade de composição familiar, de direito sobre suas vidas e corpos, como esclarece Patricia Hill Collins (2019, p. 232): “as honestas e assexuais, protegidas pelo casamento, e seu oposto, as imorais e sexuais”. Quer dizer, elas não tinham nenhum tipo de proteção, não tinham nome, nem sobrenome, a igreja não as reconheciam como mulher de direito que precisava seguir os dogmas, não tinham nenhuma referência e nenhum familiar, eram marginalizadas e vistas como não civilizadas por estarem fora dos padrões europeus.

Assim, nesse processo de racialização, a mulher negra recebe símbolos que as representam, conforme explana Collins (2019, p. 140),

ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras.

Desse modo, quem detém poder cria a história como bem lhe apraz, independentemente de quem seja, as identidades são manipuladas e verdades são omitidas. E, assim, funciona com as imagens que criaram da mulher negra, mas tanto a mulher negra quanto a população negra como um todo lutaram e resistiram, pois a mulher negra não era reconhecida na sociedade como detentora de direitos e durante tempos ficou esquecida, subsumida, enfraquecida e submetida a um lugar de inferiorização e ausência de fala.

E, mesmo após a abolição da escravatura, a situação da mulher negra não melhorou, pelo contrário, elas passaram a ser mais perseguidas e estigmatizadas, pois não podiam exercer a liberdade de fato, visto que não havia políticas de inclusão e integração dos negros na sociedade. As mulheres negras tiveram que enfrentar inúmeros obstáculos como: se aglomerar nas cidades, buscar trabalho vendendo a mão de obra sem nenhuma qualificação, na maioria das vezes como domésticas nas casas dos brancos, que durante anos foram seus senhores, e, quando não conseguiam trabalho, acabavam indo para os prostíbulos, dentre outras situações.

Porém, devido aos diversos movimentos de pertencimento étnico-racial que

vem surgindo nas últimas décadas, a luta das mulheres negras contra a desigualdade e a opressão da elite branca vem se afirmando cada vez mais, abrindo espaços na sociedade, resultado de todo um processo histórico, social, cultural, literário e antropológico, que possibilita espaços de poder e visibilidade.

Sobre a mulher negra na literatura, os embates foram diversos, pois existia uma forte disseminação negativa da imagem dessa mulher na sociedade, assim como uma forte presença do racismo, etnocentrismo e patriarcalismo. Como bem explica Conceição Evaristo (2009, p. 18), “Escrever e ser reconhecido como um escritor ou uma escritora, aí é um privilégio da elite”. Mas, contrariando a normatização social e quebrando correntes, surgem vozes femininas e movimentos de protestos dos negros que favoreceram estratégias de combate e oposição as formas de dominação social que lutaram contra o preconceito e conseguiram mostrar a importância da literatura de autoria feminina negra como um diferencial para o canône literário. A vista disso, Kilomba (2019, p. 28) enfatiza que

não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós.

Assim, a escrita de autoria feminina negra é essencial para a obtenção de um novo olhar sobre essas escritoras, sobre suas lutas, sobre modos de resistência e sobre sua história, em uma escrita que traz à tona diversas questões sobre representatividade, reivindicação, denúncia, abusos, violência, racismo, isto é, as vozes silenciadas e marginalizadas, hoje, se tornaram um meio de enunciar formas de resistência, como afirma Evaristo (2009, p. 20):

criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira.

A escrita da mulher negra é uma ferramenta de ressignificação ao evidenciar a luta contra a exclusão, a invisibilidade e o silenciamento. É, pois, um meio de se consolidar como sujeito crítico que resiste frente a um sistema excludente e hegemônico. Contudo, apesar da pouca visibilidade, produções literárias vêm se

afirmando cada dia mais com uma escrita diferenciada que contesta a história oficial. Como enfatiza Collins (2019, p. 44):

além disso, embora há muito existam historiadoras, escritoras e cientistas sociais negras, até recentemente essas mulheres não ocupavam posições de liderança em universidades, associações profissionais, publicações impressas, veículos de rádio e teledifusão e outras instituições sociais de validação do conhecimento.

Desse modo, essa exclusão da literatura de mulheres negras nas escolas, nos cursos de licenciaturas e em estudos sobre mulheres acontecia e acontece por creditarem e disseminarem a ideia de que é uma escrita de difícil leitura e entendimento, que os alunos não se interessam por abordar histórias diferentes das ditas tradicionais, escondendo, nessas desculpas, o real motivo, que é o preconceito e o racismo sempre inferiorizando e enaltecendo as diferenças.

Contudo, a escrita da mulher negra aborda a dor das agressões que sofrem constantemente, a violência, o estupro, o aborto, o ódio, a esterilização forçada, a circuncisão, a maternidade, o medo, a exclusão, a religiosidade, a identidade cultural, dentre outras temáticas que descrevem a realidade do povo negro e não do branco, pois são escritas de lugares diferentes que configuram os limites entre a margem e o centro, como afirma Kilomba (2019, p. 35): “às vezes escrever se transforma em medo. Temo escrever, pois mal sei se as palavras que estou usando são minha salvação ou minha desonra. Parece que tudo ao meu redor era, e ainda é, colonialismo”.

A literatura de autoria feminina negra apresenta vozes potentes, mas que, ao serem negadas e não escutadas, ainda é um modo de oprimir, inferiorizar e vulnerabilizar a subjetividade do sujeito negro. E, ainda, decorrido tanto tempo de subjugação, da diáspora forçada e do processo de escravização, o sujeito branco teme por perder o poder sobre o negro e busca meios de desaprovar a independência da mulher negra, bem como da ascensão de sua literatura.

Assim, a produção da literatura de autoria feminina negra percorre um caminho de lutas e reivindicações para se manter em constante produção, mas, em alguns países do solo africano, algumas mulheres ainda enfrentam a submissão e não tem acesso à educação. Conforme Atemir Botoso (2018, p. 03), embora

a mulher africana tenha um papel importante no seio familiar como

contadora de histórias, notamos que a escrita de autoria feminina ainda é pouco expressiva face ao fato de que são bastante raras as mulheres que se dedicam a escrever e a publicar seus textos em solo africano, pois elas mantiveram-se caladas por muito tempo, silenciadas pelo sistema patriarcal e, desse modo, sem qualquer direito a se manifestar textualmente e até verbalmente.

O silenciamento da mulher africana, em especial a nigeriana, ainda é algo presente, visto que o forte domínio masculino existente impede o pleno desenvolvimento, seja emocional, cultural, social e educacional, além das tradições seculares que impõem a mulher ao matrimônio, à maternidade e ao cuidado com o lar, com os filhos e com o esposo. Quer dizer, em algumas dessas sociedades de contorno patriarcal, a mulher não tem direitos, apenas regras e normas para cumprir, ou seja, dentro do seu próprio país também sofre discriminação e essas não são diferentes das do domínio colonial.

Para aquelas que querem escrever, as barreiras são inúmeras, mas não são intransponíveis, e essas mulheres silenciadas por fortes tradições assumem uma escrita comprometida com o universo de mulheres, que dá visibilidade e protagonismo negro na história. Além disso, reivindicam por autonomia e pela necessidade de ressignificarem a própria História, ou seja, uma literatura em que a mulher negra se posiciona como sujeito que escreve e como personagem, resgatando a memória e questionando os espaços ocupados.

Assim, a literatura de autoria feminina negra nigeriana vem despontando e, aos poucos, se firmando, passando do ambiente doméstico, em que reinava o silenciamento, para o caminho da expansão, assumindo um caráter de conscientização e criticidade. A respeito dessa discussão, Resende (2013, p. 47) afirma que

quanto à produção em prosa narrativa em inglês, Flora Nwapa (1931-1993) foi a primeira mulher nigeriana a publicar um romance. Outra escritora de destaque é Buchi Emecheta (1944), de origem ibo. É uma das mais famosas escritoras africanas, cujos textos refletem a difícil condição feminina no cotidiano nigeriano repleto de preconceito.

Desse modo, o grupo étnico igbo tinha uma produção literária predominantemente oral, mas, com o passar dos tempos produziu textos que discutiam sobre o colonialismo, a necessidade de integração do indivíduo *versus* sociedade, a promoção da cultura popular, aspectos do folclore e das tradições, sobre

a sociedade na qual estavam inseridos permeada por conflitos e guerras, dentre outros temas. Sobre essa produção, Resende (2013, p. 45) expõe que:

no que diz respeito à literatura ibo, os primeiros registros em língua vernácula são feitos no início do século XIX por Pita Nwana. Em seu texto há uma indagação a respeito da aceitação dos princípios ocidentais e a liberdade do povo ibo.

Pita foi um literato que escreveu o primeiro romance da étnia igbo e, a partir dele, abriram-se as portas que fizeram surgir poetas, críticos, ensaístas, escritores teatrais, dentre outros. Alguns, com o processo de descolonização, realizaram a diáspora, saindo de seu país de origem em busca dos sonhos, de melhorias e de completar seus estudos em outros países da Europa e dos Estados Unidos. Nomes que contribuíram para o crescimento e o despontar da produção literária nigeriana são, conforme aponta Resende (2013, p. 46), “o aclamado Chinua Achebe, Wole Soyinka, que recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1986; o poeta Eneke Obiora Udechukwu e Niyi Osundare poeta mais premiado da Nigéria”.

Frente essa discussão, vê-se também despontar e ganhar espaço a representação feminina na literatura nigeriana, com uma história de lutas e conquistas das mulheres negras na busca pela identidade feminina negra, que vai trazer um caráter de emancipação. Um percurso que busca oferecer oportunidades iguais, espaços iguais, na intenção de construir uma nova identidade na luta pelos direitos ao reescrever uma nova história de conquistas em todas as culturas. Sobre isso, Botosso (2018, p. 06) afirma que

no entender de Elaine Showalter a negra, a judia, a canadense, a anglo-indiana, a americana etc., percorrem três grandes fases: a de imitação e de internalização dos padrões dominantes; a fase de protesto contra tais padrões e valores; e a fase de autodescoberta, marcada pela busca da identidade própria. Adaptando essas três fases às especificidades da literatura de autoria feminina, tem-se a fase feminina, a feminista e a fêmea (ou mulher), respectivamente.

Essas três fases mostram a evolução da escrita de autoria feminina, que traz novas oportunidades para a mulher, ampliando, assim, a sua participação na literatura como componente da sociedade, acarretando como essencial a percepção de uma escrita em que a mulher é o sujeito da sua própria história. E as obras da autora do romance objeto de estudo deste trabalho encontram-se na terceira vertente dos

estudos de Showalter, pois aborda o âmbito feminino, elencando a busca da identidade da mulher.

Os estudos da crítica literária feminina permitem evidenciar as perspectivas sociais, desconfigurando a história tradicional ao permitir que as vozes silenciadas e consideradas periféricas passem a figurar no cânone literário tanto na produção de textos como na representação literária.

Assim, com a descolonização, surgiram notáveis e relevantes nomes de escritoras contemporâneas que ampliaram a visibilidade da literatura nigeriana como: Chimamanda Ngozi Adchie¹, Sefi Atta², Amina Mama³, Ayòbámi Adébáyò⁴, Akwaeke Emezi⁵, Oyinkan Braithwaite⁶, dentre outras.

De modo geral, as narrativas construídas por essas autoras configuram representações positivas acerca dos povos negros, desconstruindo estereótipos existentes na produção literária nigeriana e ressignificando elementos culturais da ancestralidade negra esquecidos no processo de formação da sociedade, conforme Kilomba (2019, p. 27) esclarece: “e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a autoridade da minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou”.

Dessa forma, convém ressaltar que a mulher negra sempre se fez presente nas obras escritas pelos homens, porém essa representatividade era carregada de estereótipos negativos, em papéis secundários, mais como tema do que como voz. Além disso, a mulher negra era vista como objeto sexual, pervertida, animalizada, incapaz e passiva. Isto é, a mulher negra estava sempre sendo representada através de imagens contraditórias, ora como vítimas, ora como heroínas. Todos esses pontos são reflexos da sociedade patriarcal, machista, sexista e racista que reforçam os lugares de exclusão social. Segundo Kilomba (2019, p. 51): “Nesse espaço temos sido descritas, classificadas, desumanizadas, primitivizadas, brutalizadas, mortas. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas objetos, mas raras vezes fomos os sujeitos”.

¹ Feminista e escritora sendo uma das mais importantes autoras anglófonas de sucesso.

² Autora, dramaturga e roteirista nigeriana-americana.

³ Feminista, acadêmica e escritora nigeriana-britânica. Em suas obras busca representar questões pós-coloniais, militares e de gênero.

⁴ Escritora em suas obras tece reflexões sobre o patriarcalismo na sociedade nigeriana.

⁵ Escritora de ficção especulativa, romance, memórias e poesias para jovens e adultos com tema LGBTQIA+.

⁶ Romancista e escritora nigeriana-britânica.

Entretanto, com o fortalecimento dos movimentos sociais organizados pela população negra, o cenário vem mudando, rompendo com os preconceitos e estereótipos, abrindo espaço para que a escrita de autoria feminina negra nigeriana seja instrumento de determinação cultural, resgate da ancestralidade e da identidade negra. Ademais, também para que as novas gerações de escritoras nigerianas possam cada vez mais ter suas vozes ouvidas e suas obras reconhecidas, ganhando visibilidade e dimensão internacional, conforme será discutido no próximo tópico.

2.3 Marcas do feminismo negro e decolonialidade

As mulheres sempre lutaram por liberdade, respeito, dignidade e independência, visto que elas eram impedidas de tudo e viviam uma vida de total privação devido ao patriarcalismo e aos ditames da Igreja Católica que agia com autoridade de modo implacável com a mulher que não respeitasse e cumprisse seus dogmas. E todo esse contexto de silenciamento e submissão resulta de uma herança dos primórdios e para corroborar com esse pensamento destaca-se Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2017), ao informar que na Grécia a mulher ocupava o mesmo lugar do escravo no momento da execução das tarefas manuais pesadas, enquanto que em Atenas, ser livre era algo destinado apenas aos homens.

De um modo geral, o espaço público era masculino, assim como o mundo do conhecimento e do pensamento, mas sempre existiram mulheres transgressoras que resistiam e não aceitavam a situação imposta, como bem se percebe em Alves e Pitanguy (2017) ao citar o exemplo de Safo, responsável pela fundação de um centro para formação intelectual da mulher, em 625 a.C. Assim, é possível inferir que, desde os primórdios da humanidade, a mulher vem buscando espaço, resistindo ao domínio masculino, bem como à coerção, como é possível ver no tópico abaixo:

Christine de Pisan, tornou-se a primeira mulher a ser indicada poeta oficial da corte. Pode ser indicada como uma das primeiras feministas, no sentido de ter um discurso conscientemente articulado em defesa dos direitos da mulher. [...] Escreveu o que seria o primeiro tratado feminista: *A cidade das mulheres* (Alves e Pitanguy, 2017, p. 18).

No entanto, apesar da participação da mulher na vida social e econômica, elas ainda enfrentavam diversos entraves, continuavam sendo vistas simbolicamente

como frágeis, indolentes e românticas. Na Idade Média, por volta do século XVI, na Europa, as mulheres passaram a ser perseguidas pela Inquisição, tendo em vista serem consideradas feitiçeras e bruxas. Nesse momento, cultuava-se a figura de Eva como sendo a mulher que induziu o homem a comer o fruto proibido e passa a ser vista como a instigadora do mal, justificando assim a perseguição a que a mulher foi submetida ao longo do tempo e da história e desencadeando uma série de torturas e assassinatos contra milhares de mulheres, conforme consta no trecho a seguir:

Existe, nessa perseguição às “feitiçeras”, um elemento claro de luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem: a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhes confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino (Alves e Pitanguy, 2017, p. 21).

Esse movimento de perseguição conhecido como “caça às bruxas” foi desencadeado principalmente pelo discurso religioso, que era formado predominantemente pelos homens, contribuindo com o patriarcado como um meio de manter total controle sobre os corpos das mulheres e, para isso, apoiados na Bíblia.

Além disso, impunha-se a mulher os ensinamentos cristãos e por outro lado se condenava qualquer prática contrária ao que pregava a igreja, fossem elas o uso de ervas medicinais ou a versatividade nos saberes populares; o conhecimento para curar ou para trazer crianças ao mundo; se tivessem alguma deformidade ou deficiência física; também se fosse bonita demais ou não correspondesse aos desejos de um homem.

A mulher que não cumprisse as normas sociais impostas ou sendo viúva e não respeitasse ao que dela se esperava ou que tivesse qualquer ação ou atitude que fosse contrária aos dogmas religiosos ou que ferisse o ego ou a virilidade masculina era passível de acusação e poderia ser denunciada por prática de bruxaria, como loucas e demoníacas. Para completar a discussão, Alves e Pitanguy (2017, p. 25) mostram que:

não apenas as instituições da Inquisição e da medicina condenavam a mulher. Discursos de intelectuais e humanistas, como Jean Bodin, também a estigmatizam como inferior e impura, contribuindo para a justificação ideológica de sua desvalorização.

Sendo assim, a mulher era difamada e aviltada pelo discurso machista e

patriarcal, sempre vista como a culpada, aquela que influenciava negativamente, ocupando uma posição inferior na sociedade e sendo alvo de preconceitos. Sem dúvidas, a Inquisição atrasou o avanço do conhecimento das mulheres, mas, apesar dos mecanismos de repressão e passados os séculos, a mulher foi retomando seu posicionamento ativista.

Nesse ínterim, conforme Alves e Pitanguy (2017), surge, no final do século XVIII, um dos movimentos mais conhecidos de caráter político, o movimento feminista, que aparece, pela primeira vez, na Inglaterra, quando as mulheres perceberam a sua exploração e opressão e passaram a se organizar na luta por seus direitos, e um dos primeiros foi o direito de cidadania, como o voto. Elas eram *sufregetes*, como ficaram conhecidas.

Essas mulheres promoveram grandes manifestações, muitas foram presas, outras mortas, mas não desistiram de lutar e reivindicar por seus direitos, e o movimento se alastrou exigindo que elas se organizassem cada vez mais. Esse movimento teve três vertentes, conhecidas por ondas: a primeira teve início por volta do final do século XIX e início do XX com reivindicações para romper com o tradicionalismo patriarcal, visto que as mulheres brancas e de classe média e alta estavam insatisfeitas com a submissão que eram obrigadas a viver.

Na segunda onda, as mulheres já tinham conquistado alguns direitos legais. O movimento tinha um caráter mais social e político, pois ultrapassou as fronteiras e ganhou o cenário mundial com manifestações e reivindicações em diferentes países, exigindo o fim da discriminação e o início da igualdade entre os sexos. Foi também, nesse período, que ocorreu a publicação da célebre obra *O segundo sexo*, da escritora francesa Simone de Beauvoir, em 1949, que trouxe mais força para o movimento ao denunciar a desigualdade sexual.

E a terceira onda veio para rever o posicionamento das anteriores e buscar combater a crença na inferioridade, no preconceito, nas diferenças dos fatores biológicos e de gênero. É nessa onda que o movimento se fragmenta em duas vertentes, permitindo nascerem novas ideias e concepções. Acerca disso, Alves e Pitanguy (2017, p. 8) asseveram que “o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organizações tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo”.

O movimento feminista hegemônico era um movimento libertário que lutava por causas identitárias, por educação, melhores condições trabalhistas e autonomia para

que a mulher tivesse o poder de decisão sobre sua vida e seu corpo, mas era um movimento excludente, assim como os que o precederam, pois a mulher negra também enfrentava dificuldades para conseguir se inserir na sociedade, seja pela cor da pele, pela estética dos cabelos ou, simplesmente, por ser mulher, mas não eram contempladas nas pautas das discussões desse movimento e, segundo hooks (2018, p. 40), isso acontecia porque:

o povo branco estabeleceu uma hierarquia social baseada na raça e no sexo que classificava os homens brancos em primeiro, as mulheres brancas em segundo, algumas vezes iguais aos homens negros, que eram classificados em terceiro e as mulheres negras em último.

Assim, conforme a citação, a mulher negra vivia em situação de subserviência, com menor prestígio na esfera social e quando comparada à mulher branca e aos homens brancos e negros, ocupava uma situação de inferioridade e opressão, isto porque o imaginário social estava atrelado ao perfil de uma mulher de candura, subserviente, boazinha, portanto a mulher negra não se enquadrava nesse alinhamento eurocêntrico, conforme explana hooks (2018, p. 115): “aos olhos do público branco do século XIX, a mulher negra era uma criatura sem valor para o título de mulher; era meramente a propriedade de alguém, uma coisa, um animal.” Quer dizer, toda essa normatização que existia em torno do ser mulher impossibilitava a mulher negra de se encaixar nos moldes de feminilidade apregoados pela cultura europeia.

Com isso, a mulher negra, que ocupava um lugar de subalternidade, invisibilidade e silenciamento, criou estratégias para enfrentar a situação de exclusão e se impor na sociedade, conforme explana hooks (2018, p. 90): “a primeira defesa dos direitos das mulheres brancas nunca procurou a igualdade social para todas as mulheres; elas estavam à procura da igualdade social para as mulheres brancas”. Assim, surgem vários movimentos do ativismo feminista negro como: o feminismo negro, o Womanism e o Africana Womanism. No que concerne dessa discussão, Fernanda de Oliveira Müller (2017, p. 71) esclarece:

o feminismo negro tornou-se popular na década de 1970 nos Estados Unidos, a partir da iniciativa de pensadoras como Audre Lorde e bell hooks, que criticavam o movimento feminista por não representar os anseios e as lutas das mulheres negras. Para essa corrente, preconceitos de gênero e cor estariam interligados e não poderiam ser

combatidos separadamente. O Womanism foi um termo cunhado pela escritora Alice Walker, também na década de 1970. Tem abrangência mais ampla que o feminismo negro e uma proposta que, além de rejeitar a visão eurocêntrica feminista, abarca os homens negros, também explorados e subjugados pelo patriarcado branco, e não se restringe somente a questões raciais e de gênero. Trata-se de uma proposta humanista de coletividade e igualdade racial, política, cultural e social. O Africana Womanism faz referência a todas as mulheres negras, africanas ou de ascendência africana, tanto as que vivem na África como as que estão “em diáspora”, ou seja, descendentes de africanas. É uma ideologia denominada “afrocêntrica”, exclusiva para as mulheres negras, cujo enfoque está nas lutas, injustiças e experiências vividas por essas mulheres e no resgate das tradições e na história de seus antepassados africanos.

Todos esses movimentos de cunho político e social protegem a liberdade, a independência da mulher negra, a dignidade, o reconhecimento da sua identidade e a equidade de direitos. São movimentos que ultrapassam a ideia de gênero e o conceito de patriarcado já contestado pelos movimentos de feministas brancas, visto que as negras não eram detentoras de direitos básicos, e esses movimentos foram uma forma de trazer visibilidade.

Em torno dessa discussão, hooks (2018, p. 138) elenca que o feminismo negro “é o compromisso em erradicar a ideologia da dominação que é permeável na cultura ocidental em vários níveis – sexo, raça e classe, para nomear alguns.” Os movimentos buscavam focar nas lutas de mulheres, a luta pela supremacia feminina, pela igualdade, pela valorização, ou seja, são movimentos que defendem a conquista da liberdade da mulher negra.

Convém ressaltar, que essa luta de resistência vem de muito tempo, mesmo antes de ser cunhado o termo feminismo negro, visto que a mulher negra já questionava as dificuldades que enfrentava e permeava sua vida.

Segundo Rosália de Oliveira Lemos (2016), a primeira mulher que se destacou na luta contra o racismo e o sexismo foi Sojourne Truth uma ex-escrava, abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americana que, em seu discurso, em 1851, na Convenção das Mulheres em Ohio, questionou: “E eu não sou uma mulher?”, expondo as desigualdades e as opressões racistas que a mulher negra enfrentava, questionando o movimento feminista hegemônico e reivindicando por respeito, dando início a um processo de militância em prol do reconhecimento da história da mulher negra e sua integração na sociedade como sujeito de direitos. Quer dizer, em seu discurso, ela denunciou a invisibilidade das mulheres negras como sujeitos do

feminismo e criticou as diferenças na condição feminina. Sojourne confrontou o sistema patriarcal e racista e reafirmou sua luta por direitos iguais.

Outra feminista negra de destaque, de acordo com Lemos (2016), é a jornalista, sugrafista, feminista e socióloga norte-americana Ida B. Wells, que sinalizou diferentes formas de opressão que as mulheres afroamericanas enfrentavam, além de ter tido um papel fundamental na definição do conceito sobre interseccionalidade.

O feminismo negro avançou e ganhou o mundo com diversas pautas para discussão a guisa de conquistar mais visibilidade, estudos e pesquisas, além da aceitação do público, e assim garantir cada vez mais direitos para as mulheres negras, mais há de se considerar tratar-se de um projeto amplo que engloba justiça social em uma relação coletiva com destaque para a opressão sofrida e o ativismo.

Entretanto, além desses movimentos citados de luta e resistência da mulher negra, existem os movimentos desencadeados especificamente pelas mulheres africanas, que são diferentes do movimento feminista negro, tendo em vista que a realidade da mulher nigeriana passa pela trajetória das mulheres em seu local de origem e a experiência do processo de colonização, da opressão de gênero, do racismo, é um feminismo que precisa considerar esse contexto e o discurso dessas mulheres a partir das suas próprias realidades e experiências.

O continente africano tem sociedades diversas que foram estruturadas sob diferentes contextos de religião, raça, política, cultura, classe, sexualidade e papéis sociais e o movimento feminista nigeriano perpassa pela interpretação desses aportes e suas contribuições, além de lutar por um projeto de justiça e dignidade humana.

Logo, é necessário conhecer o passado colonial e seus efeitos, a luta por independência e as guerras e conflitos que enfrentaram para que os movimentos feministas nigerianos pudessem ser construídos e desenvolvidos sob bases transformadoras, levando em consideração as estruturas econômicas, epistemológicas, sociais e políticas dessa realidade, e ainda como são configuradas a subalternidade desse povo, suas relações desiguais, seu tradicionalismo, bem como sua instabilidade econômica, conflitos, pobreza, subalternização e opressão feminina, dentre outros aspectos.

A categoria mulher, na África, se constituía de modo diferente do ocidente. Oyèrónkè Oyewùmí (2021), uma estudiosa nigeriana, sugere que o corpo não era base para hierarquia e que o gênero não determinava a organização social. A composição dos arranjos familiares seguia um modelo de linhagem baseado em um

sistema de consanguinidade, como um sistema dinâmico, e a diferença entre os sexos se dava pela senioridade, isto é, as relações sociais se legitimavam de fatos sociais e não da diferença entre os sexos. Então, para essa escritora, o debate feminista só tem sentido em uma cultura na qual as categorias sociais seguem um padrão de gênero, mas, devido ao colonialismo, o debate foi universalizado.

Porém, outras estudiosas do movimento consideram as particularidades das realidades africanas que servem de base para a construção dos movimentos feministas africanos que possuem uma trajetória própria por abordar questões, realidades e experiências particulares das mulheres africanas, e que dialoga e reage com os movimentos feministas euro-americanos.

Com isso, é pertinente ressaltar que ainda existem controvérsias sobre o movimento feminista na Nigéria, tendo em vista que alguns escritores sinalizam que essas ideias não pertencem ao solo africano, portanto, sem valor, porém, há de se considerar que é mais uma forma de colonialismo. Outros explanam que as ideias feministas na Nigéria são movimentos ligados a certas atitudes e ideias dos movimentos desencadeados na Europa e Estados Unidos. Nisso, algumas escritoras se consideram feministas, como Chimamanda, e outras revelavam alguma incerteza, como Buchi Emecheta e Flora Nwapa.

Assim, os movimentos feministas nigerianos apresentam diferentes modos de expressão. Segundo Sunday Adetunji Bamisile (2013), são designações que visam mostrar a luta pela emancipação das mulheres, tais quais:

i. Stiwanism – termo criado pela intelectual nigeriana Molaria Ogundipe-Leslie, que enfatiza que as mulheres negras africanas devem fazer parte da vida política e social para, assim, serem agentes de suas próprias histórias. Ela também enfatiza a luta da mulher africana na atualidade, respeitando as tradições africanas, e considera que homens e mulheres devem partilhar de igual modo do processo de transformação social.

ii. Womanism – termo criado pela nigeriana Chikwenye Okonjo Ogunyemi, parecido com o termo cunhado por Alice Walker, mas diferente em alguns detalhes. A partir desse termo, ela busca ir além das questões de gênero e das preocupações de raça e classe já debatidas por Walker. Para Ogunyemi, a mulher negra africana carrega um fardo próprio. Essa corrente estimula a existência do diálogo e da colaboração entre homens e mulheres na luta contra a discriminação da raça negra e todas as suas formas de exploração.

iii. Negofeminismo – criado pela professora universitária nigeriana Obioma Nnaemeka, traz a ideia de um feminismo da negociação com equilíbrio e harmonia.

iv. Motherism – Termo criado pela ativista, escritora e pesquisadora nigeriana Catherine Achonulu, voltado para a maternidade. Para ela, o dever de cuidar e proteger a família é do homem e da mulher, pois, nas sociedades africanas tradicionais, homem e mulher não estavam em desvantagem; E agrega a noção de maternidade, natureza e sustento, que pode ser realizado por ambos os sexos, além de ser vista como a essência da mulher, pois a concepção de mãe nessa corrente representa o amor, a tolerância e a cooperação entre homens e mulheres.

v. Femalism – criado pela nigeriana Chioma Opara em que ela defende que, para haver um bom funcionamento da sociedade, é necessária a solidariedade entre ambos os sexos. Ela elenca também o corpo feminino, fazendo uma analogia com a mãe África e a mãe natureza, sinalizando as marcas de uma nação em dificuldade.

vi. Gynismo – termo criado pela filósofa africana Eboh e que sublinha a complementaridade entre os sexos a partir de uma perspectiva divina. Além disso, rejeita o modelo ocidental feminista.

Conforme Bamisile (2013), a preocupação desses conceitos e designações é apresentar um movimento autônomo das mulheres negras nigerianas que lutam pelo coletivo, pela igualdade de gênero em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, um movimento que se distancie do feminismo ocidental, que depende do binarismo de gênero e da desvalorização da mulher, além de defender um caráter racista. Esses movimentos dão visibilidade à luta em defesa da liberdade e da independência feminina negra nigeriana.

Nessa seara, é pertinente trazer para a discussão a *decolonialidade* para entender os conceitos, padrões e perspectivas que foram impostas aos povos subalternos ao resgatar as memórias, os saberes, as línguas e as subjetividades que foram excluídas pelo pensamento colonial.

O processo de colonização desencadeado pela imposição eurocêntrica fez surgir a colonialidade do poder, do ser e do saber, que suscitou desigualdades sociais a partir do patriarcalismo, escravismo, racismo e machismo. Isto é, aspectos que organizavam e normatizavam a vida em sociedade e que excluía os povos colonizados, que eram vistos como incultos e marginalizados por estarem fora dos padrões hierárquicos do pensamento moderno colonial e capitalista europeu sobre o que é raça, gênero, classe e sexualidade.

Os povos mais explorados e criminalizados eram/são as mulheres, os negros, indígenas, gays, travestis, lésbicas, bissexuais, transexuais, sem terra, ciganos, comunidades ribeirinhas, quilombolas, ou seja, povos que estavam à margem da sociedade, sem direito algum, e que não se enquadravam nas categorias civilizatórias impostas pela Europa, que normatizava toda a vida em sociedade.

Nesse viés, surge a perspectiva decolonial a partir de um grupo de estudiosos e pesquisadores latino-americanos, entre eles, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, que discutia sobre modernidade, colonialidade e decolonialidade, e que reavaliava as problemáticas históricas e sociais a partir do sul global. Esses estudos buscavam investigar a dominação colonial, a exploração econômica da América Latina e reavaliava os enfoques da modernidade estabelecida pelo centro europeu que marginalizava os grupos periféricos.

Além disso, era um grupo político e crítico que reivindicava a ideia da existência de um único mundo exclusivamente europeu, se abrindo para um pensamento novo e plural, permitindo uma mudança na história, agora produzida pelas ações das pessoas de todas as nações e culturas em busca da transformação da realidade em uma perspectiva democrática, não dicotômica e não hierárquica.

Nesse sentido, é pertinente salientar que Lugones utilizou-se dos estudos de Quijano, mas, ao encontrar algumas limitações acerca da conceituação da colonialidade de gênero, que se aproximava do biologicismo pregado pelo eurocentrismo, que dividia a sexualidade normativamente, ela avança em suas pesquisas e estudos se distanciando da normatividade tecida pela Europa e cria o termo “feminismo decolonial” e afirma: “Eu chamo a análise dessa opressão racializada, capitalista e de gênero de “colonialidade dos gêneros”; a possibilidade de superar a colonialidade dos gêneros é o “feminismo decolonial”” (Lugones, 2019, p. 376).

Assim, para Françoise Vèrges (2020, p. 42):

foi no Sul global que ele se desenvolveu, reativando a memória das lutas feministas precedentes, nunca perdidas porque nunca foram abandonadas, apesar dos terríveis ataques sofridos. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência. Não se trata, portanto, de uma nova onda do feminismo, e sim da continuação das lutas de emancipação das mulheres do Sul global.

O feminismo decolonial é uma corrente do feminismo subalterno que está em desenvolvimento, crescimento e amadurecimento, e inclui a negra, a indígena, a mestiça, afrodescendente, latinas, indianas, asiáticas, as pessoas de sexualidade divergentes e aquelas de países periféricos. Sobre isso, Vergès (2020, p. 15) completa que, “Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas, que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas”.

A mulher negra enfrenta todo um sistema cultural de imposições que foi criado pela tradição ocidental. A Europa era o centro do mundo, do conhecimento, do avanço, da linguagem, dividindo a sociedade, como afirma Vergès (2020, p. 46), “em dois mundos: civilizados/bárbaros, mulheres/homens, brancos/negros”.

Esse sistema moderno colonial traz em seu discurso os traços do capitalismo, do patriarcado, do racismo e da heteronormatividade, evidenciando a dupla opressão à qual as mulheres estão inseridas: a racial e a de gênero. Além de ressaltar na mulher o papel da subordinação, da fragilidade, da castidade, da domesticidade e da reprodutividade quando considerado os padrões e preceitos europeus, tidos como “corretos” para a organização da vida em sociedade. Deve-se considerar que o europeu se apropriou dos saberes, da filosofia e das técnicas dos povos que dominava, porém, apesar da imposição de sua suposta civilidade, percebe-se que, de fato, nunca dominou.

Com isso, categorizou e normatizou o mundo moderno, pregando relações de hierarquia, dominação e poder, em que os povos colonizados eram vistos como a distorção da perfeição humana, aqueles que precisavam ser transformados perante uma conduta e comportamento determinados pelo europeu por serem considerados culturalmente inferiores e não se adequarem ao padrão predeterminado do modo de vida eurocêntrico. Sobre isso, Vèrges (2020, p. 47) esclarece:

essa narrativa em que a intervenção dos brancos muda o destino das escravas negras, em que as negras, para merecer a liberdade, deviam apresentar qualidades como bondade, sacrifício e submissão, foi hegemônica. [...] Para as mulheres racializadas, afirmar o que é, para elas, ser mulher, foi um campo de luta. As mulheres, como eu disse, não constituem em si uma classe política.

Nesse sentido, pretendia-se a implementação de um sistema moderno que almejava tornar os colonizados em menos que seres humanos, com pouco espaço

para preservar sentidos de si e de identidade na comunidade e no mundo. Porém, indo na contramão, a perspectiva do feminismo decolonial busca construir uma sociedade mais igualitária e justa, possibilitando aprendizados e experiências plurais a partir da potencialização do diálogo fundamental para transgredir e transfigurar as lutas por emancipação, conhecimento, saberes ancestrais e resgate das memórias. Nesse aspecto, Vèrges (2020, p. 28) afirma:

Os feminismos de política decolonial rejeitam essas fórmulas que segmentam, pois eles se apoiam na longa história das lutas de suas antepassadas, mulheres autóctones durante a colonização, mulheres reduzidas à escravidão, mulheres negras, mulheres nas lutas de libertação nacional, mulheres racializadas que lutam cotidianamente nos dias de hoje.

Dessa maneira, o feminismo decolonial dará destaque à invisibilidade do ser feminino que está às margens na luta pela igualdade de direitos. É um movimento que vai buscar dar uma nova interpretação da história com um caráter intrinsecamente mais crítico, trazendo novas inflexões, evidenciando as produções e práticas das mulheres que não compõem o centro, mas que trazem experiências para elaborar uma nova perspectiva feminista a partir da união e da solidariedade ao enfrentar a lógica racista, sexista, misógina, heterossexual e colonial. Quer dizer, o feminismo decolonial aponta para a necessidade de trazer à tona as vozes silenciadas e invisibilizadas dos povos originários para afirmar seu direito à existência.

Desse modo, faz-se urgente escutar e resgatar as memórias das lutas das mulheres vistas como inferiores, que criam, recriam, questionam e criticam os discursos do feminismo hegemônico, na intenção de produzir e determinar novos feminismos representados por mulheres que foram subalternizadas e que buscavam romper com as relações de poder e, com isso, adentrar no centro ao enunciar sua voz e seus discursos. Isso vai tecer o fio condutor para a criação da própria história, isto é, uma história a partir das próprias vivências das mulheres, abrindo uma diversidade de perspectivas, novos olhares e desafios.

No próximo capítulo, iremos nos deter em mostrar o lugar da escritora nigeriana Buchi Emecheta como uma voz da literatura contemporânea que fez uso da sua escrita para mostrar o conflito entre o tradicional e o moderno.

3 O LUGAR DE BUCHI EMECHETA NA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NIGERIANA

Nossas histórias se agarram a nós. Somos moldados pelo lugar de onde viemos.
(Chimamanda Ngozi Adichie)

Para a construção deste capítulo, fez-se um apanhado sobre a trajetória da vida e da escrita da escritora nigeriana Buchi Emecheta e como os leitores receberam suas obras, em especial, o romance objeto de estudo desta dissertação, para melhor entender quem é ela e qual seu legado literário. Pesquisar-se-á também os discursos críticos e de resistência que ela imprimiu em suas obras literárias e as diversas temáticas abordadas em suas narrativas, de modo especial, a independência feminina, temas que tornaram Emecheta uma pioneira na divulgação e disseminação da literatura nigeriana pós-colonial. Para esta construção investigativa, os teóricos e estudiosos elencados foram: Agnol e Ceccagno (2021); Cortês e Andrade (2020); Emecheta (2018, 2019 e 2020); Serpa (2022).

3.1 Recepção Crítica da Obra *As Alegrias da Maternidade*

Florence Onyebuchi Emecheta, mais conhecida por Buchi Emecheta, é uma escritora afro-inglesa que nasceu em Lagos, na Nigéria, em 1944. Pertencia a uma família de origem étnica igbo, seus pais eram Alice Ogbanje Emecheta e Jeremy Nwabudike Emecheta, mas ficou órfã aos oito anos e tinha um irmão mais velho. O falecimento do pai veio primeiro e sua mãe tornou-se herança de viúva conforme a tradição de seu país. Assim, a família passou a ser responsabilidade de parentes paternos.

Ainda, de acordo com a tradição igbo, o seu irmão tinha direito de ir à escola por ser homem, enquanto ela não poderia usufruir do mesmo direito, ficando somente em casa, sinalizando aí o preconceito de gênero, mas Buchi não desistiu e, com muita insistência, conseguiu convencer a família das vantagens de estudar e, com isso, tem início sua vida acadêmica.

Emecheta é alfabetizada em uma escola batista, exclusivamente para meninas, mas depois do falecimento da mãe, segundo Geandra Karla de Avelar Cortês e Émile Cardoso Andrade (2020, p. 9), “ela e o irmão foram transferidos para uma escola inferior. Sua infância será marcada pela pobreza e por privações”. Com isso, devido à sua dedicação e compromisso, ganha uma bolsa de estudos para a escola metodista, também para meninas, ficando aí até aos dezesseis anos.

Buchi conhecia o prazer e a importância de ser uma contadora de histórias, conforme explana Samira Dall Agnol e Douglas Ceccagno (2021, p. 260): “sua paixão, enquanto criança era ouvir os mais velhos contando histórias, em especial sua tia, a quem chamava de Grande Mãe”. O que implica dizer que Buchi cresceu em meio aos aprendizados dos seus ancestrais através da arte da oralidade, pois, com o falecimento dos pais, ela vai viver em Ibuza e lá vai apreciar a forma igbo de contá-las, sendo algo que marcou sua vida e fundamentou os alicerces para a escritora futura, tornando-a, assim, uma exímia contadora de histórias.

Aos onze anos de idade, Buchi é prometida em casamento para Sylvester Onwordi e, aos dezesseis anos, casa-se com ele, no ano de 1960. Em 1962, o casal muda-se para Londres com os dois filhos, pois Sylvester havia sido aprovado em uma universidade e Emecheta via aí a possibilidade de ampliar seus estudos.

Em Londres, nascem mais três filhos, totalizando um rebento de cinco ao todo, porém a vida matrimonial será conturbada, violenta e infeliz. Nessa discussão, acerca do casamento de Emecheta e Sylvester, Cortês e Andrade (2020, p. 4) explanam:

já nesse período Emecheta não mais encontrava o seu lugar, os pais já haviam morrido e ela não tinha para onde voltar. O casamento lhe proporcionaria a possibilidade de ter um lar e realizar o seu sonho de ir para o Reino Unido, tendo em vista que para uma mulher solteira a dificuldade em sair do país seria muito maior.

Entretanto, Emecheta vai enfrentar dificuldades não só no âmbito privado com o casamento, mas situações de racismo, discriminação, xenofobia, e como na Nigéria tinham trabalho, portanto, uma boa condição financeira, o mesmo não se dará em Londres, tendo em vista que era difícil a inserção no mundo laboral, além de sofrerem constante pressão para entregarem os filhos para adoção, como era de costume local. Então, como Emecheta dedicava-se somente a cuidar da casa e dos filhos, ela começa, em seu tempo livre, a escrever o rascunho do que poderia ser um romance, mas seu esposo, por ser avesso a esse talento criativo, rasga e queima seus

manuscritos.

Mesmo sem condições, ela une forças e decide pedir o divórcio em 1966, com vinte e dois anos de idade, e inicia-se, assim, uma batalha para seguir a carreira de escritora, cuidar da educação dos filhos, trabalhar e se encontrar no mundo, pois, após o divórcio, Onwordi renega a paternidade, deixando-a sozinha no processo de cuidar e sustentar os filhos. Sobre isso, Cortês e Andrade (2020, p. 8) afirmam que:

esse não pertencimento é algo muito familiar ao sujeito da diáspora. Sua vida, após a morte de seu pai, será sempre permeada de sofrimento e dor, e é nesse caminhar que ela irá se descobrir escritora. Entre o nascimento de um filho e outro, no total de cinco crianças, e a presença de um primo e depois um marido abusivos e violentos, ela conseguirá ter força para construir suas memórias.

Apesar dos obstáculos, Emecheta consegue a graduação em Sociologia em 1974. Logo depois, conclui o mestrado, em 1976, e o doutorado em Educação, em 1991. A carreira de escritora não foi fácil para Emecheta. Ela recebeu várias negativas, mas não desistiu, pois a vontade de escrever estava sempre presente, então, ela buscou aprimorar seus escritos até conseguir uma colocação, conforme explana Agnol e Ceccagno (2021, p. 260): “depois de diversas rejeições, recebeu uma oportunidade como colunista no periódico inglês *New Statesman*, e tais crônicas formaram a base para seu primeiro livro”.

Nesse periódico, Emecheta escrevia sobre experiências pessoais e, a partir dessa atividade, consegue publicar seu primeiro livro, em 1972, intitulado *No fundo do poço*. Dois anos depois, em 1975, ela publica *Cidadã de segunda classe*. Essas duas primeiras obras da escritora são de cunho autobiográfico e memorialístico com aspectos ficcionais.

Além desses títulos, ela vai publicar, em 1976, *Preço de noiva*, momento em que se muda para os Estados Unidos. Em 1977, publica a obra *Pequena escrava*. Em 1979, escreve o romance *As alegrias da maternidade* que, segundo Agnol e Ceccagno (2021, p. 260), “teve, dentre seus livros, a melhor recepção pelo público e pela crítica da época”.

Embora o sucesso do romance, Buchi escreveu num momento em que estava enfrentando uma situação bem complexa, como elenca Cortês e Andrade (2020, p. 5), “é escrito em um momento de dor, onde uma das filhas da escritora decide ir morar com o pai, aquele mesmo que renegou a paternidade”.

As obras de Emecheta apresentam uma carga de angústia, personagens femininas fortes, além da necessidade de se comunicar e desabafar suas dores através de uma escrita ativa e potente, pois diversos acontecimentos dos quais ela passou e vivenciou são refletidos em seus personagens, como: o seu pai trabalhou na ferrovia e foi obrigado a ir para guerra igual ao personagem Naife. E sua mãe ficou como herança para o cunhado, igual acontece com a personagem Adankwo, esposa do irmão mais velho de Naife, que falece. Ambos são exemplos do romance *corpus* de pesquisa desta dissertação. Consoante Cortês e Andrade (2020, p. 6), as narrativas da escritora nigeriana:

são centradas em personagens femininas, com fortes imposições da cultura nigeriana, contendo muitas referências autobiográficas, o que nos mostra a dificuldade da autora/personagem em encontrar o seu lugar entre às tradições nigerianas e a modernidade ditada pelo colonialismo inglês.

Buchi Emecheta escreveu mais de vinte obras entre romances, ensaios, roteiros, obras infantojuvenis e memorialísticas, que as transformaram em uma escritora capaz de atravessar fronteiras, fazendo da sua escrita uma voz para as mulheres silenciadas e excluídas da sua cultura.

Ela também foi professora na Universidade do Estado da Pensilvânia, na Universidade de Rutgers, na Universidade da Califórnia, Los Angeles, dentre outras, onde proferia palestras, o que a deixou conhecida na Europa, América e Nigéria por ter falas e visões fortes sobre diferentes assuntos, isto é, era uma escritora com vivência intercultural.

Voltando-se mais especificamente para o romance *As alegrias da maternidade*, que é o objeto de estudo desta dissertação, a obra foi escrita em 1979, mas só chegou ao Brasil em 2017 através da TAG experiências literárias⁷, que tem como uma das curadoras a escritora, também, nigeriana Chimamanda Ngozi Adchie, que fez a indicação da obra *As alegrias da Maternidade*, abrindo, assim, espaço para que leitores, estudiosos e pesquisadores tivessem conhecimento da escritora Buchi Emecheta e sua produção literária, até então desconhecida no Brasil.

E, assim, o quinto romance escrito pela autora Buchi foi o primeiro a ser

⁷ Uma espécie de clube de leitura que não apenas oferece o livro, mas possibilita o prazer em ler, ela surgiu em 2014 e tem sede em Porto Alegre, mas conta com assinantes por todo Brasil e até fora, ultrapassando 40 mil inscritos.

publicado no Brasil, em 2017, pela editora dublinense em parceria com a TAG experiências literárias e que teve a tradução de Heloisa Jahn. De acordo com Agnol e Ceccagno (2021, p. 259), o romance foi “o livro mais bem avaliado na história da TAG, atingindo a nota 4,8 (sendo 5,0 a nota máxima) na opinião dos leitores”. Mas, ainda, é uma obra pouco conhecida e divulgada no Brasil, isto é, existe uma produção tímida que recebe pouca atenção da crítica, assim, atribuir um olhar para a literatura africana, em especial nigeriana, se faz necessário.

Nos últimos anos, a literatura de autoria feminina nigeriana vem crescendo e ganhando proporção internacional, mas, ainda, com pouco espaço e visibilidade. Com isso, é pertinente esclarecer que estas poucas escritoras, que vêm ganhando visibilidade e fama, tiveram que passar pelo processo da diáspora, como a escritora Buchi Emecheta, que precisou sair do seu local de origem para completar seus estudos em países da Europa e dos Estados Unidos.

Assim, as contribuições da mulher negra na literatura nigeriana vêm através de textos com narrativas sobre: resistência, politização de dores, conflitos, liberdade, saberes milenares e cultura, isto é, a construção da identidade daquela população. É uma escrita que representa o universo feminino e seus dilemas na sociedade. Por isso é tão significativo analisá-las, uma vez que ainda associam a literatura africana a termos depreciativos acerca da cultura e das relações étnico-raciais que precisam ser desconstruídas. Nessa discussão, é pertinente ressaltar, segundo Cortês e Andrade (2020, p. 8), que a escrita de

Emecheta levará a tradição e costumes igbos para as suas obras. Como a forte tradição do homem pagar pela noiva, a tradição de que após a morte de um homem da família, o irmão mais velho irá herdar essa família, em especial a esposa, já que os filhos dependerão da situação financeira desse irmão. Este costume aconteceu, inclusive, com a mãe da escritora, fazendo com que Emecheta e seu único irmão fossem para casas diferentes. A vida da autora sob a tradição igbo fará com que ela leve essa influência para os seus romances, porém além das tradições e costumes, ela mostrará também os questionamentos por meio de personagens femininas acerca destas imposições.

No romance *As alegrias da maternidade*, encontram-se alguns desses temas elencados acima, além de ser uma obra contemporânea que, após um estudo do estado da arte no banco de dados da CAPES/Catálogo de teses e dissertações, encontrou-se, no âmbito da pós-graduação a nível de mestrado, apenas três dissertações cadastradas.

Ressalta-se que podem existir outras, porém, catalogadas neste sitio, só encontramos três, o que indica que é ainda uma obra pouco conhecida e estudada, mas que teve uma excelente recepção do público. Isso aparece no levantamento feito por Agnol e Ceccagno (2021, p. 270), trazendo os depoimentos de quem leu a obra pelo aplicativo de leitura da TAG e o resultado é:

em primeiro lugar, pelos comentários selecionados, compreende-se alguns dos motivos pelos quais o texto **As Alegrias da Maternidade** foi tão bem avaliado pelos leitores da TAG Experiências Literárias. Percebe-se que as leitoras analisadas construíram vínculos fortes com a narrativa, projetando-se nela e repensando suas próprias condições. Em segundo lugar, os comentários sugerem uma forte identificação com a condição de ser mulher, mãe, filha e, também, com a função social de submissão, preconceito e exclusão, sem esquecer da força, da resiliência e da paciência ilustradas na obra. Em terceiro lugar, a narrativa fez brotar lágrimas de algumas leitoras, conforme suas declarações, fazendo com que o texto extrapolasse os limites lógicos, linguísticos ou estéticos, provocando sentimentos como empatia, pena, ira, desgosto, sofrimento, amor e alcançando níveis corporais de resposta à leitura. Em suma, um texto que imprime tal força em seus leitores assume seu protagonismo enquanto obra de arte e, certamente, será acolhido em tempos e espaços diferentes.

O romance *As alegrias da maternidade* foi escrito há mais de quarenta anos e permanece atual. É uma obra que retrata os costumes da tradição igbo, na qual a escritora foi criada e que ainda estão mantidos. Apresenta, também, personagens femininas fortes que precisam lutar contra diversos tipos de opressão que ainda se fazem presentes na tradição nigeriana contemporânea.

Buchi foi uma escritora da diáspora que, através da sua escrita carregada de vivências imaginadas e experimentadas, caminhou para resistência, superação e empoderamento ao lado de um caminho pessoal permeado de perdas, conflitos e humilhações, mas também de reconhecimento, prêmios e sucessos por suas obras até chegar a sua partida (falecimento) em 2017, aos 72 anos, ano em que o romance objeto desta dissertação é publicado no Brasil, em decorrência de um AVC, que a deixou muito debilitada e demente.

Buchi Emecheta fez parte de um número pequeno de escritoras nigerianas que foram premiadas pelas suas obras. Em 1975, recebeu o prêmio literário *Daughter of Mark Twain Award*; em 1977, foi contemplada com o prêmio de *Jock Campbell – New State Award*; entre os anos de 1976 e 1979, foi considerada a melhor escritora do Terceiro Mundo; em 1977, recebeu o prêmio *The Afro-Caribbean Post's Golden*

Sunrise; e, em 1980, o prêmio *Best Black Writer in Britain Award*.

Vale ressaltar que as obras escritas por Buchi há mais de quarenta anos estão começando a receber atenção por parte da crítica literária e suas obras estão sendo as mais lidas no presente momento devido à sua capacidade literária e ao seu posicionamento. Isto é, ela deixou um legado para a literatura de autoria feminina nigeriana.

3.2 Discursos de Resistência na Narrativa de Emecheta

O romance *As alegrias da maternidade*, da escritora nigeriana Buchi Emecheta, está escrito em terceira pessoa e dividido em dezoito capítulos (A mãe; A mãe da mãe; A vida da mãe no começo; Primeiros sustos da maternidade; Uma mulher fracassada; Um homem nunca é feio; O dever de um pai; Os ricos e os pobres; O investimento de uma mãe; Um homem precisa de muitas esposas; Partilhando um marido; Homens em guerra; Uma boa filha; Só as mulheres; O pai soldado; Mãe de filhos inteligentes; A honra de uma filha; A mãe canonizada) e busca discutir a tradição patriarcal sobre as mulheres, as tradições ancestrais, as mudanças trazidas pelo colonialismo e a maternidade.

A narrativa tem como espaço a Nigéria no período colonial, por volta de 1934, mais especificamente, as cidades de Ibuza (rural), de cultura tradicional pertencente à etnia igbo, e a cidade de Lagos (urbano), mais moderna devido à colonização. Esse resgate acontece para possibilitar ao leitor conhecer as tradições ancestrais dos povos igbos, a sabedoria dos mais velhos e, na outra parte, o leitor vai conhecer uma Nigéria influenciada pelo regime colonial e seus costumes que foram impostos.

A narrativa do romance gira em torno de Nnu Ego, uma jovem igbo, que cresce em meio a cuidados e conforto devido ser filha de um grande líder de Ibuza chamado Agbadi. Os sonhos e alegrias de Nnu Ego se resumiam em casar e ter filhos e, assim, tornar-se uma “mulher completa”, de acordo com o que preconizava a sociedade patriarcal em que estava inserida.

O romance tem início com um evento traumático vivido por Nnu Ego e volta no tempo para antes do nascimento dela, possibilitando ao leitor entender e acompanhar todo o percurso e fases da vida da protagonista.

Nnu Ego tem a vida marcada pela má sorte devido a uma maldição lançada

antes do seu nascimento e a dita maldição é o fio condutor de todo o percurso narrativo. Assim, o romance acompanha todo o trajeto e transição de Nnu Ego desde antes do seu nascimento, passando pela infância, juventude até a fase adulta, sendo visto como um romance de formação.

Nnu Ego foi uma mulher fértil e, ao todo, teve nove filhos, lutou pela dignidade da família, pela preservação dos valores de seu povo, mas se vê abandonada pelos filhos que tanto desejou e lutou. Então, se sentindo triste, envelhecida e frustrada, ela retorna para sua aldeia em Ibuza e, em meio a críticas de familiares que julgavam que ela não foi uma boa mãe, Nnu Ego fica desnordeada, perde a razão e morre pensando nos filhos à beira de uma estrada.

Esta obra de Buchi Emecheta é contemporânea e traz uma narrativa de representação da submissão e opressão feminina na sociedade nigeriana, colonialismo, dominação masculina, a presença dos ancestrais e rituais religiosos que marcam a cultura do povo nigeriano, além do tópico maternidade, em que Emecheta desconstrói essa romantização em torno do ser mãe, proporcionando ao leitor compreender que gerar filhos não faz uma mulher se sentir completa e realizada, que a maternidade é solitária e que o amor com que se criam os filhos pode não ser retribuído.

É pertinente ressaltar que, dos vinte romances publicados pela escritora durante a sua trajetória, apenas quatro foram publicados no Brasil pela editora dublinense: *As alegrias da maternidade*, em 2017, que é o objeto desta dissertação; *Cidadã de segunda classe*, em 2018; *No fundo do poço*, em 2019; e *Preço de noiva*, em 2020. Em todos esses romances é possível identificar que a escrita de Buchi Emecheta é de transgressão, de conquista da autonomia e da quebra do silenciamento a partir de narrativas que buscam transformar o contexto social, cultural e histórico diante de um cenário predominantemente masculino, hegemônico e normativo.

Tal cenário abafou e invisibilizou o discurso feminino, em especial da mulher negra durante anos, mas, apesar da subalternização, as mulheres negras buscaram escrever, lutar e ecoar as suas vozes como gesto de resistência. Por isso, as narrativas da escritora Buchi tornaram-na pioneira, ou seja, por abordar diferentes temáticas acerca da emancipação feminina negra, suas obras são carregadas de questionamentos, são escritos de suas vivências e perspectivas, além de trazer aspectos sociais, culturais e políticos de maneira engajada com a ressignificação.

Sobre essa discussão, Natália Regina Rocha Serpa (2022, p. 193) sinaliza que:

Buchi Emecheta foi também uma voz ativa na luta contra as opressões impostas aos corpos femininos. Sua escrita potente apresentou ao mundo outras possibilidades de construção da luta feminista e toda sua produção está comprometida com essa luta dentro e fora do continente africano.

Nesse sentido, convém frisar que, no romance *Cidadã de segunda classe*, Emecheta constrói uma narrativa que apresenta a protagonista Adah da sua infância pobre em Ibuza, passando pela juventude, casamento, a chegada dos primeiros filhos, até a mudança para Londres como a concretização de um sonho na busca de novas perspectivas profissionais e de educação, quer dizer, viajar para os países colonizadores representava uma oportunidade de crescimento, e aquisição de valores culturais em que os africanos iriam se tornar civilizados.

Mas o sonho se tornou um pesadelo, quando Adah percebeu que a vida em Londres seria muito mais dura, difícil e cheia de obstáculos do que a vida na Nigéria. Em Londres ela e a família eram sujeitos de segunda classe no espaço dominado pelos brancos que os viam como: estranhos, deslocados e perigosos.

Nesse romance Emecheta tece críticas acerca das crenças, práticas tradicionais, o peso de ser mulher negra vivendo no país do colonizador, a resistência contra a opressão social e contra a dominação masculina, o preconceito racial e a estigmatização da cultura nigeriana, além da questão da migração.

Essa personagem de Emecheta luta pela independência e dignidade e busca conhecer a si própria e, com isso, aceitar a sua identidade negra, que, na Nigéria, não tinha tanto peso como na Inglaterra. Assim, a luta da mulher negra para ter suas vozes ouvidas e seus direitos respeitados vem de longe, em um sistema de exclusão contínuo, mas que permanece ativo em nossos tempos.

No entanto, a partir de um movimento histórico e memorialístico, os escritos da mulher negra já promovem a ruptura com a invisibilização, exclusão e opressão, ou seja, o ato de poder escrever é uma forma de libertação. E Buchi Emecheta estava nesse rol de escritoras que tinham como foco dar visibilidade à condição da mulher africana, de modo especial, à nigeriana, no contexto colonial e pós – colonial marcado pela dominação masculina, o corpo feminino negro, questões identitárias, culturais e escrita de si, conflitos, questões religiosas e ancestrais, e uma escrita de desconstrução advinda do silenciamento histórico. Segundo Serpa (2022, p. 188),

a escrita de Buchi Emecheta pode, à primeira vista, parecer, uma escrita puramente pessimista, mas é, na verdade, uma escrita visceral, crua, sem medo de apresentar suas fraquezas e, principalmente, sem medo de apresentar como o sexismo e as opressões impostas pelo patriarcado remodelaram as tradições e as transformaram em uma clausura para os corpos das mulheres negras. Trata-se, por essa razão, de uma escrita que, a partir das vivências da própria autora, consegue ficcionalizar as opressões de raça e classe, impostas aos corpos negros independentemente do gênero.

A escrita de Buchi é de uma mulher transgressora que, pouco a pouco, revelou a sua voz e trouxe para a literatura de autoria feminina nigeriana um novo modo de ver e reconhecer a mulher africana, em especial a nigeriana. Esta não mais como um sujeito marginalizado, conforme era produzido pelos textos de autoria masculina e, assim, a sua voz e seus escritos, além de mostrar força, presença e resistência, influenciam outras mulheres a resistir à exclusão e à discriminação para imprimir a sua voz e seus escritos visando provocar a mudança.

Buchi não se considerava uma feminista por não se sentir representada nos feminismos ocidentais, mas uma contadora de histórias, porém, discutia sobre diversos assuntos, proferia palestras e escrevia prioritariamente sobre a condição da mulher, evidenciando seu compromisso com a escrita e a emancipação da mulher.

O reconhecimento da literatura de autoria feminina negra em África, especificamente na Nigéria, só ganhou mais impulso e visibilidade a partir do processo de independência dos países africanos. Isso exigiu conhecer e analisar o contexto social e cultural ao qual essa mulher escritora pertencia para poder entender como seus personagens seriam construídos e representados para poder se consolidar enquanto literatura.

Assim, a partir disso, um número significativo de mulheres passou a ocupar os espaços que eram dominados pelos homens com escritos ligados ao machismo, as tradições, o papel da mulher, a liberdade de expressão, as desigualdades, quer dizer, escritos discutindo sobre mulheres negras produzidos por mulheres negras fundamentais para que elas se sentissem representadas.

Para a escritora Buchi Emecheta, que passou pelo processo da diáspora, não foi diferente. Esta usou seus escritos para contar e reescrever a sua própria história, para elencar a história do seu país e quebrar estereótipos (pessoas doentes, passando fome, animais ferozes, selva, etc), para enaltecer a perspectiva feminina,

assinalar o choque conflituoso entre colonizados e colonizadores, traçando pontos para reconstrução identitária e histórica do país, não abandonando e nem mascarando as tradições. Nesse sentido, Serpa (2022, p. 197) aponta que “outra grande preocupação da escrita de Buchi Emecheta é recuperar a história da Nigéria Igbo colonial do início do século XX e contar sobre a luta de muitas mulheres nigerianas contra a instituição de uma sociedade patriarcal”.

No segundo romance *No fundo do poço*, a personagem principal também se chama Adah, como no primeiro, e a narrativa é uma continuação do primeiro romance, elencando simbolicamente como ela chegou à situação do fundo do poço. Nessa narrativa, Emecheta traz uma mulher negra, imigrante e mãe, que cuida sozinha dos cinco filhos, que vai depender da assistência social para se manter na cidade de Londres, porém, ela nunca se deixou submergir pelo poço e sua precarização perante duras batalhas e sempre se viu motivada a seguir adiante, buscando estratégias de sobrevivência, assim, era uma mulher obstinada, que tinha sonhos, estudava, pois desejava mais que uma vida doméstica.

Emecheta, nessa obra, critica a assistência social do governo britânico como um insulto à dignidade humana, trazendo como símbolo o residencial Pussy Cat, que era destinado às famílias consideradas “problema”, um local afastado de tudo, cheio de lixo, sujeira, mofo e de burocracias que simbolizavam uma colonização-escravidão. A escritora critica também a precarização do trabalho que era destinado às pessoas pobres; critica o sistema social que oprime as mulheres; critica os obstáculos culturais que a fazem ter que deixar os estudos e o emprego para cuidar dos filhos.

Quer dizer, Buchi Emecheta colocou em suas obras traços da sua identidade, suas ideias, sentimentos, um mundo visto a partir de sua perspectiva, colocando os elementos que compõem a sua tradição, ou seja, uma escrita que retrata o local e o não-local.

Nessa discussão, a escritora também coloca em suas narrativas a sua própria experiência de educação como ferramenta para os sujeitos que foram silenciados, pois, somente por meio da educação, esses indivíduos subalternizados poderão representar a si mesmos e elaborar narrativas sobre suas existências, avaliando seu lugar de fala e marcando sua presença no mundo. Então, segundo Serpa (2022, p. 193):

A vida e a escrita de Emecheta contribuem muito na desconstrução de

estereótipos impostos aos corpos negros no continente africano de modo geral no ocidente. A vida de Emecheta foi também um testemunho de que a educação consegue proporcionar outros caminhos, mudando aquilo que antes parecia imutável.

A narrativa de Emecheta é construída num movimento de memória e resistência. Representa através dos seus romances a realidade da opressão, a luta pela afirmação da vida, a falta de liberdade de expressão, as desigualdades sociais, a intolerância religiosa, a violência doméstica, as opressões sofridas pelas mulheres. Nela também está a presença da mulher negra e sua força, do discurso proveniente de suas ancestrais.

São obras que foram construídas a partir da vivência e experiência de uma mulher negra, que estava na margem, que passou pelo processo da diáspora, que teve um casamento conturbado, passou por um divórcio, criou cinco filhos sozinha e não se deixou abater-se em seu propósito de ser uma contadora de histórias a partir de suas narrativas literárias, sempre trazendo o protagonismo para as mulheres nigerianas negras, a consolidação da identidade feminina negra, denunciando o preconceito, o patriarcado e o racismo, elementos que nos aproximam de uma realidade que parece distante de nós. De acordo com Serpa (2022, p. 193), “sua poderosa forma de narrar, nos ajuda a repensar os efeitos do colonialismo, do sexismo e do racismo na vida de mulheres negras”.

Os dois romances citados são autobiográficos e neles Emecheta traz personagens femininas fortes, além de apresentar, de modo contrário, os estereótipos e a ideia de vitimização das mulheres nigerianas e africanas, além de abordar e questionar diferentes temáticas como: imigração, opressão feminina, relações coloniais, o confronto entre o tradicional *versus* urbano, crenças, o controle dos corpos femininos, a insegurança do vínculo conjugal dentre outras.

Buchi Emecheta era uma mulher negra nigeriana que consolidou sua voz e seus escritos através da educação. A literatura produzida por essa escritora conta com obras ficcionais e não ficcionais e em seus escritos ela buscou representar personagens femininas de modo realista. São personagens complexas, que tem seu comportamento definido pela sociedade, que lutam por dignidade, contra toda falta de meios e oportunidades, contra as situações de subalternização, a busca por liberdade, as práticas patriarcais que subjagam as mulheres, ou seja, são escritos em que ela elencou também as aspirações e as dificuldades que os nigerianos passam quando

realizam a diáspora, além disso, a escritora pontua também em suas obras, de modo simultâneo, aspectos da cultura tradicional e das suas vivências diaspóricas.

Desse modo, a consolidação da literatura de autoria feminina negra é uma conquista que vem de um longo processo de lutas e reivindicações contra o silenciamento, patriarcalismo, subalternização, invisibilização e outros aspectos que consideravam as narrativas elaboradas pela mulher negra como menor e/ou marginal.

Infelizmente, o longo e árduo processo de lutas ainda não acabou, tendo em vista que os escritos da mulher negra ainda continuam a serem vistos como marginalizados, por isso se faz necessário dar voz e espaço a essas mulheres para que elas possam contar as suas histórias, se firmarem com a reconstrução de suas identidades a partir de uma narrativa de resistência e de grandes dimensões para ultrapassar sociedades.

As obras da escritora Buchi Emecheta são consideradas ponto de referência para outras escritoras negras, como a escritora também nigeriana Chimamanda, que disse admirar e se inspirar na literatura produzida por Emecheta. Nesse sentido, a escrita literária produzida pela mulher negra nigeriana é fundamental para um novo olhar sobre os modos de resistência por apresentar um discurso diferenciado, pautado nas vivências, experiências e histórias de vida. São narrativas produzidas por elas mesmas, vozes antes silenciadas e que agora se lançam como uma ferramenta de ressignificação da mulher negra, evidenciando sua luta e resistência contra o racismo, a exclusão e a invisibilidade ao afirmarem suas vozes e presenças.

Assim, no terceiro e último romance publicado no Brasil até o presente momento, "*Preço de noiva*", a personagem principal Aku-nna é uma jovem que vai precisar se mudar da capital Lagos, uma cidade urbana e em processo de modernização devido à colonização, para uma aldeia Igbo, em Ibuza, uma cidade rural e cheia de tradições, devido ao falecimento do pai, e sua mãe, conforme a tradição – passar a ser herança de viúva – é obrigada a se casar com o cunhado.

Emecheta cria uma personagem que vai enfrentar constantes embates culturais para se adaptar ao novo espaço onde vai começar a perceber que ela e a família vão ter que se sujeitar às tradições Igbos como: a poligamia, um interesse maior na educação formal do irmão, a mãe trabalhar na lavoura e ela ser vista como moeda de troca.

Assim, Aku-nna vai se apaixonar por um descendente de escravo, o que vai ser visto como uma afronta, porém, sua família já estava negociando seu matrimônio com

um homem do interesse deles e, assim, começa o embate da protagonista contra essa imposição.

Aku-nna é uma personagem que representa a influência negativa e violenta da cultura ocidental, que prega a autonomia, o individualismo, uma personagem que não estava preocupada com a coletividade e com a família como um símbolo de prestígio social, conforme a tradição igbo, e segue, de forma subversiva, as tradições do seu país e do grupo étnico igbo, de modo a resistir, chegando até a ação de fugir para casar com o homem que ama, ou seja, esse casamento contrário às tradições representa o que o projeto colonial pregava, o aniquilamento dos costumes tradicionais.

Porém, as atitudes da personagem representam também uma mulher que busca enfrentar a estrutura patriarcal, o forte sistema de opressão feminina, uma mulher que não quer mais se submeter à escolha da família, mas, sim, as suas, uma mulher que não quer que seu valor se aplique à sua ascendência familiar, aos seus atributos físicos, educação doméstica e virtualidade para manter a castidade, silenciamento, obediência e gerar filhos do gênero masculino.

Nessa narrativa, Emecheta critica a prática do casamento arranjado, que reduz a mulher apenas a papéis sociais (ser mãe e esposa); critica a questão da mulher ser sempre a responsável e a culpada seja em que situação for, quer dizer, Emecheta não descreve os igbos de forma idealizada; critica o sistema de castas que discrimina os escravos, as consequências negativas e violentas da colonização, contrariando os costumes e tradições dos povos igbos.

Desse modo, a escrita de Emecheta, conforme aponta Serpa (2022, p. 19): “A escrita visceral de Emecheta nos apresenta o feminismo negro e a mulherista africana como duas agências capazes de analisar uma escrita tão porosa quanto a escrita negra”. Ou seja, são narrativas que mostram a submissão feminina não como escolha, mas devido ao atravessamento dos elementos culturais de determinada sociedade, mais os pontos relacionados ao sexismo, colonialismo, racismo advindos das estruturas sociais patriarcais.

A literatura feminina negra é uma forma de afirmar o sujeito crítico, ativo e resistente frente ao sistema hegemônico e excludente, com uma produção literária inovadora e desafiante ao representar como protagonistas sujeitos estigmatizados, sem espaço e sem voz. Com isso, a escrita da mulher negra é capaz de produzir e lutar por um mundo diferenciado e mais equitativo, contribuindo para um discurso

literário inovador.

Diante disso, vê-se, nos quatro romances, o protagonismo de personagens femininas, complexas e a condição da mulher nigeriana e africana em personagens que estão em constante relação conflituosa com o seu próprio eu, sua condição feminina e seu lugar de pertencimento social e histórico.

E é nesse percurso que a escrita de Buchi Emecheta se afirma ao resgatar memórias, vozes silenciadas e aspectos da ancestralidade, pontos cruciais para o reconhecimento da sua condição de mulher negra subalternizada que escreve e se torna agente do seu próprio contexto social, disseminando sua palavra e adquirindo autonomia. É a partir desse discurso potente e de resistência que muitas outras escritoras negras subalternizadas se espelham para construir suas narrativas, exercer seu discurso e se tornar sujeito reflexivo e crítico que desconstrói a si mesmo e seu espaço social.

Portanto, Emecheta apresenta uma escrita de resistência, fluida e envolvente, com personagens complexos e resilientes, ao trazer para discussão diversas questões intrigantes que compõem a vida da mulher negra nigeriana, um desenho crítico da sociedade colonial da Nigéria, a influência dos guias espirituais, que dizer, temas que a autora aborda de maneira crítica.

4 CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER EM, AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE DE BUCHI EMECHETA

Seja uma pessoa completa. A maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não seja definida apenas pela maternidade.

(Chimamanda Ngozi Adichie)

Este capítulo, deter-se-á especificamente à análise do romance “*As alegrias da maternidade*”, visando entender à relação da mulher e o sistema opressivo, o seu cotidiano, o controle sobre os corpos, as tradições e costumes, o choque cultural, ou seja, aspectos da desestruturação social feminina nigeriana. Abordar-se-á também pontos sobre a ancestralidade e a religiosidade, que é o fio condutor de todo romance, em especial, os ritos milenares do grupo étnico igbo, não esquecendo de frisar o embate com a imposição da religião do colonizador. E logo elencar-se-á os dilemas vividos pela protagonista como mãe, a imposição da maternidade, a sua saga e luta para ter filhos e se realizar como mulher, além de sua construção (realização e felicidade enquanto mãe) e desconstrução (desromantização do ser mãe ao constatar ser uma atividade solitária), assim como a relação com a família. Para este capítulo, utilizou-se teoricamente os estudos de Banditer (2011); Bourdieu (2012); hooks (2018); Opoku (2010); Oyewùmí (2021); Perrot (2007); Resende (2013); Saffioti (2004).

4.1 A Mulher e o Sistema Opressivo na Sociedade Patriarcal Colonial Nigeriana

Na sociedade patriarcal, a mulher é colocada à margem, em uma posição de irrelevância, subserviência, sujeição e opressão dos mecanismos de dominação masculina. Através de uma imagem de fragilidade, coube a elas o espaço do âmbito doméstico como: almejar a felicidade a partir do casamento, ser uma boa filha, boa esposa e uma boa mãe. Neste modelo de sociedade, a autoridade está concentrada somente em uma pessoa, na figura masculina, seja o pai, o esposo ou os filhos.

Quer dizer, o homem assume a total responsabilidade e autoridade sobre a mulher e a família conforme o significado da palavra patriarcado, que vem de *pater* (pai) e *arkhe* (comando), denotando que todos os membros de uma família se submetem ao poder do patriarca, o homem. Conforme assinala Heleieth I. B. Saffioti (2004, p. 50), “o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração.”

Assim, na sociedade nigeriana, segundo Oyewùmí (2021, p. 103), “o gênero não era um princípio organizador na sociedade antes da colonização pelo Ocidente. As categorias sociais “homens” e “mulheres” eram inexistentes”. Quer dizer, ela sugere que não existia a diferença entre os sexos, a categorização (homem e mulher) e nem a hierarquização, pois, nesta sociedade, ambos tinham os mesmos direitos, diferenciando-se apenas na questão da senioridade que determinava oportunidades e acesso nas relações sociais.

Porém, isso não quer dizer que não existia a opressão feminina, conforme identifica-se na narrativa e que será abordado neste tópico. A narrativa se passa no período da colonização britânica na Nigéria e tem como espaços principais a cidade de Ibuza, que fica na parte rural da Nigéria e é pertencente à etnia igbo, e em Lagos, que é a parte urbana. O contexto do romance é de opressão feminina, mostrando os dilemas relacionados à maternidade e ao casamento, considerados como ponto central da mulher na sociedade igbo, e apresenta personagens femininas que vivenciam a opressão, com destaque para as personagens Ona⁸ e Nnu Ego, que na narrativa são respectivamente mãe e filha.

No romance, a escritora Emecheta descreve Ona como uma mulher destemida, corajosa e desejada pelos homens. Ela era filha de um grande líder de Ibuza chamado Obi Ummuna, que a escolheu para a realização de todos os seus sonhos pelo fato de não ter filhos homens vivos para dar continuidade na linhagem da família, assim, ficou para Ona respeitar e cumprir o destino que ele traçou, ou seja, o de nunca se casar para não ter que inclinar a cabeça para nenhum homem.

Desta forma, ela cresceu acompanhando os passos do pai, obediente e subserviente à figura masculina na pessoa do pai. Mas tinha um apreço especial por Agbadi, um outro líder local, um homem de bravura, de posses, um provedor e um grande caçador. Ele teve muitas mulheres, por onde passava trazia uma, e tinha um

⁸ Apelido pejorativo que significa joia sem valor. Agbadi colocou quando ela ainda era uma criança criticando o apego que Obi Ummuna tinha com a filha.

fraco por aquelas que não cediam antes de lutar. E Ona, aquela mulher altiva, teimosa e arrogante era sua grande paixão, e, por diversas vezes, quis casar com ela, mas sempre recebeu uma negativa. Porém, quando Agbadi é atacado por um animal em uma caçada e fica entre a vida e a morte, ela deixa tudo para ficar cuidando dele sem descanso.

Todas as esposas são afastadas, menos ela. Ona também dava amostras de ser apaixonada por ele, mas, devido ao respeito pelo pai, cumpria fielmente as ordens dele.

Quando Agbadi a viu ali vulnerável e entregue ao medo de perdê-lo, usa da situação para forçá-la a ter relações sexuais com ele, conforme mostra o trecho a seguir:

Rolou o corpo na direção dela, mordeu com delicadeza seus mamilos, como fazem os amantes, deslizou a língua pela cavidade que separa os dois seios, para baixo e para cima. Acariciou sua coxa com a mão válida, tocou sua pequena lappa de dormir e manuseou suas contas de cintura de coral. Ona arfou e abriu os olhos. Quis gritar, mas Agbadi foi mais rápido, mais experiente. Deitou-se sobre o ventre, como uma grande cobra negra, e cobriu a boca de Ona com a sua e durante um longo momento não a libertou. Ela se debateu ferozmente como um animal encurralado, mas Agbadi voltava a ser o que era. Ainda estava fraco, mas não a ponto de ignorar seu desejo (Emecheta, 2017 p. 18).

Nesse trecho, vemos o homem usando da sua força e poder para dominar uma mulher e, apesar de não ter o consentimento desta, a usou como se ela fosse sua propriedade, determinando o *status* social, os papéis e as relações sociais que instauram a inferioridade da mulher, como explana Pierre Bourdieu (2012, p. 27): “o próprio ato sexual é pensado em função do princípio do primado da masculinidade”. Isso representa uma relação de opressão, posse e dominação que dava direito ao homem de punir, enganar, violentar e até matar a mulher. Uma situação de total humilhação para a mulher.

De acordo com Saffioti (2004, p. 18), o homem pode se deixar guiar apenas pelo seu desejo, como é possível verificar no trecho abaixo:

Deve perseguir o objeto de seu desejo, da mesma forma que o caçador persegue o animal que deseja matar. Para o poderoso macho importa, em primeiro lugar, seu próprio desejo. Comporta-se, pois, como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o objeto de seu desejo. Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante.

Logo, concebe-se um processo de coisificação ao qual a mulher está sujeita como uma propriedade que se compra ou adquire e passa a ser um pertence a qual o homem decide o momento de usá-la, explorá-la, repudiá-la e abandoná-la, quer dizer, é ele quem resolve quando esta passa a ser inútil e desnecessária, isto é, um movimento que coloca a mulher em total desvantagem, intimidação e desqualificação, como traz hooks (2018, p. 78): “As mulheres negras são um dos mais desvalorizados grupos femininos e desta forma têm sido os recipientes de um abuso e crueldade que não conhece fronteiras ou limites”.

Na obra, Ona sofria pressão do pai e do homem que amava, e as suas ações e atitudes eram sempre pensadas colocando os homens em primeiro lugar e nunca suas vontades ou desejos. Os episódios de violência podem ser vistos como estupro por ter acontecido contra a vontade da mulher, ou seja, é uma ação masculina intencional que visa provocar dor ou dano em alguém. Este tipo de atitude, por muito tempo, foi visto e aceito como uma justificativa para corrigir a conduta de muitas mulheres.

Em relação a essa situação, identifica-se uma posição de mando, em que o homem está preocupado somente em satisfazer suas vontades e desejos, segundo explana Saffioti: (2004, p. 19) “Como o homem detém poder nas suas relações com a mulher, só ele pode ser sujeito do desejo. Não resta a ela senão a posição de objeto do desejo masculino”.

A violência sofrida pela personagem se configura como uma atitude totalmente desproposita, tendo em vista que Agbadi tinha outras mulheres e, em nenhum momento, se preocupou com elas. Isso feriu, sobremaneira, a primeira esposa que estava dormindo no mesmo pátio e presenciou tudo, conforme é possível atestar no seguinte trecho: “Acorde, pai, acorde! Nossa mãe está tendo um ataque” (Emecheta, 2017, p. 19).

Agunwa, a primeira esposa de Agbadi, aceitava as outras mulheres do marido e, embora tivesse algumas rivalidades, mantinha-se superior por ser a esposa principal, aquela que colocava ordem e cuidava das demais esposas, porém, nada comparado com a presença de Ona, que era a mulher a quem ele amava, venerava e não escondia a predileção, mesmo Ona o destratando e, às vezes, até o rejeitando, o que deixava as outras esposas diminuídas. E presenciar e ouvir o marido sentir prazer com outra mulher foi, para ela, a morte, o que, de fato, aconteceu, pois Agunwa, a primeira esposa, entregou-se à dor e à amargura, vindo a falecer algum tempo depois.

Em alguns países africanos como na Nigéria, a poligamia é um direito que os homens têm de possuir quantas mulheres desejar e é praticada há séculos. Enquanto às mulheres não têm o direito de opinar, apenas de aceitar a chegada de uma nova esposa, quer dizer, a mulher vive em meio a diversas restrições que lhes são impostas, seja na vida social, econômica e até doméstica, uma prática que traz desigualdade e opressão para as mulheres. No caso da obra, todas as esposas de Agbadi, incluindo Ona, são humilhadas, desrespeitadas, objetificadas e obrigadas a viverem em rivalidade, sem demonstrarem abertamente o que pensam.

Agbadi não acredita e não aceita que a morte de sua primeira esposa tenha sido ocasionada pelo constrangimento de ver a cena dele com outra mulher, ou seja, ele era um sedutor ativo, não aceitava a ideia de algumas delas terem ciúmes, isso devido à tradição da poligamia e ao machismo arraigado nele, pois, para ele, Agunwa não deveria se incomodar por ser a primeira esposa e afirma: “Ora, se ela tivesse essa atitude, que exemplo estaria dando às esposas mais jovens?” (Emecheta, 2017, p. 20). Percebe-se, assim, que a mulher é sempre pressionada e cobrada para manter uma postura de aceitação e subserviência como se os seus sentimentos não tivessem nenhum valor.

Em meio a toda essa situação, passados uns dias, Ona adoece e descobre que está grávida e, assim, inicia-se uma nova rivalidade entre os homens que ama. Decide, então, que se a criança, ao nascer, for do gênero masculino, será entregue ao seu pai como forma de gratificá-lo, já que não teve nenhum filho homem, porém, se fosse do gênero feminino, seria entregue a Agbadi, tendo em vista que ele não tinha nenhuma filha. Meses depois, nasce uma menina, que foi chamada Nnu Ego⁹.

Nnu Ego vai crescer sob os cuidados do pai e de suas esposas, pois Ona vai morrer de parto na segunda gravidez e a criança também. Convém ressaltar que Ona nunca aceitou se casar com Agbadi, mesmo após o falecimento de seu pai. Assim, a protagonista vai crescer influenciada pelas perspectivas culturais da sociedade igbo em relação às mulheres, conforme o seguinte trecho:

Meus filhos, quando vocês crescerem, serão todos reis entre os homens.
Aquele que rugir como um leão.
Minhas filhas, quando vocês crescerem, todas embalarão os filhos de seus filhos” (Emecheta, 2017, p. 27).

⁹ Era valiosa. Vinte sacas de caurim

O discurso de Agbadi traz uma obrigatoriedade, logo, Nnu Ego, de criança, já foi ensinada sobre a importância do casamento e sobre ser mãe como as metas principais a serem atingidas, quer dizer, ela não cresceu tendo a possibilidade de se conhecer enquanto mulher que tem sonhos, desejos, metas além do matrimônio, e não fez suas próprias decisões, visto que, nessa sociedade, a mulher aprende que o único meio para ser respeitada e reconhecida é a partir do casamento.

Aos homens estava reservado o espaço público, do protagonismo segundo o desejo do pai ao compará-los com reis, isto é, ter uma posição social elevada, de prestígio e respeito e como leões, o animal conhecido por ser o rei da selva, aquele que domina, que ruga para mostrar seu poder e controle.

Percebe-se que, desde o início, já ensinava aos filhos homens que eles deveriam ser fortes, provedores e destemidos. Já as mulheres iriam ocupar o lugar da subalternização na estratificação social, de invisibilidade, como se a mulher não tivesse espaço para ascensão social e já tivesse que seguir o destino mapeado de inferiorização.

Nesse ínterim, Nnu Ego cresce sonhando e desejando casar e ser mãe para se sentir completa e feliz. Porém, Agbadi fica meio resistente por ela ser a única parte de Ona, mas resolve aceitar, visto que a filha já estava “passando da idade” e os pretendentes já vinham à porta para cortejá-la, conforme consta no fragmento:

Ouçã, Agbadi, na parte de fora de seu alojamento parece haver algum tipo de conagraçamento. Permita que alguém se case com essa menina. Faz muito tempo que ela ultrapassou a idade da puberdade. Você não vai querer ser um segundo Obi Umunna, vai? (Emecheta, 2017, p. 27).

O matrimônio de Nnu Ego e Amatokwu, um jovem de Ibuza, é organizado pelos pais dos noivos como um negócio. A mulher, nesse caso, não tem o direito de escolha, nem é ouvida, tudo é decidido pelo pai de acordo com o que ele vê que é melhor para a filha, ou seja, a decisão está nas mãos do pai, como mostra o trecho a seguir: “Prometi a Amatokwu que pensaria no filho dele. É um dos que estão lá fora” (Emecheta, 2017, p. 28). Quer dizer, o futuro e a sorte de Nnu Ego estavam nas mãos de Agbadi, que estava à procura de um homem que pertencesse a uma boa família, tivesse posses, ou seja, aquele que oferecesse melhores possibilidades de negócios a partir do casamento. Sobre essa questão, hooks (2018, p. 55) completa que

A estrutura do casamento na sociedade patriarcal é baseada num sistema de troca, no qual cada homem é tradicionalmente ensinado em prover economicamente a mulher e as crianças em troca por sexo, cuidado da casa e serviços de alimentação.

E, assim, acontece toda a negociação mercantil do casamento e Nnu Ego sai da casa do pai e vai viver com a família do noivo, isto é, ela sai do poder de um homem para o poder de outro, não para construir uma família de complementaridade e igualdade como se espera da instituição familiar, mas para ser obediente, respeitar e se sacrificar pelo marido, ou seja, construir uma relação em que todos os membros vão depender única e exclusivamente do homem, aquele que detém o controle e o poder, que é o dono da mulher em todos os sentidos, desde o corpo até às suas vontades, enquanto a mulher não tem poder algum, somente obrigações e responsabilidades, como consta no trecho a seguir:

Minha filha mostrou ser uma virgem intacta. O povo do marido veio agradecer.

Cada visitante que chegava espiava o interior dos barris de vinho de palma e gritava: Ah, os barris estão muito cheios. Nnu Ego não nos envergonhou (Emecheta, 2017, p. 29).

Sobre a mulher existia um peso enorme para não manchar o nome e a reputação da família, pois precisava seguir comportamentos rigorosos para manter e preservar a virgindade até o casamento (ato familiar e social), eram bastante vigiadas, passavam mais tempo dentro de casa, começavam a trabalhar mais cedo e não iam à escola, além das exigências e cobranças, como ter logo um filho após o casamento.

Mas o matrimônio de Nnu Ego não vai dar certo, já que ela vai enfrentar várias dificuldades com o marido e que vão resultar em muitas discussões, frustrações, tristeza e até episódios de violência psicológica e emocional, contudo, apesar disso, ele ainda decide se casar novamente e passa a desprezá-la, dizendo que ela não lhe atraía mais, estava magra, seca e arisca, palavras que davam desesperança e frustração em Nnu Ego. Também não faltou violência física como, por exemplo, uma pancada na cabeça que a fez desmaiar e que resultou em ser devolvida para o pai. “Amatokwu, não o culpo por ter batido nela com tanta violência. Não vamos discutir, porque somos parentes, mas permita que eu a leve para minha casa para que descanse um pouco e eu tome conta dela” (Emecheta, 2017, p. 33).

O episódio de violência é totalmente negligenciado pelo pai, visto como um

acontecimento banal, “corretivo” e recorrente, ou mesmo como se a mulher merecesse ser violentada, pois era como se ela fosse a culpada pelo ato e o homem tivesse razão por ter agido com crueldade, denotando que o homem tem poder e é o rei, chefe da casa e da situação, conforme explana hooks (2018, p. 83): “O patriarcado força os pais a agirem como monstros, encoraja os maridos e amantes a serem violadores disfarçados”

Com isso, o matrimônio nesta sociedade pode simbolicamente ser comparado a uma prisão e apreensão para a mulher que precisa se adaptar a condição de invisibilidade, suportar a humilhação e obedecer silenciosamente sem manifestar seus sentimentos em qualquer que fosse a situação como exemplo: pertencer ao irmão mais velho do esposo, caso fique viúva, quer dizer, renunciando a si mesma, sua individualidade e vontades.

Conforme sinaliza Saffioti (2004, p. 62) “[...] em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não”. Ainda nessa discussão, Bourdieu (2012, p. 55) assinala:

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, não é mais que a dissimetria fundamental, a do *sujeito* e do *objeto*, do *agente* e do *instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos.

A relação matrimonial é, então, diferente para diversas sociedades e nesta não é realizado a partir de uma formalização documental, o dote é o que dá poder e direito sobre a noiva. E, quando o casamento fracassa, como o da protagonista Nnu Ego, resulta na devolução da mulher como algo descartável e sem valor, sem nenhum ressentimento por parte do marido e da família deste. E como para a realização do casamento não existe nenhuma formalização, para o término também não, apenas a devolução do dote. É uma relação de total inferioridade e submissão para a mulher, pois ela é um objeto e um instrumento para o homem usar quando bem entender e, assim, destinando-as ao espaço da invisibilidade e da vergonha.

Assim, Nnu Ego parte para um segundo matrimônio, também negociado pelo pai, pois, como explana Perrot (2007, p. 46), “o casamento, “arranjado” é uma aliança

antes de ser amor”, nesse caso, Nnu Ego vai sair da sua cidade natal, Ibuza, para Lagos, a capital da Nigéria naquela época e colônia britânica, o ano era 1934.

O segundo casamento com um homem chamado Nnaife, de início, vai ser perturbador para Nnu Ego, que não vai aceitar o marido e o modo de vida dele, visto que ela estava acostumada com homens mais fortes e viris, que trabalhavam na lavoura, e não um homem aculturado, de corpo robusto e cheirando a sabão. Ela também vai ter dificuldades de adaptação na nova cidade já colonizada. Tudo isso vai refletir na relação e, não diferente do primeiro casamento, as brigas e discussões serão constantes, conforme testifica o trecho a seguir:

O que você falou? Por acaso não paguei seu dote de esposa? Não sou seu proprietário? Você sabe, esse seu ar de importância está ficando um pouco chato. Sei que você é filha de Agbadi. Pena que ele mesmo não se casou com você, para que você ficasse ao lado dele para sempre. Se é para ser minha esposa, você precisa aceitar meu trabalho, meu estilo de vida. Não quero modificar nada. Você precisa entender isso (Emecheta, 2017, p. 47).

Como visto acima, a mulher tem papéis sociais predefinidos que foram criados para satisfazer os desejos e ordens do homem e o casamento é o meio propício para tal, pois ali, naquela relação, ela está à mercê de um destino cruel, um fardo que se resume em tarefas obrigatórias que nunca são satisfatórias e suficientes, uma vez que a responsabilidade sempre recai sobre a mulher.

Logo, Nnu Ego vai vivenciar a poligamia no seu casamento quando o irmão mais velho de Nnaife falece e ele passa a ser o chefe da família, que, como tradição, recebe de herança as esposas do irmão, um momento triste e desafiador para a protagonista que imaginava que Nnaife nunca fosse concordar com essa tradição, visto seguir a risca tudo que era exigido pelos patrões, fosse no modo de vida e comportamento, fosse na imposição da nova religião que pregava a monogamia.

Assim, Nnu Ego, apesar de ter crescido em meio a essa tradição, se sentiu humilhada ao ter que preparar a esteira para a primeira noite do seu esposo com outra, visto que, em Ibuza, cada esposa tinha sua própria cabana e ali, em Lagos, naquela casa pequena de apenas um quarto, era constrangedor estar no mesmo ambiente que o casal enquanto esses mantinham relações sexuais, conforme pode-se constatar no fragmento:

Minha esposa mais velha não está conseguindo dormir. Você precisa aprender a aceitar seus prazeres em silêncio, minha nova esposa Adaku. A esposa mais velha é como as madames brancas: não gosta de barulho (Emecheta, 2017, p. 123).

Nnu Ego duvidava que o esposo aceitasse as mulheres do irmão, visto a questão da privação em que viviam, uma situação financeira que oscilava com os altos e baixos da cidade em evolução e que oferecia poucas oportunidades de trabalho. Mas Nnaife, em nenhum momento, fez essa reflexão, apenas agiu de acordo com a tradição e como um homem empoderado, másculo e viril.

A personagem Adaku, na narrativa, é uma mulher que transgride ao *status quo* por não aceitar por muito tempo a situação de privação e humilhação que Nnaife oferecia. Por ter tido somente filhas mulheres sua situação perante a sociedade e a família do esposo é de total inferiorização, porém ela era uma mulher destemida e diferente de Nnu Ego, por isso decide sair de casa para assegurar um futuro diferente para as filhas.

Nnaife não vai entregar as meninas para marido nenhum enquanto elas não estiverem preparadas. Não vou deixar!
Estou saindo deste quarto abafado amanhã, esposa mais velha.
Para ir adorar seu chi?
Meu chi que se dane! Vou ser prostituta. Meu chi que se dane!
(Emecheta, 2017, p. 166).

Ao tomar a decisão de ser prostituta, Adaku vai na contramão dos costumes e tradições, deixando todos abismados com essa decisão, porém ela não retroage e ainda abre uma grande banca no mercado. Por outro lado, coloca as filhas num colégio interno, indicando, assim, a preocupação com a educação delas, fato que não era comum para a sociedade da época, conforme consta no fragmento abaixo:

Ao contrário do que acontece na narrativa masculina, em que a prostituta é condenada como corrupção do corpo alegórico da nação, o corpo da mulher e a sua rentabilização econômica aparecem aqui como um meio de confrontar a dominação masculina no espaço público e de conquistar a emancipação para si e para as suas filhas, que faz escolarizar (Martins, 2020, p. 157).

Essa personagem simboliza o confronto com a dominação masculina e a conquista da emancipação feminina ao tentar resistir ao machismo e à lei da submissão travando discursos de empoderamento, o que é perceptível ao inserir as

filhas na escolarização, buscando, assim, um viés diferente para elas.

Emecheta traz para o romance também a personagem Iyawo Itsekiri, vizinha e amiga de Nnu Ego, que, por não ter filhos, era espancada todos os dias pelo esposo, conforme o trecho que segue: “Diminuída pelas surras constantes que recebia do marido, ela se tornara apática e estava sempre cautelosa e duplamente atenta” (Emecheta, 2017, p. 148). Vê-se que nessa sociedade a mulher sem filhos é totalmente marginalizada e sofrer violência física era algo banal e ninguém interferia, visto que o homem tinha total domínio sobre a mulher.

Desse modo, o homem na sociedade patriarcal é respeitado, é visto como aquele que dita regras de dominação que devem ser seguidas pela mulher e os filhos, como: a mulher não ter o direito de sentar à mesa quando o esposo faz as refeições e nem ficar olhando para ele; quando acontece uma discussão entre as mulheres, os homens são chamados para resolver, eles conversam, bebem e decidem tudo por elas.

Quer dizer, o homem sempre manda e toma as decisões enquanto a função da mulher é apenas obedecer e não contestar, denotando superioridade e racionalidade para os homens que sempre são vistos como dignos, isso pode ser constatado na forma como Nnu Ego vai constantemente repassar para as filhas os ensinamentos que recebeu da tradição igbo, ou seja, ascensão para os filhos e diminuição para as filhas como: a obrigação em ajudar na economia da casa e educação dos irmãos, conseguir bons casamentos, que significava um bom dote para o pai e a educação dos irmãos, além da aceitação das violências, manter a castidade, não ter direito de estudar, que era algo restrito somente aos homens, quer dizer, uma forte repressão sobre o corpo e o comportamento da mulher, como se confirma no trecho a seguir: “Mas vocês são meninas! Eles são meninos. Vocês precisam vender para que eles cheguem a uma boa posição na vida e tenham condições de tomar conta da família” (Emecheta, 2017, p. 174).

Assim, de tanto a protagonista atribuir importância e representatividade ao gênero masculino em detrimento do feminino, o filho Oshia começa a entender seu valor e força e, quando é chamado para ajudar, explica: “Não vou! Sou menino. Por que preciso ajudar na cozinha? Isso é trabalho de mulher” (Emecheta, 2017, p. 126). A respeito dessa discussão Saffioti (2004, p. 68) complementa: “As diferenças sociais e culturais atuam sobre o ser humano desde seu nascimento. Quando o casal, ou pelo menos o marido, espera que o bebê por nascer seja um menino, a decepção é grande

se o recém-nascido for mulher”.

Essa decepção é presente na vida de Nnu Ego, principalmente ao dar a luz a um par de gêmeas que será alvo de críticas do esposo, como se ela tivesse culpa pelo nascimento duplo do sexo feminino, como bem está expresso no fragmento a seguir: “Se a pessoa era obrigada a ter gêmeos, por que meninas, pelo amor de Olisa?”, (Emecheta, 2017, p. 184), ou seja, sob a mulher existe uma forte cobrança e tudo o que possa acontecer dentro do lar, seu comportamento, a relação com os filhos e o marido reflete na mulher.

Ao longo da narrativa, Nnu Ego, na menopausa, sofrerá um aborto e, ao ver que o feto era de uma menina, se sente aliviada porque não ficaria mal vista aos olhos da sociedade e da família, visto que, se fosse um menino, ela seria acusada e condenada por não saber segurar um filho, pois a sobrevivência dele era primordial.

Nesse sentido, o falecimento prematuro daquela criança foi um evento sem importância, como se aquela vida não tivesse valor algum e a mulher fosse apenas um objeto para formação familiar e reprodução. Conforme explana Perrot (2007, p. 42): “Começamos pelo começo, o nascimento: a menina é menos desejada. Anunciar: “É um menino” é mais glorioso do que dizer: “É uma menina””

Na narrativa, Nnaife, conforme os costumes e tradições que aprendeu em Ibuza com seu grupo étnico igbo, não tinha diálogo com as filhas e nem demonstração de preocupações. Elas não frequentaram a escola como os meninos, mas aprenderam o básico: ler, escrever, cuidar da casa e serem caladas. O pai esperava ansiosamente que elas crescessem para encaminhá-las a um casamento que lhe favorecesse com o dote, como afirma Oyewùmí (2021, p. 143) “O pagamento do dote pela família do noivo conferia acesso sexual e paternidade”. Então, o dote era uma vantagem social e econômica que o pai recebia sob o destino da filha, sem preocupação com a felicidade desta, pois o que importava era a mulher estar encaminhada na vida através de um casamento.

Assim que chegaram na idade certa para tal, Nnaife procurou escolher os respectivos candidatos com a exigência de um bom dote e que fossem de Ibuza e da étnia igbo, o que denota, como traz Oyewùmí (2021), uma relação entre linhagens. Para Taiwo, o futuro marido buscava uma esposa pouco instruída justamente para não ir contra as ordens dele, mas capaz de gerar filhos e cuidar da casa. Quer dizer, uma esposa não para amar, e sim para ser submissa, fácil de manipular e dominar. Já Kehinde não aceitou a escolha do pai e, então, fugiu para ficar com o rapaz da sua

escolha, o que, para Nnaife, foi uma afronta.

A ação de Kehinde simboliza a luta pela quebra do jogo de interesses que existe por trás da negociação do casamento, em que a mulher passa a escolher com quem quer se relacionar, deixando de ser tratada como mercadoria. Esse é um processo de luta e resistência das mulheres contra as injustiças, exploração e subalternização.

A narrativa de Emecheta acerca das personagens nos permite compreender as exigências vividas pelas mulheres e os diferentes papéis que desempenham na sociedade nigeriana. São personagens reais e complexas. Mulheres que se transformam e se desenvolvem perante os dilemas, que se diferenciam e se distanciam da visão essencializada que o homem europeu desenvolveu acerca da população africana, quer dizer, Emecheta, a partir da sua escrita, constrói percepções sobre o entendimento de mundo por meio das personagens ao estabelecer em sua narrativa uma conexão entre história e contexto.

4.2 Ancestralidade e Religiosidade em, *As Alegrias da Maternidade de Buchi Emecheta*

O continente africano tem uma grande diversidade religiosa de crenças e rituais ligados ao sagrado, místico e sobrenatural, quer dizer, as sociedades africanas são sedimentadas tendo como base um pluralismo religioso advindo das crenças locais, movimentos culturais e o processo de colonização. Como sinaliza Oyewùmí (2021, p. 332): “As ramificações das religiões patriarcalizadas podem ser maiores na África do que no Ocidente, porque a religião permeia todos os aspectos da vida africana”.

Assim, abre-se um parênteses para sinalizar que, segundo Serpa (2022), 29% da população que habita a região Norte da Nigéria são muçulmanos representados pelos grupos étnicos hausas e os fulani; já, no Sudoeste, 21% se dividem entre religião tradicional, cristãos e muçulmanos, que são os povos lorubas; no Sudeste, onde está a maior concentração igbo, 18% são predominantemente cristãos; quer dizer, uma diversidade religiosa permeia o país.

No romance *As alegrias da maternidade* identificam-se as crenças e ritos locais que são milenares, especificamente aqueles realizados pela etnia igbo e as crenças trazidas pelo colonizador. Esse caráter religioso inclui também a compreensão de que a natureza é um elemento sagrado e que pode contribuir para que se entenda quem

é o ser humano, qual seu lugar no mundo, isto é, são imagens e representações de poder, justiça, eternidade, que englobam a vida e a morte, ou seja, é a ligação do homem com o ser superior, divino.

Nessa discussão Oyewùmí (2021, p. 332) explana que “A organização da religião em qualquer sociedade, incluindo símbolos e valores religiosos, reflete a organização social”. Isto é, a religião e a igreja, em si, são uma instituição com poder de moldar a identidade e as múltiplas manifestações do ser humano.

No romance, quando Agbadi, um grande líder igbo, é atacado por um animal em uma caçada e fica entre a vida e a morte, vários rituais, seguindo as regras culturais, são realizados para pedir aos deuses força e cura como sacrifícios de animais, abandono de animais vivos para apaziguar os deuses e orações realizadas pelo curandeiro particular, também conhecido como bidia.

O sacrifício de animais simbolicamente pode representar um modo de manter relações pacíficas com as entidades espirituais de maneira a agradar aos deuses e também como um pedido de perdão dos pecados. Assim, quando Agbadi dá sinais de melhora, são feitas mais orações e súplicas ao todo-poderoso Olisa, além de comemorações, como no seguimento a seguir: “Mande trazer sua melhor bebida e nozes-de-cola e oremos por uma vida longa e para agradecer a seu chi por tê-lo salvo” (Emecheta, 2017, p. 16).

Emecheta nos apresenta a religiosidade tradicional dos povos igbos e suas crenças e rituais que já existiam e eram realizados antes da chegada do colonizador com base na crença em um Deus, mas também se utiliza o politeísmo. Existe a crença de que os antepassados e espíritos é que fazem a ligação entre Deus e os homens, além das celebrações e ritos que, são diversos, e ocorrem em todas as circunstâncias da vida, desde o nascimento até a morte, ou seja, uma crença que segue determinados comportamentos que se associam a elementos de culto aos ancestrais que existem há séculos e têm relação com a comunidade ao unir o homem a sociedade, além de ser a base para entender o modo de vida dos povos africanos.

No caso particular do adoecimento do personagem Agbadi, um homem de representação para aquela comunidade, fez as pessoas se envolverem e se unirem aos poderes invisíveis a partir de orações, cerimônias, rituais e festas aos deuses, pedindo a sua plena recuperação, isto representa momentos valorizados pela comunidade em que o doente está em seu lar, rodeado de pessoas da família, de amigos e daqueles que buscavam sua cura. Esses rituais são costumes e crenças

religiosas tradicionais, respeitadas, assim como o sacrifício de alguns animais que têm representatividade e significado para eles.

No percurso da narrativa, outro momento em que identificamos relação com o sagrado são os rituais fúnebres, como o do falecimento de Agbadi, que vai morrer já bem velhinho, mas vai esperar a filha Nnu Ego chegar, depois de dez anos para se despedir, conforme no fragmento:

Preciso ir ver meu pai, que está morrendo...
Isso mesmo, boa filha. Só que ele não está morrendo; morreu cinco dias atrás, mas não vai se entregar completamente enquanto não vir você (Emecheta, 2017, p. 150).

O adeus ao grande caçador foi permeado de abraços e choros, além de canhões disparados para o alto para que todos soubessem que uma pessoa importante estava deixando este mundo para se unir aos seus ancestrais. Ele não foi enterrado antes do quinto dia, todos os dias um animal era abatido, foi cercado de danças e festejos e seu corpo foi instalado em um trono no interior de seu pátio. Sobre a morte, Opoku (2010, p. 592) explana que:

Os mortos permanecem membros da sociedade e se acredita que exista, ao lado da comunidade dos vivos, uma comunidade dos mortos. Entre ambas ocorre uma relação simbiótica. A sociedade humana, portanto, é uma família, composta pelos mortos, pelos vivos e por aqueles que ainda não nasceram.

A finitude é um evento natural da vida, mas que ainda traz muitas dúvidas e questionamentos, porém, para os povos nigerianos, conviver com a morte é uma prática significativa, tanto que eles realizam rituais, cerimônias com rezas, danças, músicas, um conjunto de práticas importantes em que a alma é encaminhada para o outro lado com muita alegria, além de serem enterrados próximos das casas para dar continuidade na vida da comunidade e da família.

Outro evento fúnebre e bem expressivo na narrativa é quando a primeira esposa de Agbadi falece e, por ter morrido na qualidade de “esposa completa”, quer dizer, deu filhos homens ao esposo, o seu velório é realizado por dias, é permeado de danças, festejos fúnebres e seu enterro acontece no alojamento do marido.

Agwana era a mulher de um líder e, por isso, entra na tradição de convocar a escrava pessoal para morrer com a sua senhora, conforme no fragmento: “É preciso

que a escrava e o equipamento de cozinha de Agunwa partam com ela. Todos devemos chorá-la” (Emecheta, 2017, p. 20).

Essa convocação e a aceitação de acompanhar a sua senhora na morte deveria ser de bom grado, mas a acompanhante resistiu e, por isso, foi golpeada na cabeça pelo filho mais velho de Agbadi e Agwana, uma tradição triste e revoltante, mas que as mulheres não conseguiam romper, tanto que a escrava, antes de cair na sepultura, fez um juramento: “Agradeço sua gentileza, Nwokocha, filho de Agbadi. Eu voltarei para sua família, mas como filha legítima. Eu voltarei...” (Emecheta, 2017, p, 21).

Essa escrava e o juramento proferido vão ter grande relevância na narrativa porque ela vai retornar como a *Chi* da personagem principal, Nnu Ego. *Chi* é uma espécie de guia espiritual que vai acompanhar a cabeça da protagonista do seu nascimento até a morte. Quer dizer, o seu destino já estava traçado e não tinha como se desviar e nem lutar contra.

Assim, passados uns meses, Nnu Ego nasce e, ainda criança, passa a sentir fortes dores de cabeça, na ocasião, um curandeiro é chamado e encontra um caroço na cabeça da criança que era mais quente que o restante do corpo e, então, esclarece:

Esta criança é a escrava que morreu com sua esposa mais velha, Agunwa. Ela jurou que voltaria como filha. Agora, aqui está. É por isso que esta criança tem a pele clara do povo das águas, e o caroço dolorido em sua cabeça vem das pancadas que a escrava recebeu de seus homens antes de cair na sepultura. A criança sempre terá problemas com a cabeça. Se tiver uma vida feliz, sua cabeça não se manifestará. Mas, se for infeliz, a cabeça a atormentará tanto física como emocionalmente. Meu conselho para vocês é que tratem de apaziguar a escrava (Emecheta, 2017, p. 26).

Nisso, o curandeiro informa que Nnu Ego precisará fazer sacrifícios, orações e adorações diárias para sua *Chi* para que ela não se manifestasse e, assim, Ona vai precisar sair da casa do pai para a casa de Agbadi, onde será construído um altar próximo da sepultura da ama e uma imagem para que a protagonista andasse com ela.

Nnu Ego cresce tendo a vida marcada por esse juramento, assim, todas as suas ações e atitudes são baseadas nas permissões que sua *Chi* lhe concede. Quando se casa com o primeiro esposo, seu pai vai mandar confeccionar uma nova imagem para proteger e espantar o mau-olhado, porém o matrimônio vai ser

permeado de conflitos e Nnu Ego não entende porque é tão castigada e o esposo explana: “Ofereça sacrifícios à escrava e faça uma visita a seu pai. Talvez ele tenha alguma sugestão. Além disso, reze para Olisa, peça-lhe que nos ajude a todos” (Emecheta, 2017, p. 29).

Então, Nnu Ego vivia de um bidia para outro na guisa de entender porque não conseguia engravidar. Conseqüentemente, não visitava o pai porque já ficava constrangida com as perguntas e olhares das esposas dele que esperavam o anúncio de uma gravidez e a negativa já gerava desconfiança e ela não queria envergonhar o pai e a família. A personagem ficava fazendo oferendas, orações, súplicas, implorando à sua *Chi* para entender porque tanta provação e humilhação, e cada vez mais aumentava a frustração e a desesperança. Enquanto isso, o esposo ficava cada vez mais estranho e distante como alguém com quem ela não conseguia partilhar suas preocupações.

Tudo o que Nnu Ego passava era porque a sua *Chi* tinha sido dedicada a uma deusa de rio antes de ser levada como escrava por Agbadi, quer dizer, o pai de Nnu Ego tirou e levou a escrava para longe do seu lar original, logo, Nnu Ego estava sendo castigada pelos erros que o pai cometera no passado. Desse modo, Emecheta traz para a narrativa elementos da ancestralidade que se vinculam à dimensão religiosa ao construir uma personagem com as seguintes características: “pele clara do povo das águas” e a *Chi* da protagonista foi “dedicada a uma deusa de rio”.

O elemento água é sagrado para a manutenção da existência e vida dos seres humanos. Logo, quando a escritora traz esse elemento e a deusa de rio, simbolicamente, está se referindo ao orixá Oxum, que é a deusa das águas doces, rios e lagos, que, segundo Serpa (2022, p. 69), “É uma divindade oriunda de uma região específica da Nigéria, o antigo reino de Ijexá, habitando um rio que carrega seu nome. É considerada a protetora dos ventres férteis”. Desse modo, Emecheta, nesta narrativa, destaca os saberes tradicionais nigerianos e a identidade coletiva desses povos, além de abordar o feminino naquela sociedade.

No segundo matrimônio, Nnu Ego vai para Lagos, uma cidade que já vivia com a presença do colonizador, e vai precisar se adaptar à nova vida em todos os aspectos (social, econômico, político, cultural, língua e religião), porém, no início, os saberes tradicionais irão ter um peso maior na vida da protagonista, visto que ela vai continuar seguindo todos os preceitos da sua tradição e vai começar a ter sonhos com a sua *Chi* lhe entregando um bebê, especificamente um menino, nas margens do rio Atakpo,

que fica em Ibuza, mas a escrava tinha um sorriso zombateiro, com isso, Nnu Ego acaba se atormentando no sonho e explica: “Já não chega de me torturar? Não fui eu que matei você!” (Emecheta, 2017, p. 43). Em outro sonho, sua *Chi* lhe entrega um menino coberto de lama à beira de um regato e diz: “Isso, pegue os bebês sujos e gorduchos. Pode ficar com todos os que quiser. Leve para você” (Emecheta, 2017, p. 75).

Os sonhos não são invenções ou ilusões, pois, desde os tempos mais remotos, os sonhos são vistos como uma fonte de mistérios, uma comunicação com o inconsciente, um reflexo dos desejos e do estado de espírito dos indivíduos, e podem trazer revelações ou desvendar fatos da vida. A interpretação da simbologia dos sonhos é uma prática usual e comum e levada a sério por muitos povos, inclusive os africanos, porém essa interpretação envolve um universo complexo que requer pessoas com técnicas, ou dotadas de um sexto sentido, para chegar a uma possível mensagem / comunicação com os deuses. Sobre os sonhos e suas interpretações, Thornton (2004, p. 320) sinaliza:

Os sonhos e outros estados alterados de consciência forneciam acesso ao outro mundo. Já que todos sonham, eles não eram considerados mais importantes que o estudo da adivinhação ou do presságio. Os sonhos empregavam linguagem simbólica e, com frequência, exigiam interpretação – a revelação não ambígua e direta na forma de sonho parece ter sido rara.

Logo, Nnu Ego luta e resiste a todo momento contra os avisos e prenúncios que sua *Chi* quer lhe passar sobre a maternidade e continua clamando e implorando para ter filhos. Mas, aos poucos a vida na cidade de Lagos, em meio à modernização, vai consumir Nnu Ego que, para se adaptar, vai precisar seguir os preceitos do colonialismo e o impacto das mudanças culturais, dentre elas, a nova religião.

A religião católica propagava a fé e pregava a salvação através de um único Deus branco, uma religião branca, que diminuía, descaracterizava e desvalorizava as práticas religiosas tradicionais, além de reservar para a mulher uma posição inferior e subalterna, conforme explica Oyewùmí (2021, p. 356):

Dois processos vitais e entrelaçados inerentes à colonização europeia na África. O primeiro e mais minuciosamente documentado desses processos foi a racialização e a consequente inferiorização dos africanos como colonizados, nativos. O segundo processo, foi a inferiorização das fêmeas.

A colonização intensificou o sofrimento da mulher, que foi forçada a seguir e obedecer aos preceitos de uma tradição machista e opressora a partir de um discurso religioso que visava ao controle social da mulher e da família, como bem sinaliza Oyewùmí (2021, p. 307): “sistema familiar africano deveria ser alvo de reformas e, por sua vez, ser o veículo para a “civilização” dessas sociedades”.

Na narrativa, Nnu Ego vai com o esposo à ilha de Lagos participar das missas cristãs de uma comunidade igbo aos domingos para cumprir a exigência dos patrões e ficar “próximo” da vida, costumes, cultura e língua deles e do que eles exigiam, mas Nnu Ego não entendia o cristianismo e apenas seguia o marido, inclusive, às vezes, achava entediante e monótono, chegando até a pensar em pedir para não ir, pois aquilo não tinha significado algum para ela.

Essa exigência de comparecer à igreja era mais uma forma de controle em relação à sexualidade e à vida do casal, visto que nesta realizava-se uma série de sermões com regras sobre a família nuclear, vida social e íntima dos casais, como a procriação, além das condutas que eram obrigados a seguir, com centralidade na figura masculina. Assim, na narrativa, Naife informa para Nnu Ego a obrigatoriedade de terem que casar na igreja católica, caso ela engravidasse, para impedir que ele fique desempregado, como se confirma no trecho:

O que as pessoas vão dizer na igreja? Não nos casamos lá. Se eu não me casar com você na igreja, retiram nossos nomes do registro de lá, e a madame, minha patroa, não vai gostar. Posso até perder o emprego (Emecheta, 2017, p. 48).

Esse acontecimento, para a protagonista, não fazia sentido, visto ter sido criada em outros costumes e se considerava casada com Naife com base nas tradições que foram criados, quer dizer, os costumes do colonizador já estavam se sobressaindo sobre os costumes locais, ou seja, o homem branco já estava criando estratégias para dominar e controlar o colonizado.

Desse modo, a religião do colonizador foi disseminada como superior, apresentando a figura da Bíblia, que era o livro que fundamenta a vida a partir dos mandamentos do que os povos poderiam ou não realizar, de Cristo, que era um profeta, filho de Deus, que salvou o mundo, Pai-Filho-Espírito Santo, de Maria, que era a virgem imaculada, mãe de Cristo, e das interpretações formuladas pelos padres, rotineiramente, nas missas e reuniões, visando à doutrinação dos africanos e trazendo

a ideia de ser a religião certa a seguir.

Os padres conduziam a situação com maestria, visto simbolicamente terem domínio sobre a situação e serem pessoas investidas de autoridade e sabedoria, além de influência sobre a população. Com isso, disseminavam a ideia de que as religiões tradicionais e seus rituais estavam alinhados ao demônio, por isso precisavam ser banidas. Sobre esse ponto, Opoku (2010, p. 592) expõe: “Religião dos vencedores, o cristianismo era considerado a fonte do poder do homem branco. Ele dava acesso à educação, ao emprego, ao poder, e à influência no mundo do branco”.

Assim, apesar da resistência da protagonista em se manter fiel aos preceitos religiosos que lhe foram repassados e ensinados através das gerações de seus ancestrais, a imposição europeia e religiosa era maior e mais forte, pois a vida na cidade de Lagos era permeada pelos ideais do colonizador seja na cultura, economia, língua, vida social, política e religiosa, contribuindo para que a população se adequasse àquela realidade imposta.

A colonização alcançava também os locais de educação e, assim, o colégio dos filhos da protagonista pertenciam às missões inglesas como: Yabá metodista, Hussey College e St. Gregory’s College!, ou seja, as crianças já eram educadas no idioma do colonizador, assim como as tradições, religiões e costumes, por isso a cultura local ser reprimida e perceptível no matrimônio de uma das gêmeas, que foi realizado nos moldes da cultura do colonizador: “O casamento foi na igreja de St. Paul, em Ebute Metta, e Taiwo usava um vestido branco como a neve” (Emecheta, 2017 p. 220), dessa forma, essa passagem sinaliza a diferença de culturas e tradições, pois o vestido branco representa a pureza e a inocência da noiva.

Então, devido estarem morando em Lagos e imersos nos preceitos do colonialismo, acabaram por se adaptarem e vivenciarem os costumes daquela cidade, ou seja, uma cerimônia de casamento diferente da realizada nas comunidades tradicionais, como foi a de Nnu Ego. Nessa discussão Oyewùmí (2021, p. 307) postula:

A escola era a igreja, e a igreja era a escola. Do ponto de vista dos missionários, o processo de cristianizar e educar os pagãos africanos deveria ser um processo de europeização. O objetivo dos missionários era transformar as sociedades africanas, e não preservá-las.

Assim, até Nnu Ego, em meio a todas as dificuldades e decepções, já não reclamava com sua *Chi*, mas dirigia-se à divindade maior do colonizador: “Deus,

quando você irá criar uma mulher que se sinta satisfeita com sua própria pessoa, um ser humano pleno, não o apêndice de alguém” (Emecheta, 2017, p. 185).

Nesse fragmento, percebe-se uma crítica ao matrimônio e ao modelo feminino idealizado pela igreja católica na construção de uma mulher reprodutora e totalmente submissa. Entende-se que, desta forma, a igreja é quem determina os padrões de comportamento feminino e traz a imagem de uma mulher pura, virgem e mãe, qualidades que as mulheres deveriam seguir como um destino para a “felicidade plena”, num determinismo que resulta na falta de direitos para este gênero, como se elas fossem abstratas e só existissem na sombra e no domínio do homem. Essa cultura ainda perdura, embora, aos poucos, esses costumes tenham perdido um pouco a força para os adeptos da “civilização” trazida pelo homem branco.

Desse modo, Nnu Ego vai se adaptando à vida na cidade grande e aos costumes do colonizador e passa a conviver com uma forte base inviolável de uma fé cristã com expressões tais quais: “Santa Maria, Mãe de Deus! [...] Meu Deus, que coisa horrível! [...] Lembre-se que Deus dá e Deus tira. Somos Dele, e Ele nos trata como que” (Emecheta, 2017, p. 62). A própria protagonista também vai passar a fazer orações para o “Deus” do colonizador, conforme explicita o fragmento: “Por favor, Deus, permita que essa criança fique comigo e realize todas as minhas esperanças e alegrias futuras” (Emecheta, 2017, p. 77).

Veja-se que a imposição da nova religião já estava dominando o comportamento das pessoas e o imaginário acerca da cultura local que era demonizada, nisso, os habitantes locais deveriam extinguir os costumes aos quais estavam habituados e aprender a aceitar e carregar seus fardos e problemas com fortaleza e perseverança em Cristo, conforme Opoku (2010, p. 611) sinaliza: “Deus era o criador e o pilar do mundo. Poder, justiça, beneficência, e eternidade eram atributos dele e, como fonte de todo o poder, governava a vida e a morte. Deus recompensava os homens, mas também castigava quando agiam mal”.

Os colonizadores pregavam fortemente contra as crenças tradicionais nos espíritos, forças sobrenaturais, deuses, rituais e sacrifícios, trazendo a negação da identidade e das memórias dos ancestrais com o argumento de “cristianizar e civilizar”, apresentando um Deus perfeito que tudo vê e julga. Simbolicamente, usavam da palavra de Deus para punir, controlar e iludir as pessoas que passavam a temer o poder daquele Deus, como se Deus fosse cúmplice deles e das suas maldades, numa corrida desenfreada para erradicar as religiões tradicionais e suas práticas.

Mas, apesar de Nnu Ego, em alguns momentos, se vê imersa na religião do colonizador, a busca para solucionar alguma problemática é sempre realizada através da crença que lhe foi ensinada e repassada, quer dizer, a tradição e o culto aos seus ancestrais e deuses é valorizada, como no episódio em que seu filho mais velho, Oshia, diz sentir fortes dores de cabeça na presença da segunda esposa de seu pai, deixando Nnu Ego preocupada, pois histórias de esposas jovens machucando os filhos das esposas mais velhas era recorrente, e, então, buscou levar o menino a um curandeiro local, que explica:

A criança tem razão. Você precisa proteger seus filhos do ciúme da esposa mais jovem. Se me trazer duas galinhas e um metro de tecido branco, preparo amuletos para eles usarem. Não há ciúme capaz de prejudicar os meninos com essa proteção (Emecheta, 2017, p. 127).

Desse modo, até Naife, um homem que parecia aculturado por seguir todos os preceitos e ensinamentos do homem branco, aceita a tradição de receber as viúvas do irmão, fato que deixou Nnu Ego intrigada a respeito do modo de vida cristão do esposo: “Já não trabalho para o dr. Meers. Sou cortador de grama do Departamento de Estradas de Ferro da Nigéria, que emprega muitos muçulmanos e até pagãos” (Emecheta, 2017, p. 118).

Então, Nnu Ego e Naife viviam entre as duas culturas, tentando seguir os preceitos cristãos não com devoção e verdade, mas por imposição, porém a essência do “ser” e do “eu” que os compõem enquanto sujeitos não se desvincula totalmente dos saberes e memórias ancestrais, isto é, as raízes culturais continuam vivas neles. Com isso, mesmo em meio a um sistema opressivo e de imposição de crenças sólidas e inabaláveis, Nnu Ego luta e resiste ao continuar seguindo os preceitos da religião tradicional cutuada pelos seus povos e antepassados.

Desse modo, Emecheta aborda no romance como o colonialismo britânico na Nigéria alterou as estruturas sociais, econômicas e relações interpessoais tradicionais com as influências modernas. Nnu Ego luta para reconciliar as expectativas tradicionais com as realidades de uma sociedade em mudança, ilustrando como as mulheres, muitas vezes, carregam o peso dessas transições culturais.

4.3 Os Dilemas Vividos por Nnu Ego como Mãe em, *As Alegrias da Maternidade*

A condição da mulher africana na Nigéria colonial, e especificamente na etnia igbo, é sustentada pela ideia da procriação como um destino mapeado para alcançar a completa felicidade, além de ser também um desejo comunitário da tribo, e, desta forma, a personagem Nnu Ego foi ensinada e nela fez brotar o desejo de ser mãe.

Nnu Ego casou cedo, na fase da adolescência, com o jovem Amatokwu e a chegada de um filho já era fato certo, como se percebe no seguinte fragmento: “Quando uma mulher é virtuosa, não tem dificuldade para conceber. Não demora e os filhos de Nnu Ego estarão chegando para brincar por aqui” (Emecheta, 2017, p. 29).

Percebe-se aí que existia uma pressão sobre a protagonista para ser mãe, mostrando, assim, que o fim último do casamento é apenas gerar filhos, indicando que a maternidade nesta sociedade estava no cerne do destino feminino e não cabia a ideia de aproveitar a vida a dois para depois planejar os filhos. Em relação a essa questão, Perrot (2007, p. 47) sinaliza: “Dependente sexualmente, está reduzida ao “dever conjugal” prescrito pelos confessores. E ao dever de maternidade, que completa sua feminilidade”. Ou seja, a mulher tinha sua identidade restringida e só passava a ser reconhecida, valorizada e respeitada através do seu papel reprodutivo.

Nnu Ego não fez a escolha do marido, apenas aceitou aquele que seu pai escolheu, e não cabia a ela outros sonhos a almejar como: estudar, ter uma profissão, seguir uma carreira. Ela nunca parou para pensar na plenitude pessoal, visto que o único modo de afirmação como mulher é ser capaz de gestar. Conforme Elisabeth Badinter (2011, p. 17), “a criança era a consequência natural do casamento”, ou seja, a maternidade era imposta como um ciclo natural da vida e não uma escolha individual da mulher.

Mas os meses vão passando e Nnu Ego não consegue engravidar, e isso já começava a gerar nela um forte sentimento de medo e culpa, conforme o fragmento: “Tenho certeza de que a culpa é minha. Você faz tudo direito. Como vou encarar meu pai e confessar que falhei?” (Emecheta, 2017, p. 29)

Nota-se que Nnu ego sente-se culpada por não satisfazer os desejos do homem e da sociedade, enquanto que Amatokwu é totalmente isentado da culpa, que sempre recai sobre a mulher por não ter cumprido seu dever como esperado, visto que um casal sem filhos provocava questionamentos, além de ser uma vergonha para o esposo e sua descendência, além da descendência do progenitor de Nnu Ego. Ser

mãe para a protagonista e a sociedade em que ela pertencia era um propósito de vida, portanto, era o que dava sentido para a mulher.

Na sociedade Igbo, os homens nunca estão errados, só as mulheres e elas precisam sempre pedir perdão porque são compradas e devem obediência, ou seja, um preço foi pago por elas e, por isso, devem permanecer silenciosas, isto é, a mulher tinha a obrigatoriedade de ser mãe, pois só seria completa quando exercesse, de fato, a maternidade e, sem isso, a mulher era considerada uma fracassada, como explana Perrot (2007, p. 47): “Temida, vergonhosa, a esterilidade é sempre atribuída à mulher, esse vaso que recebe um sêmen que se supõe sempre fecundo. A esterilidade torna legítimo o ato de repudiá-las”. Assim é que o sucesso de uma mulher é sempre medido pela capacidade de ter filhos.

Nesse meio tempo, Nnu Ego já se desesperava, pois via movimentações da família do esposo à procura de uma nova esposa e não tardou para Amatokwu lhe avisar que precisava mudar para a cabana destinada às esposas mais velhas, pois sua família tinha encontrado uma nova esposa para ele, que engravidou logo no primeiro mês, trazendo para Nnu Ego mais desesperança e frustração por não entender o motivo de ser tão castigada. Em uma conversa com o marido, na tentativa de entender tudo que estava acontecendo, ele explana:

O que você quer que eu faça?”, perguntou Amatokwu. Sou um homem ocupado. Não tenho tempo para desperdiçar minha preciosa semente masculina com uma mulher estéril. Tenho de criar filhos para minha linhagem (Emecheta, 2017, p. 30).

Nnu Ego, sem poder argumentar, deixa-se levar pela humilhação. O esposo Amatokwu, em sua fala, mostra uma superioridade masculina que naquela cultura é algo bem marcante, visto que ele não valorizava e nem tinha preocupações com ela, pois o casamento arranjado era um negócio com objetivo de procriar e não existia a ideia de amor, paciência e cuidado, tanto que episódios de violência, seja de qualquer forma fossem, eram recorrentes e aconteciam por motivos banais, visto que o dote concedia o direito do homem tomar a mulher como sua propriedade, assim, ele poderia usá-la conforme quisesse, como assinala Perrot (2007, p. 47): “Dependente em seu corpo, ele pode receber “corretivos”, como uma criança indócil, pelo chefe da casa, depositário da ordem doméstica”.

Amatokwu apenas pensava em si e seguia o que a família determinava, que

era ter herdeiros homens e ser imortalizado através deles, e, como Nnu Ego dava mostras que não ía conceber, ela tornou-se um objeto descartável. Com o tempo, a nova esposa ía tendo um filho após o outro e Nnu Ego estagnou na mesma situação, ficando à margem e, assim, acaba sendo devolvida e parte para um segundo casamento e assinala: “Quando as pessoas ficam velhas, precisam dos filhos para tomar conta delas. Se você não tem filhos e seus pais já se foram, não tem ninguém por você” (Emecheta, 2017, p. 36).

Então, mesmo passando por um casamento frustrado, Nnu Ego não perde as esperanças de construir uma família e ter muitos filhos para ser validada como mulher na sociedade e como filha de um grande chefe, visto que ser infértil era como uma maldição e, assim, vai viver com Nnaife, em Lagos, um homem diferente dos que ela estava habituada, mas, apesar das desavenças do início, Nnu Ego cumpre seu papel como esposa e logo engravida: “Olhe para você: me parece que está com jeito de grávida. Está diferente de quando chegou. O que mais uma mulher pode querer?” (Emecheta, 2017, p. 115).

Era verdade, Nnu Ego agora tinha motivos de sobra para sentir alegria, porém sentia um distanciamento do esposo que saía todos os dias às seis horas da manhã, segundo o relógio dos patrões, e se dirigia para a área de serviço e tinha apenas meio-dia de folga na semana, aos domingos. Para Nnu Ego, ele vivia uma escravidão disfarçada advinda do modo de vida imposta pela colonização e, com isso, não tinham tempo para carícias e conversas amorosas, como em Ibuza, onde os homens sentavam com as esposas contando histórias e admirando suas tatuagens.

Nnu Ego sentia falta disso, ela se sentia sozinha e queria mais a presença do esposo e apoio, queria se sentir valorizada principalmente pelo momento singular que ela estava passando, a gravidez, e que gerava nela uma desconfiança de que o esposo não estivesse feliz com a chegada do filho, conforme sinaliza:

Você nem sequer está feliz com minha gravidez – a maior alegria da minha vida!

Claro que estou feliz em saber que sou homem capaz de engravidar uma mulher. Mas isso é coisa que todos os homens conseguem (Emecheta, 2017, p. 49).

Nnaife se mostra completamente agressivo e superior a Nnu Ego e invalida ela como mulher jogando um balde de água fria na alegria da esposa ao afirmar, de modo grosseiro, a capacidade dos homens, como se a mulher não tivesse nenhuma

importância no processo da gravidez, como se fossem apenas um depósito, um objeto sem sentimentos, como se ela não tivesse necessidade de mais nada.

Convém ressaltar que Nnu Ego poderia ter engravidado perfeitamente do primeiro esposo, mas devido à maldição lançada por sua *Chi*, ela foi impedida, visto que, em Ibuza, ela teria como esposo um homem de posses e que ela amava, além de ter a presença da sua família, que seria uma base acolhedora para ela nos momentos de aflição, mas, como sua *Chi* procurava vingança, traçou um destino de luta, solitário, intenso e difícil. Nnu Ego conseguiu engravidar, mas de um homem que ela não gostava e em meio a inúmeras dificuldades, em uma cidade em transição devido à colonização e longe da família, denotando simbolicamente que a maternidade não deveria ser romantizada.

Na sequência, Nnu Ego, para não se sentir isolada e dependente financeiramente apenas do esposo, começa a seguir os conselhos das amigas de sair para vender cigarros, visto que, com a introdução de uma economia monetária e a desvalorização de formas tradicionais de trabalho, muitas mulheres, como Nnu Ego, encontravam-se em situações de maior vulnerabilidade social e dependência econômica, tendo em vista que em Lagos predominava o modelo ocidental da mulher apenas para o lar, impedindo-as de exercerem outras funções, conforme assinala hooks (2018, p. 34): “A maternidade era proposta como o mais alto nível no qual a mulher iria construir uma ponte ao mundo e na prática oferecia-lhe a melhor oportunidade para elevar o seu poder doméstico”.

Esse impedimento era mais um meio de controle dos colonizadores sobre o corpo e as vontades da mulher, impedindo-as de evoluírem e terem outros sonhos além da procriação. Apesar dos sonhos de Nnu Ego estarem somente na gravidez, ela não era uma vítima da situação, visto que Emecheta constrói uma personagem agente de mudança, além de resiliente.

Assim, passados uns meses, Nnu Ego entra em trabalho de parto e sofre durante horas no canto da cozinha sozinha e calada para não acordar o esposo, os vizinhos e os patrões do marido. Nesse momento, Nnu Ego percebe como a atividade do parto é mais solitária em Lagos, diferente de Ibuza, que seria um momento de alegria, em que ela seria entregue e confiada aos cuidados das outras mulheres do alojamento, conforme a tradição.

Contudo, depois de um tempo, a mulher de Owerri veio lhe ajudar e, quando o bebê nasce, ela afirma: “Vejo que você deu um filho a seu marido. Não é tão comum

as pessoas terem um menino como primeiro filho. Você tem muita sorte” (Emecheta, 2017, p. 51).

Nnu Ego tinha muito do que se orgulhar, teve um filho, a realização do seu sonho, e ainda homem, além de ser a comprovação de que ela não era estéril e, agora, ela conseguia aceitar e amar aquele homem por ter feito dela mulher e mãe. Nnu Ego se sentia completa com aquele filho que lhe dava plenitude, e a garantia da continuidade da sua vida mesmo após a morte. O bebê estava associado ao não esquecimento dela, conforme aparece no fragmento:

Agora estava segura, enquanto dava banho no menininho e preparava a refeição do marido, de que teria uma velhice feliz, de que quando morresse deixaria alguém atrás de si que se referiria a ela como “mãe” (Emecheta, 2017, p. 53).

O nascimento do bebê é festejado com vinho de palma para a escolha do nome da criança, que passou a chamar-se Ngozi, e a decisão de dar nome ao filho de gênero masculino é exclusivamente do pai, conforme a tradição. Anos depois, quando do nascimento das filhas gêmeas, o tratamento não foi o mesmo, conforme o trecho:

Ele nem chegou a sugerir os nomes delas?, resmungou Nnu Ego. Gêmeos não merecem nomes especiais. Esta chegou primeiro, portanto, se chama Taiwo, e esta é Kehinde – a que veio em segundo lugar (Emecheta, 2017, p. 125).

Nesta sociedade, o nascimento de meninas, e ainda gêmeas, era um evento desprezado e indesejado. Já o nascimento de filhos homens era a concretização da continuidade do nome do esposo e da linhagem da família deste. Para uma mulher ser mãe e de um filho homem era uma dádiva, um momento de completude. Mas a alegria de Nnu Ego não dura muito, pois, depois de quatro semanas, o bebê Ngozi falece, momento em que a protagonista perde a razão e sai correndo, sem rumo, chegando quase a cometer suicídio, pois não via mais sentido na vida e na sua existência.

Ela queria correr para longe da dor que estava sentindo, amargurada com seu destino, visto que o filho lhe completava e, sem ele, Nnu Ego tinha a sensação de perder sua identidade, conforme explana Perrot (2007, p. 68): “Para as mulheres, é uma fonte da identidade, o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida”. Sem a vivência da maternidade, nessa sociedade, a mulher é vista como

fracassada, além de que a morte daquela criança simbolizava a morte dela como mulher e mãe que, obrigatoriamente, precisava provar o ideal de mulher para a sociedade e para a família. Desse modo, Martins (2020, p. 156) assinala:

as romancistas africanas de língua inglesa e francesa apresentam uma muito mais forte preferência pelo retrato profundamente disfórico e violento de realidades urbanas, de grandes metrópoles absurdas de irresgatável caos e sub-humanidade, onde a vida das mulheres, não só no que diz respeito à maternidade, só pode desenrolar-se entre a loucura e a morte.

Nota-se, então, que a pressão de viver em uma cidade em plena expansão e ter que seguir os preceitos tradicionais vão trazer para a protagonista a inversão de valores, que tende a mexer com os múltiplos papéis que ela precisa exercer, além da procura pela identidade e as transformações que vão surgindo em meio a condições de medo, miséria, violência, pobreza, em uma sociedade de negação do ser humano que promove um modelo androcêntrico de organização.

Todavia, Nnu Ego passa a ser o centro de atenção para as pessoas que transitavam naquele momento e, ao entenderem as implicações daquela situação, se aproximam para demovê-la dessa prática, como Nwakusor, um velho amigo de Ibuza que, ao vê-la, se aproxima e assinala: “Nnu Ego! Nnu Ego, filha do amor de Agbadi! Nnu Ego! O que você está fazendo? O que está tentando fazer?” (Emecheta, 2017, p. 58). Com essas palavras ele a faz recobrar a consciência e, assim, Nnu Ego desiste do suicídio. Também uma mulher que por ali trafegava, entendendo o que pretendia Nnu Ego, assim lhe aconselha que a melhor saída não é a morte e que ela poderá ter muitos outros filhos.

Passados alguns meses do trauma, Nnu Ego decide deixar o esposo se aproximar dela e novamente engravida, mas fica tão receosa que vai redobrar os cuidados e, meses depois, o bebê nasce perfeito e em segurança. Novamente um filho homem, que se chamará Oshia, e depois dele vieram muitos outros, uma vez que, ao todo Nnu Ego, teve nove filhos.

Simbolicamente, Nnu Ego e seus consecutivos partos podem ser associados à mãe-África, aquela mulher raiz que é fértil, que germina, que tem força, mas também que viveu, chorou e sangrou em seus partos como a diáspora forçada, porém segue para o futuro ao trazer ao mundo o homem livre das amarras do colonialismo, conforme sinaliza Catarina Caldeira Martins (2020, p. 153):

Não devemos esquecer que um destes retratos mais celebrados – a Mãe-África – tem como representações icônicas uma mãe sofrida e desgastada pelos partos sucessivos e pelo trabalho duro que realiza enquanto carrega filhos nas costas.

Nnu Ego, na narrativa, romantizava a situação de ser mãe, não enxergava as dificuldades que estavam por vir, como a situação econômica, visto que moravam em um quartinho alugado e o salário mal dava para a sobrevivência básica. Ela sempre acreditava e esperava que o filho trouxesse realizações futuras, como explana Badinter (2011, p. 22): “A futura mãe fantasia apenas o amor e a felicidade. Ela ignora a outra face da maternidade feita de esgotamento, de frustração, de solidão, e até mesmo de alienação, com seu cortejo de culpa”.

Logo Nnaife fica desempregado e acomodado vivendo das vendas de cigarro de Nnu Ego e os dias vão passando e a situação se complicando até Nnu Ego avisar que está grávida novamente, e Nnaife explana: “Que tipo de chi é essa sua, hã? Quando você estava desesperada para engravidar, ela não lhe dava filhos; agora que não temos meios para tê-los, ela lhe dá” (Emecheta, 2017, p. 89).

Isto é, o anúncio da gravidez não chega com alegria, mas, sim, como se aquela criança, antes de nascer, já fosse um peso, um fardo, porém Nnu Ego vai exigir do seu esposo que busque trabalho. Não demora muito e Nnaife retorna com a notícia de que conseguiu trabalho, porém um trabalho que exige sua ausência, já que viajará de navio para Fernando Pó como acompanhante de uns homens.

Nesse meio tempo, Nnu Ego teve que sair às pressas com o filho da casa onde moravam nas dependências dos antigos patrões do marido por exigência dos soldados britânicos. Oshia, nesse processo, adoece de desnutrição, impossibilitando Nnu Ego de sair para a venda dos cigarros, restando a ela o garri¹⁰ como única refeição: “Oshia estava se transformando num punhado de ossos envolto pelo que parecia um pedaço de pele seca amarelenta, e a própria Nnu Ego dava a impressão de estar doente” (Emecheta, 2017, p. 102). Até as poucas roupas que tinham, vendeu para os fulas nômades e deu à luz sem a presença de Nnaife. A pobreza estava evidente.

Depois de algum tempo, Nnaife retorna com dinheiro, faz uma festa para a escolha do nome do segundo filho, começa a visitar um amigo atrás do outro, coloca Oshia na escola missionária Yabá metodista e parecia que haveria uma melhora para

¹⁰ Bolinho feito de mandioca pisada no pilão

a família, mas Nnu Ego estava preocupada porque sabia que uma hora o dinheiro iria acabar e Nnaife não tinha emprego estável, mas ele parecia não se preocupar. Logo em seguida, chegou a notícia da morte do irmão mais velho e ele decide trazer uma das esposas, Adaku, e sua filha, agravando mais ainda a situação econômica da família:

Em casa, em Ibuza, teria possuído sua própria cabana e pelo menos seria tratada de acordo com sua posição, mas aqui em Lagos, onde era obrigada a fazer frente à dura realidade de equilibrar o orçamento recebendo uma ninharia, estava certo o marido apelar para sua responsabilidade? (Emecheta, 2017, p. 135).

Nnu Ego era a esposa mais velha e a mãe dos filhos homens de Nnaife e já tinha fincado raízes na família Owulum, quer dizer, para as famílias igbos, a posição de Nnu Ego era de prestígio e o nascimento de filhos homens era o estabelecimento de alianças sólidas, portanto, ela devia se sentir grata, mas Nnu Ego estava enfurecida e sentia-se injustiçada pelas condições que o marido lhe apresentava e tinha medo de perder sua autoridade ainda mais com a chegada daquela mulher que, na narrativa, é descrita como jovem, alta, de pele escura, atraente e irradiava paz e satisfação, e seu cabelo estava trançado na última moda, fazendo Nnu Ego se sentir rebaixada conforme no fragmento:

Nnu Ego tinha a sensação de que deveria se curvar diante daquela criatura perfeita, logo ela, que um dia fora aclamada como a mais bela mulher que já existira. O que acontecera? Por que se tornara tão abatida, tão áspera, tão gasta, enquanto aquela parecia um lago que ainda não fora perturbado? Nnu Ego foi tomada sucessivamente pelo ciúme, pelo medo e pela raiva (Emecheta, 2017, p. 116).

Nnu Ego era mãe em tempo integral e nesta função estava cumprindo fielmente os ensinamentos da sua cultura se sentindo realizada somente como mãe e, conseqüentemente, uma boa filha. Assim, levava uma vida de privações e até às reuniões de família deixou de ir por não ter roupas adequadas, mas, na presença daquela mulher, começa a se sentir não apenas velha, mas fora de cenário, enquanto que Nnaife parecia mais jovem, quer dizer, na vida de Nnu Ego, não tinha espaço para o “eu mulher”, conforme assinala Badinter (2011, p. 188): “A maternidade é associada a “sacrifícios”, à perda da identidade feminina”.

Nesse rol de dificuldades, orçamento apertado e pobreza, Nnaife é aprisionado

pelas forças britânicas e obrigado a se alistar no exército e Nnu Ego, que também era provedora da família, vai se esforçar para manter sozinha o sustento e a educação dos filhos com seu pequeno negócio de vendas até Nnaife enviar uma quantia, que os soldados tinham direito, para o sustento de suas famílias. Porém, Nnu Ego, mesmo em meio às dificuldades, foi ensinada a receber tudo como uma dádiva e sempre conformada, pois possuía o bem mais precioso: os filhos.

Contudo, só por ser mãe de três filhos, era obrigada a ser feliz em sua pobreza, em sua agonia que a levava a roer as unhas, em seu estômago convulsionado, em seus farrapos, em seu quarto atulhado... Ah, que mundo desconcertante! Quando começou a sentir pontadas de fome comprimindo as laterais do estômago, mudou levemente de posição, na esperança de, assim, amenizar a necessidade de comer um cavalo inteiro (Emecheta, 2017, p. 165).

Com a guerra, tudo ficou mais caro e Nnu Ego teve que economizar ao máximo e, como não tinha mais como manter uma banca, passou a vender lenha, o que lhe exigia muita energia, além de sabão, cigarros, fósforos e velas enquanto esperava ansiosamente os filhos crescerem, em especial, Oshia, para ajudá-los na velhice: “Obrigada, minha chi, por meus filhos serem fortes e saudáveis. Um dia eles viram gente” (Emecheta, 2017, p. 172).

Nnaife volta da guerra e os festejos se estendem por vários dias. O marido gastava, gastava e Nnu Ego já ficava preocupada, pois havia muitas crianças para alimentar e taxas escolares para pagar, mas Nnaife não tinha preocupação com isso, pois toda preocupação e responsabilidade sempre caía sobre Nnu Ego, ficando para ela o papel de chata, ranzinza, aquela que cobrava, mas, apesar disso, o seu esforço não era reconhecido. Até mesmo o amigo da família, Ubani, enaltece a luta de Nnu Ego: “Meu amigo, Nnu Ego se portou muito bem em sua ausência, sabe? Também lutou na guerra, aqui, com sua família” (Emecheta, 2017, p. 181). Nnu Ego realmente travou uma dura guerra para sustentar os filhos no período em que o marido foi destacado pelo alistamento britânico.

Ocorreu que Nnaife não deu importância, pois só pensava em gastar. Ele, então, planeja uma viagem até Ibuza para visitar os parentes, a esposa mais velha do irmão e trazê-la, porém Adankwo se recusa e Nnaife paga um dote de trinta libras, dez vezes mais do que o valor que era costume para se casar com uma jovem de dezesseis anos, sua mais nova esposa. Essa situação desagrada Nnu Ego e ela não

faz o menor esforço para disfarçar, conforme se constata no trecho abaixo:

Onde a gente vai pôr todos eles?, urrou para o marido e para a garota, que na opinião dela não demoraria a começar a procriar também. Você ficou maluco ou o quê?. E continuou, amarga: Só temos um aposento onde viver com meus cinco filhos, e estou esperando mais dois; mesmo assim, você traz mais uma pessoa (Emecheta, 2017, p. 182).

Nnaife, se sentindo pressionado, procura novas acomodações e encontra uma casa de adobe na área de Onike, porém sem água corrente e eletricidade, e, mais uma vez, Nnu Ego vai assumir a força e a luta das mulheres, que, em muito, se assemelham às qualidades da mãe-África, para enfrentar os novos obstáculos e afirmar a identidade africana de uma essência feminina forte e comprometida com o empenho de alcançar um futuro de liberdade. Nisso, Oshia diz que quer continuar os estudos no Liceu Hussey College e Nnu Ego o aconselha a tentar uma bolsa, contudo o menino explica:

Talvez se eu tivesse uma infância tranquila e não tivesse que passar os primeiros anos de minha vida vendendo parafina e carregando lenha... Cale a boca!, gritou Nnu Ego. Então agora é tudo culpa minha? (Emecheta, 2017, p. 183).

Nnu Ego estava direto ao lado dos filhos, vendo-os crescer, lutando incansavelmente para não deixar faltar nada, protegendo, zelando, apoiando, mas não foi reconhecida como uma boa mãe, ou seja, todo reconhecimento ficou para Nnaife, que era um herói, que foi para a guerra, lutou e voltou com dinheiro, enquanto ela era vista como alguém que só reclamava. Porém, ainda tinha esperanças de que o filho retornasse para ajudá-los, pois, segundo a tradição, os pais cuidam dos filhos para, no futuro, os filhos cuidarem dos pais, e nessa esperança, assim, se pronuncia: “Quando Oshia voltar da escola, tudo se arranja” (Emecheta, 2017, p. 188).

Corroborando com este cenário, Saffioti (2004) nos mostra como a experiência de Nnu Ego denuncia a desvalorização do trabalho doméstico e a falta de cuidado com quem exerce esse tipo de trabalho, algo típico das estruturas patriarcais que marginalizam as mulheres. Isto é, a luta de Nnu Ego é exemplo da opressão de gênero em que o trabalho feminino, apesar de essencial para a sustentabilidade social, é desvalorizado e invisibilizado.

Por outro lado, Perrot (2007) destaca a importância da história de Nnu Ego como exemplo da resistência feminina dentro das estruturas patriarcais ao enfatizar que, apesar das dificuldades, mulheres como Nnu Ego desempenham um papel fundamental na manutenção da união da família, lutando por reconhecimento e valorização dentro de suas comunidades.

Voltando à narrativa, convém frisar que, apesar da esperança de Nnu Ego, Oshia nunca voltou como ela esperava, pois o filho tinha outros planos e neles não cabiam a família. Colocava a meta de uns cinco anos ou mais para pensar em ajudar os seus progenitores, enquanto isso, os irmãos Adim e Nnamdio cresciam, exigindo, assim, uma educação escolar, porém, sem condições para tal. Os irmãos também não entendiam porque tudo era para Oshia e Nnu Ego explanava: “Seu irmão é o herdeiro direto, o primeiro filho de seu pai; precisa de tratamento especial” (Emecheta, 2017, p. 189).

Assim, em uma das férias de Oshia, Nnaife chamou o filho para conversar e saber quando ele pretendia assumir a família conforme a tradição:

Agora, jovem, quando você pretende assumir suas responsabilidades para com a família?
 Que responsabilidades, pai?
 Adim! Nnamdio! Venham cá, vocês dois.
 Aqui estão suas responsabilidades, para não falar em mim mesmo e em sua mãe.
 Não estou entendendo, pai. Vocês estão vivos e fortes, ainda trabalham...
 Cale a boca! Cale a boca antes que eu jogue você no chão.
 Não posso assumir os gastos, pai. Eu até tinha esperança de que você e minha mãe pudessem ajudar...
 Sabe, às vezes eu amaldiçoo o dia em que você foi concebido.
 Não quero ver você nunca mais, já que você me enganou tão tranquilamente. Fora da minha casa!
 Não tenho necessidade de ver seu rosto, velho! (Emecheta, 2017, p. 199).

Depois desse episódio, a família se desestabilizou, pois Nnaife, se sentindo traído pelo filho, renega-o, uma vez que, conforme a tradição Igbo, era uma humilhação um nigeriano não ter o respeito dos filhos, e Oshia ainda se sentiu vitimizado e a culpa caiu sobre Nnu Ego como sempre, pois, quando os filhos davam alegria e se comportavam, pertenciam ao pai, quando não, era da mãe.

Nnu Ego, apesar da situação de abandono pelo primogênito, não o destrata, mesmo sabendo que ele não era mais aquele em quem depositou sua confiança e

seu futuro. Isso vai ao encontro do pensamento de Perrot (2007), pois a maternidade é um momento e um estado que vai muito além do nascimento, visto que acompanha a mulher por toda vida. Nnu Ego cabe bem nesse papel, já que, assim, foi ensinada, ou seja, a cuidar integralmente do desenvolvimento dos filhos, estando ela sadia ou não, uma função que não cabia descanso, pois, do contrário, poderia ser acusada de negligência ou se sentir culpada, ela mesma, por negligenciar o bem-estar dos seus filhos. Assim, se desdobra em trabalho, zelo e orações.

Convém frisar que Oshia cresceu vendo Nnu Ego enaltecer os costumes tradicionais dos seus povos, ou seja, ela lutou para conciliar as expectativas tradicionais com as realidades de uma sociedade em mudança, simbolizando como as mulheres carregam o peso das tradições culturais, mas Oshia estudou em escolas missionárias e cresceu em uma sociedade que estava em constante mudanças, fato que o favoreceu a aprender com mais ênfase outros valores que contribuíram para ele renegar os pais e suas tradições.

Oshia fez a diáspora para países da Europa, como muitos nigerianos, na certeza de ascender socialmente através dos estudos. A narrativa, embora não retrate a trajetória dele no país colonizador, mostra que é o sonho de muitos e, não raro, deparam-se com a decepção ao sentirem na pele a segregação que, por sua vez, distancia colonizador e colonizado.

Assim, Nnu Ego já se sentindo cansada da rotina de trabalho, mais velha do que a idade que possuía, muito magra e os dentes gastos, sendo desprezada pelo marido e pela família deste, sem grandes perspectivas de futuro e ainda contando com a ausência e indiferença de alguns filhos, soube que tinha muito pouco a fazer ali e, então, decide retornar para Ibuza e para os seus.

Em Ibuza, Nnu Ego vivia vagando, pensando nos filhos, sem notícias deles, em especial Oshia, pois só sabia pelos comentários das pessoas. As filhas eram as únicas que enviavam uma ajuda financeira para a mãe, revelando, assim, uma contradição, visto que, em todo percurso narrativo, Nnu Ego enaltece os filhos, mas as filhas são as que vão garantir um retorno monetário para ela, além de apoio e carinho.

Em um dos muitos passeios que Nnu Ego realizava pela terra dos seus ancestrais e já sem entendimento para as coisas que a cercavam, ela morre ao longo de uma estrada, abandonada e sem nenhum dos filhos, sem marido ou quem quer que seja que venha lhe segurar a mão.

Quando os filhos ficam sabendo do falecimento da mãe, voltam para casa e

mandam realizar um grande sepultamento, e até um altar em seu nome conforme a tradição. Esse era o símbolo de um reconhecimento tardio, tanto que Emecheta dá um tom de deboche para a situação. Segundo Martins (2011), o falecimento da protagonista, simbolicamente, pode estar associado ao enterro da identidade nacional, que valorizava o homem como principal agente do desenvolvimento, mas que vê a sucessão feminina como a garantia do futuro da nação.

Esse é o retrato de um casamento desgastado, em que Nnu Ego teve que criar os filhos praticamente sozinha, enfrentando a dura realidade de uma cidade em plena colonização. As alegrias advindas da maternidade que Nnu Ego tanto buscou resultaram em decepção, tristeza e desencanto, além de grande ironia e pouca realização seja enquanto mulher, seja enquanto mãe.

Quanto às tradições que tanto respeitou e valorizou, desceu-lhe com um sabor amargo ao sentir-se penalizada com a solidão e o abandono familiar, que nada tinha de humano, mas muito da cultura colonial, deixando, assim, antever a pouca consideração que a dita cultura dedica à mulher.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura é uma manifestação artística que possibilita despertar no homem pensamentos, sentimentos e sensações, tal qual a realidade, tendo em vista que trabalha com dados históricos, sociais, culturais, políticos, valores e aspectos comportamentais, além de ser um meio para o desenvolvimento dos seres humanos ao tentar fazer uma ligação entre a realidade e a ficção, possibilitando, assim, a transmissão do conhecimento e a retratação de uma determinada época.

Isto é, a literatura tem a capacidade de trazer à existência o autoquestionamento, apresentando obras discursivas como componentes que partem da história, da dimensão política e das contradições sociais. Nisso, as pesquisas sobre as mulheres negras, para mulheres negras e feita por mulheres negras originaram um novo olhar sobre a questão feminina negra ao buscar romper com os estigmas do silenciamento através da reprodução de uma escrita acerca dos interesses e entendimentos das mulheres negras, seja para denúncia, reivindicação ou representatividade, possibilitando-as serem sujeitos da própria história, logo, agentes históricos.

Assim, a literatura de autoria feminina negra e a sua representatividade no cenário literário, que era reduzido, vem despontando e ganhando força cada vez mais, conquistando espaços e representando um diferencial para o cânone literário, visto que essa literatura parte da vivência, reflete o mundo, a vida e a realidade a partir do olhar e experiência da mulher negra, uma literatura de exaltação da memória ancestral, de identificação, de dramas e angústias, ou seja, escrever pode ser visto como um ato político, cultural e social em que o autor torna-se sujeito de si mesmo.

Nesse sentido, o romance nigeriano *As alegrias da maternidade* (2017), da escritora Buchi Emecheta, foi o objeto deste estudo. É uma obra ambientada na Nigéria colonial, mais especificamente em dois espaços: a cidade de Ibuza, que fica na parte rural do país e que ainda não estava colonizada, portanto, com as tradições nigerianas bem presentes, e Lagos, a capital da Nigéria, na época, e que estava passando pelo processo da colonização, logo, vivenciando uma transição advinda da imposição dos costumes coloniais.

Então, com esse estudo, objetivou-se, de modo geral: analisar a representação identitária da mulher negra no romance nigeriano *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta, e especificamente, pretendeu-se verificar o papel imposto à mulher

na sociedade patriarcal e colonial nigeriana; discutir aspectos da ancestralidade / religiosidade na vida da mulher nigeriana; entender a construção social da maternidade na obra em estudo.

Para alcançar a esses objetivos, fez-se a análise do romance alinhado à leitura dos textos teóricos que discutem a temática *mulher negra na literatura nigeriana*. Convém ressaltar, ainda, que durante a pesquisa surgiram dificuldades para encontrar histórias acerca especificamente da sociedade igbo e textos teóricos de autores nigerianos. Porém, apesar da escassez, isso não impossibilitou o andamento da pesquisa a partir de uma análise crítica e fundamentada.

O centro da narrativa é uma personagem feminina forte e complexa que imprime seus dilemas a partir de um discurso ficcional questionador e direto, que resiste e enfrenta diversos desafios em seu contexto social e cultural, que representa a mulher nigeriana e a sua realização por meio da maternidade, ou seja, é uma personagem que vai lutar contra a opressão patriarcal que privilegia apenas os homens, além de elencar como as mulheres são limitadas pelas tradições e expectativas sociais.

É uma narrativa contemporânea que buscou representar a realidade da personagem principal, Nnu Ego, a partir de uma escrita que legitima a força e a luta feminina negra que advém de décadas de silenciamento, que teve seus corpos violados e seus direitos menosprezados pela sociedade, isto é, uma dor ocasionada pelo colonizador / opressor que somente a mulher negra nigeriana consegue, de fato, expressar, e uma das formas pode ser através da escrita.

Nesse romance Emecheta, tece diversas críticas acerca do casamento, por exemplo, e da maternidade, que é a temática principal, e é construída de modo irônico, tendo em vista os diversos obstáculos que a personagem vai travar, desde o princípio, quando seu maior sonho era ser mãe e existia uma romantização a respeito deste sonho, porém o que, de fato, passa a viver ao ser mãe é uma realidade dura e de muito trabalho para sustentar o marido e manter o estudo dos filhos. E, apesar da valorização dos filhos homens em detrimento das filhas mulheres, são estas que a sustentam e amparam na velhice quando Nnu Ego perde a razão.

A romantização da maternidade era tanta que, ao perder o primeiro filho e homem, tenta o suicídio, pois a cultura na qual foi criada e instruída pregava que uma mulher só se realizava quando se tornava mãe e de um filho do gênero masculino, e, apesar de tudo isso, Nnu Ego não foi capaz de desconstruir essa romantização, o que

daí se pode inferir que o respeito às tradições do seu povo era mais forte do que o sofrimento pelo qual passou, dessa forma, tem-se, então, uma personagem que vivia presa aos costumes do seu povo e a uma sociedade que pouco valorizava a mulher, mas detém e controla sua vida.

A escrita de Emecheta neste romance perpassa: pelas expectativas sociais e culturais, em especial da sociedade igbo, em que o valor da mulher é medido pela capacidade de gerar filhos, especialmente do gênero masculino; pelo impacto do colonialismo, alterando as estruturas sociais e econômicas existentes; pelos conflitos entre a tradição e a modernidade, marcados pelo que a personagem vai lutar para conciliar as culturas, mas sem sucesso, e simbolicamente acaba ilustrando como as mulheres carregam o peso das transições culturais, além de abordar as questões tribais e religiosas; pelas relações pessoais e de poder, especialmente casamento e maternidade como esferas de poder e opressão; e pela resistência e agência feminina, pois a personagem não é vítima da situação, ela demonstra força, resistência e é agente de mudança.

Buchi Emecheta foi uma das pioneiras na escrita literária de mulheres nigerianas que conquistou reconhecimento internacional, uma voz coletiva que enaltece a mulher nigeriana, o corpo feminino negro, o protagonismo feminino, a formação identitária da mulher, as marcas da oralidade, a ancestralidade, a história da Nigéria Igbo colonial, o sistema patriarcal, além das violências coloniais.

Assim, a literatura de autoria feminina negra nigeriana traz um cabedal rico de perspectivas históricas e culturais acerca da diversidade humana, além de abordar as relações étnicas e raciais que possibilitam ao leitor conhecer as experiências e perspectivas de mulheres que vivem em circunstâncias culturais, políticas e sociais diversas.

A trajetória das mulheres nigerianas, incluindo as escritoras, é marcada pela invisibilização, considerando o espaço de marginalização, repressão e silenciamento ao qual eram submetidas. Além disso, enfrentavam diversos obstáculos, tais como a negação ao acesso à educação, a diáspora forçada, as tradições seculares, o processo de colonização e a supremacia do gênero masculino. No entanto, essas vozes, antes silenciadas, representadas por escritoras nativas à margem, crescem e se destacam no cânone literário.

Logo, estudar a literatura de autoria feminina negra nigeriana é tentar entender a diversidade cultural e humana desse povo, porém, de modo mais amplo e

respeitoso, sem estereótipos e conceitos pré-concebidos; além disso, é valorizar e reconhecer que existem vozes literárias femininas negras nigeriana que, apesar de tentarem silenciá-las, ecoam e clamam por igualdade e justiça, desta forma, amplia-se uma visão de mundo, pois se reconhece que as histórias são múltiplas e diversificadas e jamais única, considerando-se que diversas são as formas de pensar, sentir e produzir conhecimento de modo mais amplo e crítico.

Este estudo não está finalizado, pois espera-se que ele possa contribuir para outras pesquisas acerca das questões de gênero no tocante à escrita e análise de mulheres negras não só da literatura africana e nigeriana, anglobrasileira, afroamericana, mas também a afrobrasileira, pois as ideias e reflexões ficcionais e análises históricas e sociais construídas podem variar significativamente de uma sociedade para outra.

Enquanto pesquisadora, pretendo continuar os estudos na área da Literatura de autoria feminina negra nigeriana, ampliando para um futuro doutorado, usando como objeto de pesquisa esta obra e, quisá, outra também da literatura de autoria feminina nigeriana para um estudo comparativo, visando ampliar a discussão que iniciou nesta dissertação, mas que precisa ser mais aprofundada, trazendo para o centro desse estudo a África como mãe e cerne da criação que gestou em seu ventre, entre tantos açoites e ralhos, o grito da liberdade, África, mãe da liberdade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AGNOL, Samira Dall; CECCARNO, Douglas. Aplicativos de clubes de leitura como mediadores – análise de uma experiência de leitura. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 57, p. 255-272, jan./jun. 2021, DOI: <https://doi.org/10.5902/2179219463436>.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Trad. Véra Lúcia dos Reis. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

BAMISILE. Sunday Adetunji. A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo. **Via atlântica**, São paulo, n. 24, 257-279, dez/2013.

BOAHEN, Albert Adu. História geral da África, VII: África sob a dominação colonial, 1880-1935. *In*: OPOKU, Kofi Asare. **A religião na África durante a época colonial**. 2º. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

BOTOSO, Atamir. A literatura africana de autoria feminina: vozes moçambicanas. **Macabéa** – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 7., n. 1., JAN / JUN, 2018, p. 156-182.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 160 p.

CARBONIERI, Divanize; FREITAS, João Felipe Assis; SILVA, Sheila Dias. Rumos do romance africano de língua inglesa na contemporaneidade. **Revista Investigações**, Pernambuco, vol. 26, n. 1, Janeiro/2013.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1º edição. São Paulo: Boi tempo, 2019.

CÔRTEZ, Geandra Karla de Avelar; ANDRADE, Émile Cardoso. Buchi Emecheta: a força em sua obra memorialística. **ANAIS** – SIELLI, XIX Encontro de Letras (Língua, Literatura e Ensino em Tempos de Ressignificação), Universidade Estadual do Goiás.

EMECHETA, Buchi. (1979). **As alegrias da maternidade**. Trad. Heloisa Jahn. 1º ed. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

EMECHETA, Buchi. (1975) **Cidadã de segunda classe**. Trad. Heloisa Jahn. 1º ed.

Porto Alegre: Dublinense, 2018.

EMECHETA, Buchi (1972). **No fundo do poço**. Trad. Júlia Dantas. 1º ed. Porto Alegre: Dublinense, 2019.

EMECHETA, Buchi (1976). **Preço de Noiva**. Trad. Júlia Dantas. 1º ed. Porto Alegre: Dublinense, 2020.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**. v. 13, n. 25, 2009, p. 17-31.

Hooks, bell. **Não Serei Eu Mulher?**. As mulheres negras e o feminismo. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

KILOMBA, Grada. (1968) **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KI-ZERBO. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph. *In*: VANSINA, J. **A tradição oral e sua metodologia**. 2º. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO. **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph. 2º. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph. *In*: HRBEK, I. **As fontes escritas a partir do século XV**. 2º. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph. *In*: KI-ZERBO, Joseph. **Introdução geral**. 2º. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

LE MOS, Rosália de Oliveira. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista espaço acadêmico**, Nº. 185, outubro/2016 – mensal. Especial feminismo negro. Ano XVI – ISSN: 1519.6186

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019 (págs. 369 a 391).

MARTINS, Catarina Caldeira. Ser mulher e negra nas Áfricas. Combates feministas nas literaturas. **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ | Volume 12 | Número 22 | p. 148-163 | jan.-jun. 2020. ISSN:2176-381X

MÜLLER, Fernanda de Oliveira. **O florescer das vozes na tradução Purple Hibiscus, de Chimamanda Ngozi Adichie**. Dissertação (Mestrado em estudos de tradução) – Universidade de Brasília, 2017.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero; tradução Wanderson Flor do Nascimento. –

1º. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela Correia. São Paulo: Contexto, 2007.

RESENDE, Roberta Mara. **Gênero e Nação na Ficção de Chimamanda Ngozi Adichie**. Programa de Mestrado em Letras – PROMEL / Universidade Federal de São João Del – Rei, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho** -- Sao Paulo: Moderna, 2004. (Coleção polêmica).

SERPA, Natália Regina Rocha. **Vozes femininas em travessia no Atlântico negro: repensando o ser e a estética do corpo negro a partir das encruzilhadas literárias de Chimamanda Ngozi Adichie, Buchi Emecheta e Seffi Ata**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FURG, Programa de Pós Graduação em Letras, 2022.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo atlântico, (1400 – 1800). Trad. Marisa Rocha Motta. *In: Religiões africanas e o cristianismo no mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Editora Campus / Elsevier, 2004.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**; traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: Un féminisme décolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.